INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
CAMPUS SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

LUCINEIDE DE ARAUJO SILVA

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: A EXPERIÊNCIA DO SINTRAF-SERRINHA

Salvador
2022

LUCINEIDE DE ARAUJO SILVA

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: A EXPERIÊNCIA DO SINTRAF-SERRINHA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Salvador, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestra em Educação Profissional Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Organização e Memória de Espaços Pedagógicos da Educação Profissional e Tecnológica da EPT.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alex de Cantuária Cypriano

Coorientador: Prof. Dr. Heron Ferreira Souza

Salvador

2022

Biblioteca Raul V. Seixas – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA - Salvador/BA.

S586e Silva, Lucineide de Araujo.
O estágio supervisionado no contexto da educação profissional tecnológica: a experiência do SINTRAF - Serrinha / Lucineide de Araujo Silva. Salvador, 2022.
191 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.
Orientador: Prof. Dr. Carlos Alex de Cantuária Cypriano.
Coorientador: Prof. Dr. Heron Ferreira Souza.

1. Estágio. 2. Sistematização de experiência 3. Trabalho. 4. Formação sociopolítica. 5. Formação humana. I. Cypriano, Carlos Alex Cantuária. II. Souza, Heron Ferreira. III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. IV. Título.

CDU 2 ed. 331.544

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
Rua Emídio dos Santos - Bairro Barbalho - CEP 40301-015 - Salvador - BA - www.portal.ifba.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

PROFEPT- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: A EXPERIÊNCIA DO SINTRAF - SERRINHA

LUCINEIDE DE ARAÚJO SILVA

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alex de Cantuária Cypriano
Coorientador: Prof. Dr. Heron Ferreira Souza

Banca examinadora:

_____

Prof. Dr. Carlos Alex de Cantuária Cypriano
Orientador – Instituto Federal da Bahia (IFBA)

_____

Prof. Dr. Heron Ferreira Souza
Coorientador e Membro Interno – Instituto Federal Baiano (IFBAIANO)

_____

Prof. Dr. Igor Alyson Alencar Oliveira
Examinador Externo - Instituto Federal de Brasilia (IFB)

_____

Prof. Dr. Davi Silva da Costa
Membro Interno – Instituto Federal Baiano (IFBAIANO)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela banca examinadora em 21/10/2022

Em 16 de outubro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALEX DE CANTUARIA CYPRIANO**, **Professor Efetivo**, em 24/10/2022, às 20:16, conforme decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **IGOR ALYSON ALENCAR OLIVEIRA**, **Usuário Externo**, em 25/10/2022, às 10:31, conforme decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **HERON FERREIRA SOUZA**, **Usuário Externo**, em 26/10/2022, às 13:21, conforme decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **DAVI SILVA DA COSTA**, **Usuário Externo**, em 22/12/2022, às 15:42, conforme decreto nº 8.539/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2564556** e o código CRC **788EAD65**.

AGRADECIMENTOS

A Deus que na sua onipresença sempre me acolheu e me deu forças para superar os desafios e seguir na caminhada.

Ao meu pai, José Alves da Silva (*in memorian*) e a minha mãe, Maria Anisia de Araujo Silva, pelo exemplo de força e coragem. Hoje "naquela mesa tá faltando ele/e a saudade dele tá doendo em mim" (Sérgio Bittencourt), mas a sua história de vida (pai) e a sua força (mãe) me fazem forte.

Aos meus irmãos, sobrinhos, cunhado e cunhada por estarem sempre ao meu lado vibrando com as minhas conquistas, especialmente, minha irmã Lucivania, pelos momentos de discussão sobre vários pontos da pesquisa.

À minha amiga/irmã, Ludmila Costa Amaral *(in memorian*). Como sempre foi aqui, na sua breve passagem pela terra, sei que você está aí (no céu), cuidando de mim e de toda a nossa família, organizando tudo para tornar esse momento possível. Afinal, Lu+milla (como nossos amigos nos chamavam) não morreu, "vivo em você e você dorme em mim/ [...] a nossa planta o vento não desfez/ é nunca mais, mas é mais uma vez/ velhos amigos vão sempre se encontrar/ seja onde for, seja em qualquer lugar" (Oswaldo Montenegro).

Aos professores, Carlos Alex de Cantuária Cypriano e Heron Ferreira Souza, pela orientação e contribuição ao longo desse processo.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha, pelo apoio e participação.

Aos colegas da minha turma do PROFEPT/IFBA, pelo apoio e compartilhamento de saberes.

A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para tornar esse sonho possível.

"Não há o que considerar perdido o tempo do diálogo que, problematizando, crítica e, criticando, insere o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito da transformação".

(PAULO FREIRE, 1983)

RESUMO

Buscando contribuir com a luta por um projeto educativo e formativo para os trabalhadores do campo e entendendo que a valorização e sistematização de experiência concreta dos trabalhadores associados são pressupostos que orientam a organização dos espaços pedagógicos da Educação Profissional Tecnológica (EPT), a presente pesquisa consiste na sistematização de experiência vivenciada pelos representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha (SINTRAF-Serrinha) com o estágio na área de Ciências Agrárias. O objetivo do estudo foi construir - a partir da interpretação crítica da experiência da organização social - as diretrizes educativas e formativas para o desenvolvimento e oferta do estágio no SINTRAF-Serrinha, na área de Ciências Agrárias, com base nos fundamentos da reprodução ampliada da vida no contexto do campo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, orientada pela Concepção do Materialismo Dialético (CMD) e pelos princípios da Sistematização de Experiência, subsidiada pela análise dos relatórios de conclusão de estágio e pela escuta ativa realizada pela autora das reflexões que emergiram nas rodas de conversa. A imersão na experiência desvelou o sentido formativo do estágio no SINTRAF-Serrinha, evidenciando a centralidade do trabalho e da formação sociopolítico orientado pelas territorialidades de resistências, permitindo estabelecer os quatro princípios educativos e formativos do estágio na organização: Princípio da Vida; Princípio Educativo do Trabalho; Princípio da Transformação Social; e Princípio da Dialogicidade. O produto da sistematização se constitui em um relatório-síntese que apresenta o percurso de sistematização, os princípios e diretrizes que orientarão a práxis de estágio. O processo de sistematização possibilitou dialogar acerca do projeto educativo e formativo do SINTRAF-Serrinha, reafirmando, através dos princípios elaborados, a articulação entre desenvolvimento do campo, formação do trabalhador e luta social e a ideia de formação humana defendida durante toda a pesquisa.

Palavras-chave: Estágio. Sistematização de Experiência. Trabalho. Formação sociopolítica. Formação Humana.

ABSTRACT

Seeking to contribute to the struggle for an educational and training project for rural workers and understanding that the appreciation and systematization of the concrete experience of associated workers are assumptions that guide the organization of the pedagogical spaces of Technological Vocational Education (EPT), the present research consists of the systematization of the experience lived by representatives of the Union of Rural Workers and Family Farmers of Serrinha (SINTRAF-Serrinha) with an internship in the area of Agrarian Sciences. The objective of the study was to build - from the critical interpretation of the experience of social organization - the educational and training guidelines for the development and offer of the internship at SINTRAF-Serrinha, in the area of Agrarian Sciences, based on the foundations of the expanded reproduction of life in the context of the field. This is a qualitative research, guided by the Conception of Dialectical Materialism (CMD) and the principles of Systematization of Experience, supported by the analysis of the internship completion reports and by the active listening carried out by the author of the reflections that emerged in the conversation circles. The immersion in the experience revealed the formative meaning of the internship at SINTRAF-Serrinha, highlighting the centrality of work and socio-political formation guided by the territorialities of resistance, allowing to establish the four educational and formative principles of the internship in the organization: Principle of Life; Educational Principle of Work; Principle of Social Transformation; and Principle of Dialogicity. The systematization product constitutes a synthesis report that presents the systematization course, the principles and guidelines that will guide the internship praxis. The systematization process made it possible to dialogue about the educational and training project of SINTRAF-Serrinha, reaffirming, through the elaborated principles, the articulation between rural development, worker training and social struggle and the idea of human training defended throughout the research.

Keywords: Internship. Systematization of Experience. Job. Sociopolitical formation. Human formation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Municípios que compõem o Território do Sisal 15
Figura 2 - Características fundamentais da "Condição Camponesa" 42
Figura 3 – Etapas do processo de sistematização de experiência 52
Figura 4 – Processo de sistematização de experiência no SINTRAF-Serrinha 56
Figura 5 e 6 – Sede do SINTRAF-Serrinha.....58
Figura 7 - "Quefazer" educativo e formativo do SINTRAF-Serrinha 92
Figura 8 - Síntese dos princípios educativos e formativos do estágio no SINTRAF-Serrinha 105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relatório de conclusão de estágio analisados no processo de sistematização de experiência 54
Quadro 2 – Participantes da sistematização de experiência 59
Quadro 3 - Dimensões, categorias temáticas e indicadores que compõe a análise dos dados 62
Quadro 4 - Relação entre os indicadores e pré-indicadores 64
Quadro 5 - Síntese dos princípios e indicadores da oferta e desenvolvimento de estágio do SINTRAF-Serrinha 66

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ARCO Sertão	Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia
APAEB	Associação dos Pequenos Agricultores da Bahia
BAHIATER	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
CEB	Comunidade Eclesiástica de Bases
CEP	Comité de Ética em Pesquisa
CETEP-Sisal	Centro Territorial de Educação Profissional do Sisal
CMD	Concepção Metodológica Dialética
CODES SISAL	Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOPAF	Cooperativa de Produção e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Serrinha
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DEC	Departamento da Educação do Campo
DIREC	Diretoria Regional de Educação e Cultura
EPT	Educação Profissional Tecnológica
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul
FATRES	Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal
IE	Instituição de Ensino
IF Baiano	Instituto Federal Baiano
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
MAB	Movimento dos atingidos por Barragens
MMC Brasil	Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NTE	Núcleo Territorial de Educação
PAA	Programa de Aquisição de Alimento
PE	Produto Educacional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROFEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PT	Partido dos Trabalhadores
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares
SINTRAF-Serrinha	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha
STR	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
SUPROF	Superintendência da Educação Profissional
SUPROT	Superintendência da Educação Profissional e Tecnológica
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNICAFES	União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

2 TERRA, TRABALHO, AGROECOLOGIA E FORMAÇÃO: TENCIONAMENTOS PARA O ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO/DO CAMPO 22

2.1 Contradições e possibilidades para a práxis produtiva no campo 27

2.2 Agroecologia: ciência e matriz tecnológica 36

2.3 O Estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio 45

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS 50

3.1 Caminho Metodológico 53

3.2 Procedimento de Análises 60

4 A PRÁTICA EDUCATIVA E FORMATIVA DO ESTÁGIO NO SINTRAF-SERRINHA 67

4.1 Mobilização 67

4.2 Organização do espaço educativo 74

4.3 Dificuldades e desafios 82

5 APRENDIZAGEM DE UMA CAMINHADA: SENTIDOS E SIGNIFICADOS QUE CONSTITUEM A BASE DO PRODUTO DE SISTEMATIZAÇÃO 91

5.1 "Quefazer" educativo e formativo do SINTRAF-Serrinha: trajetória de uma experiência em movimento 92

6 SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA DO SINTRAF-SERRINHA: A OFERTA E DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIO 103

6.1 Princípios e diretrizes do processo educativo e formativa do estágio na área de Ciências Agrárias no SINTRAF-Serrinha 105

6.2 Processo de Validação 118

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 121

REFERÊNCIAS 124

APÊNDICE A - Plano de sistematização de experiência 134

APÊNDICE B – Roteiro para apresentação da proposta de sistematização, acordo e convite 139

APÊNDICE C – Instrumento de Coleta de Dados/Roteiro para roda de conversa da etapa de recuperação e ordenação do processo vivido 140

APÊNDICE D – Instrumento de Coleta de dados/Roteiro para roda de conversa da etapa da interpretação crítica do processo vivido 141

APÊNDICE E – Análise e validação do produto /Roteiro da roda de conversa para análise, ajuste e validação do produto 143

APÊNDICE F – Análise dos Dados/Roteiro para análise do conteúdo coletado no processo de Sistematização da Experiência 144

APÊNDICE G - Termo de Consentimentos Livre e Esclarecido (TCLE) 145

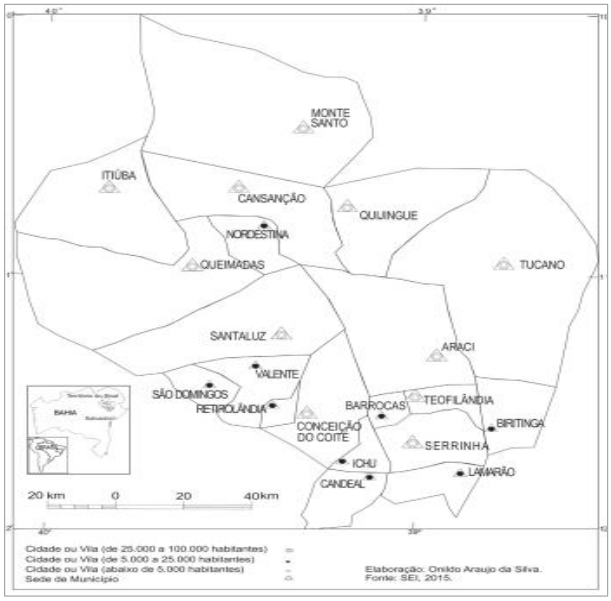
APÊNDICE H – Produto Educacional 150

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa faz parte do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), no âmbito da área de pesquisa "Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional Tecnológica" que aborda a concepção, os processos e organização dos espaços pedagógicos na Educação. Está inserida no macroprojeto denominado "Organização de espaços pedagógicos na EPT". O estudo analisou a proposta educativa e formativa do estágio, na área de Ciências Agrárias, oferecido e desenvolvido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha (SINTRAF-Serrinha).

O SINTRAF-Serrinha é uma organização sindical localizada no município de Serrinha, inserido no Território do Sisal. A configuração do Território do Sisal[1] foi homologada pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (CODES SISAL) em 25 de setembro de 2003 a partir de um arranjo organizacional constituído por 20 municípios baianos (Fig. 1) agrupados com base nas particularidades históricas, caracterizada pela prevalência de um conjunto de adversidades físicas-naturais e indicadores socioeconômicos e pelo ativismo social resultado de um complexo de manifestações e formação de redes de organizações sociais (LIMA; COELHO NETO, 2017).

Figura 1- Municípios que compõem o Território do Sisal



Fonte: Santos, Coelho Neto e Silva (2015).

[1] Sobre o processo de constituição do Território do Sisal, ver Santos, Coelho Neto e Silva (2015).

O Território do Sisal está situado numa área de ocorrência de longos períodos de estiagem característicos do clima tropical do semiárido brasileiro, proveniente de uma região caracterizada pela produção do sisal e pecuária extensiva. Apresenta predominância da população rural, historicamente marcada pelo domínio latifundiário e coronelista e pela exploração do trabalho (LIMA; COELHO NETO, 2017, SANTOS; COELHO NETO; SILVA, 2015).

Contudo, segundo Lima e Coelho Neto (2017), em meio a esse contexto de hegemonia político-econômica, um conjunto de ações e organizações sociopolítica se constituiu no Território do Sisal promovendo algumas mudanças no campo das relações de poder, das relações de produção e da promoção da transformação social.

Esse conjunto de ações e organizações sociopolíticas, principalmente dos agricultores, denominado por Lima e Coelho Neto (2017) de "ativismo social" potencializam o poder da ação coletiva, forjando condições de intervenção social ao assumirem importantes papéis em colegiados territoriais e conselhos municipais e estaduais, ocupar cargos políticos impactando as forças políticas tradicionais e promover o associativismo e a organização política-produtiva calcada em tessituras solidárias de cooperação e descentralização do poder.

Inserida nesse contexto, o SINTRAF-Serrinha emerge como um exemplo concreto do movimento de resistência aos processos de dominação e exploração. A construção de um espaço de estágio para os filhos e filhas dos agricultores familiares do município e a parceria com as instituições vinculadas a Educação Profissional Tecnológica (EPT) é resultado desse movimento de enfrentamento as contradições sociopolíticas e de ações efetivas de afirmações para o desenvolvimento do jovem do campo.

Vale ressaltar que a minha história de vida tem relação direta com esse processo de luta e enfrentamento em prol do trabalhador do campo. Sou filha de agricultores familiares associados ao sindicato e em muitos momentos da minha infância acompanhei meus pais nessa caminhada, junto ao sindicato, para lutar em prol do fortalecimento da Agricultura Familiar no município, além de ter participado durante a minha adolescência de atos políticos, cursos, projetos, formação direcionadas para os jovens do campo, entre outras atividades.

No entanto, ao concluir o ensino médio e mudar de cidade para dar continuidade os estudos, acabei me afastando da organização sindical, mas em 2014 ao retornar à cidade de Serrinha e ingressar como professora da área de ciências Exatas no CETEP-Sisal, atuando nas turmas do curso de agroecologia, passei a conviver com diversos estudantes que desenvolveram o estágio supervisionado na organização sindical.

Parte desses estudantes são filhos de agricultores familiares também associados ao Sindicato. Assim, a partir da convivência, do diálogo acerca das experiências formativas vivenciadas por eles no estágio e do resgate das minhas memórias, percebo o quanto, mesmo em tempo/espaço diferente, a organização sindical está sempre presente contribuindo com o nosso processo formativo. Porém, agora estabelecendo um vínculo mais estreito com as instituições de educação formal às quais nós, filhos e filhas do trabalhador e da trabalhadora do campo, estamos vinculados.

Portanto, a minha motivação também está relacionada com esse vínculo e autoidentificação com os estudantes do curso de agroecologia do CETEP-Sisal. Daí, compreender o significado e a dimensão educativa da atividade de estágio nessa instituição e contribuir com a organização desse espaço pedagógico tão importante para os sujeitos/educandos do campo e com a luta em prol do desenvolvimento do campo e em especial dos agricultores familiares, passou a ser a minha inquietação.

Os movimentos sociais do campo têm exigido e, ao mesmo tempo, colaborado com a formação do trabalhador do campo ao buscar fortalecer a luta por direitos e pelo desenvolvimento de políticas públicas que garantam a permanência e a qualidade de vida dos sujeitos no campo (CALDART, 2021). Assim, a temática tem relevância social na medida em que a EPT se associa a projetos societários que acreditamos que estejam voltados para o desenvolvimento social, humano e profissional dos sujeitos coletivos no campo.

Deste modo, a pesquisa se justifica pela contribuição que poderá oferecer as discussões acerca da formação do trabalhador, de modo geral, e de modo específico, para a organização dos espaços pedagógicos de estágio no contexto da EPT do campo e suas territorialidades de resistência, no sentido de ofertar processos formativos que possibilitem uma formação omnilateral.

Em conformidade com a Lei Nº 11.788/2008 e com as diretrizes específicas editadas pelos Conselhos Nacionais de Educação o estágio é uma etapa formativa realizada em organizações públicas ou privadas, desenvolvida em situação real de trabalho e assumida como ato educativo e supervisionado da instituição de ensino (BRASIL, 2008; 2021). Mas ampliando essa compreensão, é um momento de desenvolver conhecimento e possibilitar ao aluno experiências, a partir da realidade em que atua, na perspectiva da práxis educativa.

A formação profissional se consolida nas experiências de vida, nos valores, conceitos, sentimentos e emoções, visto que segundo Ramos (2008) os estudantes são “sujeitos singulares cujo projeto de vida se constrói pelas múltiplas relações sociais, na perspectiva de emancipação humana, que só pode ocorrer à medida que os projetos individuais entram em coerência com

um projeto social coletivamente construído" (RAMOS, 2008, p. 5). Dessa forma, o processo educativo envolve sujeitos coletivos, transformação social, preparação para o trabalho, colaboração e cooperação. É um processo contínuo de formação humana.

Nesse sentido, ao discutir a concepção formativa do estágio no contexto da Educação Profissional no/do campo, precisamos associar a formação e educação dos trabalhadores do campo a um debate mais amplo que tenciona a formação dos trabalhadores na perspectiva de superação das relações do capital. Estas relações dizem respeito a um projeto hegemônico de expansão do capital que tem como característica principal o controle da agricultura pelo capital financeiro internacionalizado, transformando-o num ramo da indústria que subordina a natureza aos interesses das empresas capitalistas e expropria o trabalhador dos meios de produção da sua própria existência (CALDART, 2010a).

Para superá-lo é necessário tomar como objeto de estudo e de práticas a lógica da agricultura camponesa sustentável. Isso significa desenvolver um projeto formativo que assume como elementos essenciais do processo educativo em andamento, a agricultura camponesa voltada para a produção de alimentos; a centralidade do trabalho; à terra como meio de produção da vida; uma nova matriz produtiva e tecnológica que combina produtividade e sustentabilidade; a cooperação como princípio organizador da produção; e como produto dessas relações, assumir a educação profissional como práxis, articulando em um mesmo processo a formação para o trabalho, formação cultural, ética, política e científica (CALDART, 2010a).

Nesse sentido, a educação no contexto do campo vem sendo discutida pelos pesquisadores dessa área com base no reconhecimento das potencialidades do campo, enquanto "espaço de vida e resistência", ao defender um projeto de educação pensada pelo povo, trabalhadores do campo e movimentos sociais do campo, que reconhecem a diversidade deste espaço e dos seus sujeitos.

Deste modo, e considerando que a Educação Profissional se configura como "um campo em disputa entre projetos hegemônicos voltados ao capital e projetos outros de educação do trabalhador como resistência (reação e criação) ao modo de produção de vida existente" (PEREIRA I., 2012, p. 288), o desafio dessa pesquisa foi investigar se o estágio ofertado pelo SINTRAF-Serrinha implica ou não na lógica contrária ao desenvolvimento apregoado pelo capital.

Será que os sujeitos do SINTRAF-Serrinha que vivenciam a experiência da oferta e desenvolvimento do estágio supervisionado na organização sindical têm interpretado criticamente sobre como essa prática tem contribuído, ou poderá contribuir para uma formação profissional pautada nos pressupostos da reprodução ampliada da vida, de modo que os

processos formativos permitam “apreender a materialidade histórica de processos de produção da existência humana que vão além da reprodução simples da vida e não se restringem a tornar o ser humano um cidadão-produtivo-consumidor” (TIRIBA; BUTSHKAU; COELHO, 2017, p. 1367).

A discussão acerca da reprodução ampliada da vida se encaminha no sentido de construção de espaços/tempo de produção social onde o ser humano por meio trabalho auto-organizado respeita e conserva a natureza, mantendo o seu equilíbrio e reconhecendo a sua dependência em relação aos elementos naturais (CORAGGIO, 2009).

Ou seja, contempla uma diversidade de experiências de trabalho orientadas por princípios econômicos onde a concepção de riqueza, natureza e organização produtivo assume um sentido democrático, pois mesmo sob a égide do capitalismo, adota outras formas de organização social do trabalho (CORAGGIO, 2009; TIRIBA, 2018a).

Diante disso, formulamos o problema de pesquisa nos seguintes termos: até que ponto os sujeitos do SINTRAF-Serrinha envolvidos com a oferta e desenvolvimento de estágio supervisionado na organização têm interpretado criticamente a práxis formativa do estágio e buscado contribuir com a formação profissional dos estagiários com base nos pressupostos da reprodução ampliada da vida no campo?

Frente a esta problemática e buscando contribuir com a proposta educativa e formativa do estágio no SINTRAF-Serrinha, orientado pela práxis e fundamentados em “projetos outros” que possibilitam a “reação e criação” de alternativas de existência dos sujeitos do campo a partir da centralidade do trabalho e da formação sociopolítica, o objetivo geral da pesquisa foi: construir – a partir da interpretação crítica da experiência da organização social – os princípios e as diretrizes educativas e formativas para o desenvolvimento e a oferta do Estágio no SINTRAF-Serrinha, na área de Ciências Agrárias, com base nos fundamentos da reprodução ampliada da vida no contexto do Campo.

Para alcançar o objetivo proposto, formulamos os seguintes objetivos específicos: reconstruir a experiência vivenciada pelos sujeitos do SINTRAF-Serrinha com a oferta e desenvolvimento do estágio; analisar a experiência do SINTRAF-Serrinha com a oferta e desenvolvimento de estágio na área de Ciências Agrárias, identificando os elementos educativos e formativos fundamentais da práxis produtiva e política no campo; elaborar com as lideranças do SINTRAF- Serrinha os princípios e diretrizes para o processo formativo da prática de estágio com base nos fundamentos da reprodução ampliada da vida no contexto do campo.

O desenho da pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, orientada pela Concepção do Materialismo Dialético (CMD) que tem como método de investigação a sistematização de

experiências. Este método possibilitou a auto reflexão dos sujeitos envolvidos com oferta e desenvolvimento de estágio no SINTRAF-Serrinha, permitindo compreender os processos que sustentam a experiência e extrair e compartilhar ensinamentos que contribuíram para ressignificá-la (JARA-HOLLIDAY, 2006).

O estudo da dimensão educativa e formativa do estágio no SINTRAF-Serrinha a partir da reflexão crítica dos representantes envolvidos com o estágio, resultou na elaboração de um relatório-síntese que apresenta o percurso investigativo - planejamento, etapas, vivências, intencionalidades - e os princípios e diretrizes da oferta e desenvolvimento de estágio na organização - Princípio da Vida, Princípio Educativo do Trabalho, Princípio da Transformação Social e Princípio da Dialogicidade. Esse relatório-síntese consiste no Produto da sistematização de experiência, elaborado a partir de uma construção dialógica e participativa que contribuiu para fortalecer os processos pedagógicos de estágio e a identidade coletiva do grupo.

O aporte teórico que fundamenta a pesquisa tem base em um referencial que orienta a práxis produtiva e política no contexto do campo, a partir das matrizes terra, trabalho e agroecologia e da prática profissional supervisionada desenvolvida na perspectiva da práxis. Está ancorado nos estudos de Antunes (2009), Caldart (2010a; 2010b; 2015; 2017a), Garcia e Fagundes (2010), Marx (1996), Ploeg (2008; 2009) Ramos (2010); Saviani (1994; 2007), Sevilla Guzmán (2001; 2005; 2008), Tiriba (2001; 2018a; 2018b), Vazquez (2011), Wanderley (1999; 2009), entre outros que discutem essa temática. Para formulação dos princípios e diretrizes também recorremos aos estudos de autores como Aguiar *et al*. (2016), Caporal (2003), Freire (1983; 2021a; 2021b), Ribeiro (2017), Santos, Mutim e Souza (2021), Tardin e Travassos (2021) e Zanelli, Barbosa e Cardoso (2021) que atuam com referencial para apreender a dimensão formativa dos processos educativos com centralidade no trabalho, em referências sociopolíticas e nas territorialidades de resistência, pautadas em metodologias participativas.

Para melhor compreensão do objeto de estudo, esta dissertação está organizada conforme os capítulos descritos a seguir:

No capítulo “Terra, Trabalho, Agroecologia e Formação: tencionamentos para o estágio na Educação Profissional do/no campo”, trazemos uma discussão teórica sobre o sentido ontológico e histórico do trabalho e a sua relação com a práxis produtiva no campo, buscando compreender como as matrizes terra, trabalho, formação e agroecologia podem contribuir para a reprodução ampliada da vida no campo; e a relação entre trabalho e educação a partir do estágio como práxis.

No capítulo correspondente aos “Aspectos metodológicos”, descrevemos o percurso investigativo: apresentamos a concepção e a abordagem metodológica que orienta a pesquisa; contextualizamos o método, os instrumentos e *lócus* de investigação; apresentamos os participantes envolvidos no processo e as etapas que compõem este estudo, possibilitando atender os objetivos propostos; e descrevemos o movimento de análise e interpretação dos dados realizada por meio da análise de conteúdo.

No capítulo “A prática educativa e formativa do estágio no SINTRAF-Serrinha” apresentamos os resultados da sistematização de experiência, analisando como a partir da centralidade do trabalho e da atuação sociopolítica, principalmente por meio do acompanhamento da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) junto aos agricultores familiares associados, o SINTRAF-Serrinha organiza os espaços pedagógicos para o estágio na área de Ciências Agrárias. Além de refletirmos sobre as dificuldades e desafios intrínsecos ao processo de organização do espaço educativo e ao contexto social, político e produtivo dos agricultores.

No capítulo “Aprendizagem de uma caminhada: sentidos e significados que constituem a base do produto de sistematização” discutimos sobre os elementos formativos que conduzem a práxis pedagógica do SINTRAF-Serrinha – formação vinculada efetivamente ao trabalho; articulação dos diferentes conhecimentos; construção coletiva; processo dialógico; ATER com centralidade nas questões agroecológicas; referências nas práticas sociopolíticas - explicitando as intencionalidades formativas e reafirmando a ideia de formação humana que defendemos ao longo da pesquisa e conduz os princípios e diretrizes que elaboramos para o estágio.

Em “Sistematização de experiência do SINTRAF-Serrinha: a oferta e desenvolvimento de estágio” apresentamos o produto elaborado no processo de sistematização. Primeiro fazemos uma breve apresentação do produto e identificamos a concepção de educação que orienta os princípios: Educação do Campo; Educação Profissional do Campo; Educação dialógica e transformadora; Educação em Agroecologia. Em seguida fazemos uma discussão acerca da proposta educativa e formativa expressa em cada princípio. Por fim, apresentamos uma síntese do processo de validação do produto.

2 TERRA, TRABALHO, AGROECOLOGIA E FORMAÇÃO: TENCIONAMENTOS PARA O ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO/DO CAMPO

Para falar em formação humana, práticas educativas e educação emancipatória, torna-se necessário compreender que a evolução do homem é um reflexo das relações sociais que o homem estabelece entre si e com a natureza, o que significa que a dialética da transformação do meio social faz com que ele se torne sujeito da ação no mundo (ANTUNES, 2009; MARX, 1996; NETTO; BRAZ, 2006; REGO, 1995).

Assim, entendemos que "educação diz respeito ao complexo processo de formação humana, que tem nas práticas sociais o principal ambiente dos seus aprendizados" (MST, 2010, p. 212). A educação do sujeito é um processo que tem como base as condições socioculturais. Entretanto, esse contexto de formação do homem pode ter um direcionamento que eleva a condição humana promovendo a autonomia e a consciência crítica ou a desumanização sob a égide da alienação.

Por isso, Caldart (2010a, p. 229) defende que a perspectiva da abordagem da Educação Profissional no/do Campo "é a de pensar a formação dos trabalhadores, considerados como classe e como sujeitos de um projeto histórico com objetivos de justiça, igualdade social e emancipação humana".

No âmbito da educação formal, quando analisamos a história da Educação Profissional, observa-se que a mesma foi pensada para treinar uma parcela da população para desempenhar atividades manuais consideradas de nível intelectual inferior ou para contemplar grupos sociais desfavorecidos economicamente, sendo desenvolvida para atender as exigências do capitalismo a partir de uma concepção de educação voltada para a instrumentalização e especialização do trabalhador de modo a assegurar as demandas do mercado configurando um processo de exploração e dominação (CHISTÉ, 2016).

No entanto, a construção da formação do trabalhador toma outro direcionamento se for constituída a partir dos fundamentos do materialismo histórico-dialético de Marx, onde o trabalho é considerado condição da existência humana, a partir do qual o homem se constitui e se relaciona com o outro. O trabalho é um processo que contribui para a formação humana com vista à emancipação do sujeito, desde que estimule o desenvolvimento de todas as capacidades humanas (CHISTÉ, 2016), conforme abordaremos no decorrer deste texto.

Nesse sentido, com o objetivo de compreender os fundamentos da Educação Profissional sob o enfoque sócio-histórico do sujeito do campo, vamos discutir sobre os elementos que fundamentam o processo educativo desse trabalhador. O desenvolvimento de

um projeto de emancipação do trabalhador do campo tem como base a “formação do próprio agricultor e agricultora”; a “valorização das experiências dos camponeses para além dos conhecimentos tácitos”; a “formação de trabalhadores protagonistas na construção de novas relações sociais” (PEREIRA; SOLDA; MARTINS, 2017, p. 17).

Isso significa entender a realidade e buscar respostas para os problemas, onde um passo importante nessa direção é a viabilização das próprias condições de produção. Outro ponto é interligar no processo de ensino aprendizagem, teoria e prática, especialmente de forma coletiva ao estudar as experiências de cooperação no campo e na cidade e cultivar o valor do trabalho, bem como proporcionar formação técnica inicial que integra trabalho manual e intelectual, onde todos os educandos se envolvem em algum tipo de trabalho, criando pesquisando e inovando e assim estejam preparados para lutar e viver em uma sociedade sem exploração.

Para Vendramini (2010, p. 130), a educação do trabalhador do campo é uma ilusão se não for contextualizada na conjuntura social em que está inserida, “nas relações que a suportam e, especialmente, se não for compreendida no âmbito da luta de classes, que se expressa no campo e na cidade”. Nesse contexto, a discussão da Educação Profissional no Campo está voltada para um projeto de desenvolvimento do próprio campo, buscando uma formação que permita a participação nos processos produtivos desse espaço:

> A educação profissional do campo não é a mesma coisa que escola agrícola. Ela inclui a preparação para diferentes profissões que são necessárias ao desenvolvimento do território cuja base de desenvolvimento está na agricultura: agroindústria, gestão, educação, saúde, comunicação, mas sem desconsiderar que a produção agrícola é a base da reprodução da vida, e por isso, deve ter centralidade na formação para o trabalho no campo (CALDART, 2010a, p. 236).

Deste modo, os processos pedagógicos da educação profissional com ênfase para dimensões constitutivas do campo, tem base em princípios éticos, políticos e sociais que preservam a identidade camponesa e orientam a emancipação do sujeito. Onde todos são capazes de produzir suas condições materiais de vida, sem permitir que sejam explorados, independente do espaço onde estão, seja no campo ou na cidade:

> Trata-se de pensar uma educação profissional que seja parte da formação específica para o trabalho do /no campo desde uma lógica de desenvolvimento cuja centralidade está no trabalho (todos devem trabalhar), na apropriação dos meios de produção pelos próprios trabalhadores na terra como meio de produzir vida e identidade (e não como negócio) (CALDART, 2010a, p. 237).

Nesse sentido, a ênfase da nossa discussão está nas matrizes - terra, trabalho, agroecologia e formação - que podem constituir os fundamentos e princípios da reprodução ampliada da vida no campo. Para tanto, vamos primeiramente buscar compreender os pressupostos da reprodução ampliada da vida.

Compreendemos a partir de Tiriba, Butshkau e Coelho (2017, p. 1366) que o processo de reprodução ampliada da vida considera a "totalidade social das formas históricas em que, mediado pelo trabalho, um grupo social e mesmo uma comunidade inteira insistem em conservar e afirmar modos de vida distintos da lógica do capital".

Como afirma Tiriba (2018a), o conceito de reprodução ampliada da vida está em processo de construção, mas vem sendo desenvolvido a partir de um conjunto de ações que expressam princípios ético-políticos de sujeitos coletivos que intervêm nos processos de reprodução social, distinguindo as iniciativas autônomas dos trabalhadores das que circunscrevem a reprodução ampliada do capital.

Segundo Frigotto (2001), com a mundialização do capital e a sua auto regulação, acentuam-se as contradições entre os avanços das forças produtivas e a exploração da força de trabalho; monopólio da ciência, da tecnologia e das redes poderosas de informação orientada para a maximização do lucro; destruição do conjunto dos direitos conquistado pela classe trabalhadora; desenvolvimento de formas cada vez mais violentas de alienação ou superexploração do conjunto da classe trabalhadora; avanços das forças produtoras de mercadorias e serviços, ao mesmo tempo que aumenta a miséria e a fome que assola a humanidade.

Para Tiriba (2018a), no modo de vida capitalista a produção de riquezas gera mais pobreza. Como consequência dessa relação inversa entre acumulação de riqueza e disseminação da pobreza Petersen (2009) afirma que o mundo contemporâneo está passando por uma crise sem precedentes, devido ao esgotamento de um projeto de sociedade que tem como alicerce a acumulação de riquezas, concentrada nas mãos de uma minoria, desconsiderando os limites naturais e humano necessário para sua própria reprodução. Um exemplo desse processo desordenado apontado pelo autor é a combinação entre o número crescente da população mundial, predominantemente urbanizada com a acelerada degradação dos recursos naturais e as mudanças climáticas.

É nesse sentido de contradições impostas pelo capital que Frigotto (2001) adverte acerca do avanço do capitalismo ao longo do século XX chamando atenção para as suas consequências maléficas: "chegamos ao final do século com um balanço que nos indica que embora a

humanidade tenha tido um extraordinário avanço científico e tecnológico sob o domínio hegemônico do capital, houve mais destruição do que bem-estar" (FRIGOTTO, 2001, p. 15).

Diante desse cenário que configura a "era da acumulação flexível" (HARVEY, 2008, p. 151) entendemos que "a elevação ético-política e intelectual da classe trabalhadora para atingir níveis cada vez mais orgânicos e profundo de consciência coletiva e organização é condição fundamental para essa luta contra-hegemônica" (FRIGOTTO, 2008, p. 11).

Trata-se de uma base cultural, política e produtiva que caminha na direção contrária aos fundamentos do modo de vida capitalista. Dito de outro modo, significa pensar em um conjunto articulado de estratégias "ético-políticas" que caminha na perspectiva da formação humana, mesmo sendo instituídas no contexto da formação social capitalista.

Para Tiriba, Butshkau e Coelho (2017, p. 1367) essas estratégias compreendem espaços/tempo comunitário permeados por diversas formas de "associatividade no trabalho e no território". São estratégias que se configuram em novas relações entre o homem e natureza e entre os próprios homens a partir de uma base material e simbólica que permitam a construção de uma sociabilidade fraterna e solidária, com base, por exemplo, no respeito a natureza externa ao ser humano, nos fundamentos da economia popular ou da economia solidária, na autogestão do trabalho e da vida social (TIRIBA, 2018a).

Em seus estudos Tiriba (2018b) apresenta alguns espaços/tempos de produção social, onde por meio do cruzamento das determinações econômicas e autoatividade sujeitos-trabalhadores se movimentam entre a reprodução ampliada do capital e a reprodução ampliada da vida:

> a) Espaços/tempos da produção capitalista na qual, embora marcado pela alienação do trabalho, verifica-se ação criadora e produção dos saberes por parte dos trabalhadores/as.
> b) Espaço/tempos da atual crise do capital e do trabalho assalariado, nos quais as estratégias associativas do trabalho se configuram como parte integrante da economia popular solidária, movimentos de fábricas ocupadas, movimentos dos trabalhadores rurais sem terra, etc.
> c) Espaços/tempos revolucionários - quando são produzidas mudanças estruturais na sociedade, verifica-se a dualidade de poderes ou o confronto entre capital e trabalho que se manifesta por meio de revoltas e rebeliões;
> d) Espaços/tempos das práticas econômicas-culturais das comunidades e povos tradicionais: quilombolas; caiçaras, indígenas, pescadores, pantaneiros, artesãos, pequenos produtores rurais, etc. (TIRIBA, 2018b, p. 109).

Em síntese, ao buscar compreender os fundamentos da reprodução ampliada da vida é preciso ter como requisito a criação de uma cultura do trabalho, calcada em relações

econômicas-culturais educativas, onde sujeitos/trabalhadores se constituem como classe e não se substanciam na lógica destrutiva do capital (TIRIBA, 2018b).

Fazendo um recorte dessa discussão para o contexto específico do campo, Ploeg (2008) aponta que diante dos padrões atuais de acumulação flexível do capital que consequentemente produz níveis elevados de segregação social tanto na cidade quanto no campo, a ampliação do número de camponeses e a criação de condições para gestão do desenvolvimento rural e agrícola pelos camponeses são mecanismos apropriados para lidar com essa condição social de marginalização e superá-lo.

Nessa direção, Peterson (2009) apresenta como estratégias de resistência às imposições do poder econômico e político no campo a criação de postos de trabalho digno, capazes de promover a redistribuição demográfica e a descentralização econômica; novos métodos de manejo técnico que reconectem a agricultura e a natureza, assegurando níveis produtivos elevados e a conservação da base ambiental que dá sustentação ecológica à agricultura; pequenas unidades de produção, viabilizada pela diversidade produtiva e pela integração de atividade; fortalecimento das cadeias curtas de comercialização e a revalorização dos produtos locais; restabelecimentos dos mercados de insumos e de produtos por meio de trocas não-monetarizadas, fundamentando a moderna economia solidária em tradicionais relações sociais de reciprocidade.

Para o autor acima citado, essas ações se organizadas de forma articulada representam resistência ao poder econômico e político-ideológico que negam a permanência do modo de vida e de produção dos camponeses, assim como configuram estratégias que fortalecem as bases materiais e culturais dos sujeitos coletivos do campo no sentido de criar meios/espaços de reprodução ampliada da vida nesse espaço.

Entretanto, como pontua Caldart (2010a), o que hoje se afirma como um projeto alternativo de desenvolvimento do campo não tem ainda uma formulação precisa, acabada, pois vem sendo construído nos embates e se desenhando pelo contraponto ao projeto hegemônico e seus impactos sociais e ambientalmente destrutivos.

Porém, segunda a autora, é possível destacar alguns aspectos importantes desse projeto que vem sendo constituído a partir da centralidade do trabalho enquanto atividade essencialmente humana necessário à produção e reprodução da vida: soberania alimentar como princípio organizador da agricultura; democratização da propriedade e do uso da terra ao recolocar a reforma agrária em pauta; uma nova matriz produtiva e tecnológica, com base na agroecologia e uma nova lógica organizativa, tendo por base a cooperação.

Nesse sentido, vamos analisar a relação entre terra, trabalho, agroecologia e formação, buscando compreender como essas matrizes podem assegurar a reprodução ampliada da vida no campo.

2.1 Contradições e possibilidades para a práxis produtiva no campo

O trabalho é apresentado nos estudos de Marx e Engels como uma categoria que possibilita compreender o desenvolvimento da sociedade e o modo como o homem constrói sua subjetividade. Segundo Engels (2006) é por meio do trabalho que o homem evolui de uma condição de existência predominantemente biológica para uma existência social.

Desse modo, o homem se diferencia dos outros animais a partir do momento em que produz seus meios de vida, uma vez que em seu processo evolutivo, foi capaz de sobreviver devido às transformações e adaptações que realizou na natureza por meio do trabalho (SAVIANI, 1994). Isso significa que ao longo do tempo, o homem buscou intervir na natureza para garantir a sua existência, criando através do trabalho, mecanismos para sobreviver e satisfazer as suas necessidades. Como afirma Marx (1996):

> O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1996, p. 326).

Assim, o trabalho decorre do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e dela dependem para sobreviver. Deste modo, buscando a produção e a reprodução de sua vida social por meio do trabalho, de forma a garantir a sua existência, o ser humano cria e recria as próprias condições de sua reprodução, tornando o trabalho resultado de um projeto idealizado em sua consciência, uma ação intencional e com certo grau de racionalidade que se configura "como referencial ontológico fundante da práxis social" (ANTUNES, 2009, p. 139).

Sobre essa premissa, o trabalho produz o próprio homem, pois ao empregar a consciência na execução do seu trabalho transforma-o em uma atividade constitutiva do gênero humano, "comum a todas as suas formas sociais" (MARX, 1996, p. 335). Portanto, a formação do ser social ocorre em concomitância com o processo de transformação da natureza pelo

homem ao produzir bens materiais indispensáveis à sobrevivência e mediar a relação homem-sociedade.

O trabalho humano é dotado de uma processualidade, onde, com ajuda dos meios de trabalho, o homem opera uma transformação do objeto, segundo uma finalidade concebida desde o início, transformado em produto (MARX, 1996). É por meio desse processo que o homem vai produzindo um mundo adaptado a sua realidade e voltado para atender às suas necessidades. Nesse sentido, o trabalho além de criar valores de uso, fonte da riqueza material, é também expressão dos fundamentos da riqueza material, ou seja, das relações de produção (MARX, 1996). Essas relações de produção ao qual Marx se refere, é o que Vazquez chama de práxis produtiva:

> A práxis produtiva é, assim, a práxis fundamental porque nela o homem não só produz um mundo humano ou humanizado, no sentido de um mundo de objetos que satisfazem necessidades humanas e que só podem ser produzidos na medida em que se plasmam neles fins ou projetos humanos, como também no sentido de que na práxis produtiva o homem se produz, forma ou transforma a si mesmo (VAZQUEZ, 2011, p. 230).

Assim, a práxis produtiva possibilita a formação do próprio homem, não apenas no sentido de atender as necessidades biológicas, mas também social, cultural e política. Marx e Vazquez concebem o trabalho como condição universal da vida humana, sendo o homem produto das relações de produção, ou seja, da práxis produtiva.

Porém, à medida que as relações de produção vão se materializando na história, vão se constituindo formas distintas de produção e nesse processo surge a natureza contraditória do trabalho: divisão da sociedade em classe; divisão social e técnica do trabalho; trabalho alienado.

Como esclarece Netto e Braz (2006), alienação é produto de uma sociedade onde predomina a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, nessa sociedade o produto resultante do trabalho não pertence ao trabalhador, é uma sociedade onde predomina a expropriação do trabalhador, exploração do homem pelo homem.

Inicialmente, na sociedade primitiva, prevalecia o modo de produção comunal, os homens produziam sua existência trabalhando com a terra e com a natureza, mas à medida que o homem se torna sedentário, surge a propriedade privada da terra e consequentemente o homem se divide em classe, classe dos proprietários da terra e dos não proprietários. Ser dono da terra dá ao homem a condição de sobreviver sem trabalhar, enquanto os não proprietários ficam responsáveis pelo trabalho com o encargo de manter a si e os seus senhores. Com a passagem da sociedade antiga para a idade média, o modo de produção feudal, o trabalho

escravo das relações de trabalho na antiguidade se transforma em trabalho servil e o homem, mesmo os que moram na cidade, continuam vivendo do trabalho agrícola no campo. Já na modernidade, na produção capitalista, surge a indústria e diferente da idade média que a cidade estava subordinada ao campo, essa relação se inverte e o campo fica subordinado a cidade e a agricultura subordinada a indústria (SAVIANI, 1994).

Vejamos que até a idade média as relações de existência eram predominantemente rurais, onde o meio de produção central é a terra, como afirma Marx (1996, p. 335), o "processo de trabalho tem lugar originalmente apenas entre o homem e a terra que lhe é preexistente", mas à medida que a sociedade vai avançando, além da intensificar a divisão social e técnica do trabalho, rompe-se o laço direto com a terra.

Isso significa que o trabalhador é arrancado da terra e desapropriado dos seus meios de produção. Por isso, segundo Saviani (1994), o sentido contraditório de liberdade apontado por Marx no livro o Capital faz referência ao fato de os trabalhadores dispor da sua força de trabalho, porém, subordinados aos meios de produção alheios:

> O trabalhador se converte em trabalhador livre porque desvinculado da terra, livre porque pode vender sua força de trabalho, mas também porque é despojado de todos os seus meios de existência. A liberdade posta num sentido contraditório, duplo, aparentemente positivo – livre para dispor de sua força de trabalho – mas também no sentido negativo na medida em que é desvinculada dos seus meios de existência (SAVIANI, 1994, p. 155).

O modo de produção capitalista modificou radicalmente as relações de produção, destruindo as formas de organização produtiva dos camponeses, de forma que, ao mesmo tempo que libertou o homem da condição de servo da terra, também o afastou da terra, transformando em trabalhadores livres para vender sua força de trabalho.

Além disso, com a industrialização, no sistema capitalista a propriedade privada confere ao capital o direito de comprar a força de trabalho e desenvolver um plano de ação onde o trabalhador seja capaz de produzir o máximo possível, isso com base no desenvolvimento tecnológico e na divisão técnica do trabalho, na separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, contribuindo assim para a desarticulação e desapropriação dos saberes e para desqualificação do trabalhador (TIRIBA, 2008).

Na verdade, o capital vai se constituindo enquanto modo de produção hegemônico à medida que vai efetivando a subsunção do trabalho aos seus imperativos. Contudo, compreender essa dupla face do trabalho enquanto atividade vital humana ou atividade alienada é importante, pois nos permite afirmar que o trabalho apesar de ter assumido um caráter

desumanizador também possibilita a humanização, ou dito de outra forma, que só pelo trabalho podemos alcançar a plena humanização.

Assim, nas contradições do capitalismo há formas de resistência dos trabalhadores e agricultores que lutam por sua humanização pelo trabalho, à medida que buscam outras maneiras de trabalhar e organizar as relações de trabalho e lutam pela posse dos meios de produção, a exemplo da terra.

À terra é para o homem uma "fonte originária de provisões, de meios de subsistência prontos, preexiste, independentemente de sua interferência, como objeto universal do trabalho humano" (MARX, 1996, p. 328), contudo, mesmo sendo essencial à vida e não sendo produto do trabalho humano é espaço constante de conflitos entre capital e trabalho (RIBEIRO, 2015).

Ou seja, mesmo sendo fonte de vida, elemento central que garante a condição da existência humana, "arsenal originário" de produção humana, os homens e mulheres do campo são expropriados da terra e consequentemente submetidos historicamente a várias formas de exploração. Conforme aponta Arroyo (2017, p. 95) ao longo da história de apropriação/expropriação da terra e do espaço camponês no Brasil, verificamos:

> Relações escravizantes de trabalho como forma dominante de exploração dos latifúndios. Relações de trabalho em que índios, negros, mestiços foram e são explorados e reduzidos à condição de trabalho mercadoria. A diversidade de formas de violência e exploração dos homens, mulheres 'livres' pobres na ordem escravocrata perdura até o presente. Formas múltiplas de trabalho camponês, assalariados, temporários, colonos, trabalhadores na agricultura familiar, posseiros, agregados e tantas formas de trabalho subordinado direto ou indiretamente ao latifúndio, ao agronegócio e às agroindústrias (ARROYO, 2017, p. 95).

O cenário descrito ressalta o caráter contraditório da relação entre terra e trabalho, são as configurações postas à medida que o trabalho foi se distanciando do seu sentido ontológico no processo histórico de transformação da sociedade, como forma de instituir e reafirmar o poder, o domínio e apropriação da terra. Em síntese, temos "terra como sinônimo de poder e de riqueza; sem-terra como sinônimo de subordinação, de sem poder" (ARROYO, 2017, p. 95).

A modernização capitalista da agricultura – cujo processo foi intensificado e legitimado pelo Estado com a Lei nº 4505 do Estatuto da Terra, no período do regime militar em 1964 - aumentou a concentração acelerada da terra e da renda e as desigualdades do campo brasileiro através da expropriação e exploração dos "pobres do campo", migração dos camponeses e transformações das relações de trabalho.

A formação social histórica do Brasil evidencia a hegemonia de um pequeno grupo dominante que ao construir uma estrutura para garantir a propriedade da terra nas mãos de uma pequena parcela social privilegiada, atendendo a lógica da reprodução ampliada do capital, legitima o seu poder, colocando os camponeses em condição de subalternização (COUTINHO; MUNIZ; NASCIMENTO, 2012).

Contudo, conforme afirma Alentejano (2012), a propriedade privada não é a única forma de acesso à terra no Brasil, temos na realidade do campo brasileiro a existência de outras formas de acesso, uso e controle da terra como as tradicionalmente ocupadas por comunidades rurais, de uso comum, para a produção extrativista, a criação de gado e agricultura, porém sem a propriedade legal; as terras de Reforma Agrárias, oriundas daqueles latifundiários que não cumpriram o preceito constitucional da função social da terra e foram desapropriados, tendo suas terras destinadas à criação de assentamentos rurais; terras indígenas; terras devolutas, terras griladas, que foram apropriadas ilegalmente; e o arrendamento como forma do acesso à terra no país de pequenas áreas por pequenos agricultores rurais ou grandes extensões por empresários e empresas.

As formas de acesso coletivo ou democrático da terra são decorrentes da resistência ou/e conquista das lutas camponesas. A luta pela terra no Brasil é um fenômeno histórico e contínuo que começou no período colonial e permeia a contemporaneidade.

> A maioria absoluta dos trabalhadores, ex-escravos e imigrantes começaram a formação da categoria, que na segunda metade do século XX, seria conhecida como Sem-Terra. Lutamos pela terra, pelo desentranhamento da terra, numa luta que vem sendo realizada até hoje. Essas pessoas formaram o campesinato brasileiro, desenraizado, obrigado a migrar constantemente (FERNANDES, 1999, p. 18).

O processo descrito pela autora (re)configura a divisão de classe em que se constitui a população rural no Brasil: de um lado os fazendeiros latifundiários, interessados no agronegócio e na modernização do campo; do outro lado, povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, camponeses, indígenas, quilombolas, entre outros grupos que tem a terra como meio de vida e reprodução social.

Diante dessa distinção, as lutas e resistência dos camponeses são caminhos para sobreviver à exploração, requerer o direito pela posse e romper com a estrutura de dominação latifundiária estabelecida. E ainda, conforme advogam os movimentos camponeses e indígenas, os agricultores precisam de terra para produzir a comida para suas próprias comunidades e seu

país, o que justifica a luta por reformas agrárias para que seja possível ascender e controlar a terra, a água e agrobiodiversidade, elementos vitais para sua reprodução (ALTIERI, 2010).

Os índios foram os primeiros a enfrentar o furor dos colonizadores ao tentar defender as suas áreas, depois os escravos ao formarem quilombos para sobreviver e posteriormente os colonos posseiros nas fazendas pelo acesso à terra e ao cultivo, a exemplo da revolta de Canudos, Contestado e Trombas (OLIVEIRA, 2001).

Esses movimentos/revolução impulsionaram o desenvolvimento de várias formas de organização política camponesa no século XX, como as ligas camponesas na década de 50 e 60 no Nordeste Brasileiro que deu dimensão nacional a luta pela terra no Brasil; associações de classe; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), criados em 1960 e estruturados por meio de várias organizações políticas ligada à igreja católica; Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), fundada em 1964 (FERNANDES, 1999; OLIVEIRA, 2001).

Mas foi com a criação das ligas camponesas que se intensificou a pressão social dos camponeses na luta pela terra. O objetivo do movimento era "organizar os camponeses para se opor e resistir à expropriação e expulsão da terra e à recusa ao assalariamento" (NETO, 2014, p. 67).

No entanto, o golpe militar em 1964 ao combinar a repressão do Estado com a modernização da agricultura e com os incentivos fiscais e subsídios aos latifundiários fortalece as grandes propriedades de monoculturas promovendo consequentemente aumento da violência, repressão e arbitrariedade, de modo que as ligas e algumas organizações política dos camponeses foram fortemente perseguidas, reprimidas e aniquiladas (NETO, 2014).

Diante do cenário de violência extrema protagonizada no governo militar e das consequências da dominação agrária no Brasil, surgem então novas formas de organização no campo: Comunidade Eclesiástica de Bases (CEBs); Formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Partido dos trabalhadores (PT); o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); Movimento grito da Terra Brasil; Movimento dos atingidos por Barragens (MAB); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil); a luta dos seringueiros da Amazonas, entre outros (OLIVEIRA, 2001).

Com isso, a partir do surgimento desses novos movimentos e de mobilizações organizadas por algumas centrais sindicais destinadas a combater a ação de sindicatos coibidos por interesses alheios aos trabalhadores do campo, principalmente durante o processo de modernização do campo no governo militar, a estrutura do STR é posta em cheque e começa a se delinear uma nova estrutura de organização sindical, uma base sindical que coloca a

agricultura familiar no centro das discussões sociopolíticas de desenvolvimento para o campo (MEDEIROS, 2012; PICOLOTTO, 2014).

Mesmo os STR tendo sido regulamentados numa conjuntura em que ele se constituía como instrumento político da classe trabalhadora, o sindicalismo não apresenta rotas lineares, pois ao longo de sua história foi marcado por influências do poder patronal, pela frente humanista da igreja e pelo corporativismo do Estado.

Para fazer frente a essa postura colaborativa e patronal do STR, conforme sintetiza Medeiros (2012), surge na década de 80 um movimento crescente de ações conjuntas dos sindicatos opositores do sindicalismo "*contaguiano*", com apoio da comissão pastoral da Terra e articulado a CUT para a formação de entidades que cooperam no desenvolvimento da agricultura, como as Federações Estaduais ligadas à CUT que vão contribuir para o processo de formação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL).

Deste modo, através do FETRAF-SUL se formou a FETRAF Brasil:

> Essa Federação inova em relação à tradição sindical de diferentes maneiras. Apoiava-se em sindicatos de agricultores familiares, rompendo com a tradição unitária de representação que vinha desde os anos de 1960. Além disso, criava outra base federativa que em 2005, se organizou como federação: a FETRAF Brasil (MEDEIROS, 2012, p. 712).

Com a criação da FETRAF ocorreram várias mudanças na base dos sindicatos rurais e também na afirmação da agricultura familiar por todo país. Uma das mudanças mais importante, foi a transformação no nível municipal ou regional dos STR em SINTRAF, implicado em mudanças na conjuntura sindical municipal e na concepção político-ideológica dos seus membros (PICOLOTTO, 2014).

Nesse contexto, marcado por profundos contrastes sociais, como concentração da propriedade, da riqueza e do poder, o Território de Identidade do Sisal, no semiárido baiano, também reafirma essa história de lutas dos movimentos sociais do campo, principalmente os agricultores familiares.

Os trabalhadores e trabalhadoras com apoio dos setores católico-progressista e/ou do Movimento de Organização Comunitária (MOC)[2] reivindicam suas condições de vida

[2] Movimento fundado pela Igreja Católica, em 1967, para assessorar a igreja no desenvolvimento das ações comunitárias pastorais, constituindo-se como entidade autônoma a partir de 1970. Ao se desvincular da Igreja Católica passou a estimular e apoiar organizações de comunidades urbanas e rurais com o intuito de favorecer o desenvolvimento comunitário e o combate à exclusão social (NASCIMENTO, 2000).

(NASCIMENTO, 2009). Um dos primeiros movimentos surgiu em 1979, por meio de mobilizações dos agricultores familiares que cobram do Governo do Estado da Bahia medidas contra os impostos que dificultavam a comercialização dos seus produtos agrícolas, processo que contribuiu para a criação da Associação dos Pequenos Agricultores da Bahia (APAEB), com sede em diversos municípios do semiárido baiano (NASCIMENTO, 2009).

Em seguida, na década de 80 surge o Movimento dos Mutilados do Sisal, movimento que reivindica o direito ao amparo previdenciário das vítimas de acidentes de trabalho no processo de desfibramento do sisal (CODES, 2010).

Nesse mesmo período ocorreu mobilizações dos trabalhadores rurais em praticamente todos os municípios do Sisal, reivindicaram o controle político dos STR, dirigidos por homens de confiança do poder público local. A partir das mobilizações e do apoio do MOC, os trabalhadores se articularam, de modo que foram assumindo o controle dessa organização no território por meio da legitimação eleitoral dos candidatos pelos trabalhadores, possibilitando a ampliação da atuação dos sindicatos, fenômeno que resultou na mudança da base sindical STR para SINTRAF, inserindo assim no centro da representação do sindicato os agricultores familiares (CODES, 2010; NASCIMENTO, 2009).

Devido essas lutas iniciadas na década de 70 e do resgate do controle do STR das mãos da elite política, o Território de Identidade do Sisal se torna palco de outros movimentos/organizações sociais do campo. Inicialmente podemos citar Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) desencadeado na década de 90, que iniciou a discussão sobre o papel da mulher na sociedade. Depois tivemos a criação em 1996 da Fundação de Apoio dos Trabalhadores Rurais da região do Sisal (FATRES), entidade que em sintonia com o MOC e a APAEB buscou priorizar a mobilização e articulação das organizações sindicais rurais para que este pudesse fazer frente aos problemas da seca, a luta por direitos previdenciários dos trabalhadores mutilados do sisal, o acesso à terra e a erradicação do trabalho infantil (CODES, 2010; NASCIMENTO, 2009).

Na mesma direção podemos destacar também a criação do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (CODES SISAL), fundado em dezembro de 2002, com a finalidade de promover transformações institucionais e econômicas que contribuíssem para o desenvolvimento sustentável e a criação da Arco-Sertão e da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), entre outros movimentos (CODES, 2010; NASCIMENTO, 2009).

Assim, o marco histórico dos movimentos sociais do campo no Território de Identidade do Sisal ocupa um espaço importante na luta pela transformação e reprodução social do campo,

principalmente em relação às demandas e criação de condições para o desenvolvimento da agricultura. Para Nascimento (2009, p. 41), à medida que os trabalhadores rurais do Território do Sisal "começaram a tomar parte dos espaços públicos com relativa capacidade de disputa política e cultural, gradativamente demarcaram seu lugar político diante da sociedade e do Estado".

Formam-se então, diferentes grupos e movimentos sociais representados pelos camponeses que passam a reivindicar terras e espaços de direitos para sua reprodução social. Para Oliveira (2001, p. 189), são duas frentes de lutas, "uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira". Assim, os camponeses se articulam coletivamente, construindo uma "identidade social que lhe permita constituir-se como classe social e, portanto, como sujeito social na afirmação dos seus interesses de classe" (COSTA; CARVALHO, 2012, p. 118).

A atuação dos camponeses em revoltas populares ou movimentos que representam os interesses do campesinato no Brasil vai desde os conflitos entre posseiros e grandes proprietários políticos até a formação dos movimentos sociais do campo.

> O camponês, organizado nos movimentos sociais ou fora deles, numa prática de relações sociais 'geografada' localmente, desenvolve um conjunto de manifestações que garante sua existência, e, consequentemente, incomoda a parcela dominante da sociedade que não lhe reconhece como sujeito e classe social (FABRINI, 2007, p. 30).

Em meio à dominação e expropriação que compõe o espaço rural, espaço esse centrado na racionalidade do capital, no lucro e em competências especializadas decorrentes da modernização da agricultura, o sujeito social camponês mantém se firme, expressando sua resistência para não desaparecer, tanto por meios dos movimentos sociais como através de modos sociais de trabalho coexistente em vários espaços/tempos do campo (BRANDÃO, 2007).

Segundo Brandão (2007), ainda é possível que o campesinato, mesmo modernizado e aprisionado ao agronegócio, não apenas sobreviva, mas se reproduza com sabedoria, veja que:

> Comunidades indígenas ampliam suas áreas de espaços-reservas homologadas e, pouco a pouco e perigosamente, algumas delas se integram a uma economia regional de excedentes. Comunidades negras rurais quilombolas (bem mais do que contamos ou imaginamos até agora) conquistam o direito de existirem em suas terras ancestrais de pleno direito. Comunidades camponesas reinventam estratégias para se preservarem, transformando todo o necessário

> para que o essencial de suas formas de vida não se perca. Acampamentos dos movimentos sociais da reforma agrária cobrem de lonas pretas tanto os espaços estritos das beiras de estradas, quanto as terras de fazendas improdutivas e ocupadas (BRANDÃO, 2007, p. 42).

Diante destas estratégias de resistência dos camponeses, entendemos a partir de Tiriba e Fischer (2013, p. 531) que é importante "compreender os modos de vida que, embora submersos às relações sociais capitalistas, diferenciam-se e/ou se confrontam com os paradigmas do sistema capital".

Ao longo desta discussão percebemos que terra e trabalho originalmente apresentam uma forte ligação e podem se constituir, em meio às formações sociais que vão se estabelecendo ao longo do tempo, em elementos de liberdade ou o seu contrário. No entanto, é importante deixar claro que mesmo em meio a uma sociedade capitalista, onde terra e trabalho estão sob a subsunção da capital, é possível se apropriar do sentido criador do trabalho e/ou do caráter universal da terra - meio de produção da vida - para pensar/construir espaços tempos de reprodução ampliada da vida.

Assim, levando em consideração as reflexões que permearam essa subseção no qual vimos que em determinado momento histórico da sociedade, o campo se separa da cidade, assim como a agricultura se subordina a indústria, protagonizando um afastamento do homem com a natureza, desapropriando-o da terra e promovendo um desequilíbrio tanto social como natural, na próxima subseção vamos discutir sobre a dimensão formativa da agroecologia.

O objetivo é buscar compreender como a agroecologia, enquanto matriz produtiva/política e ciência que rompe com a ciência convencional que materializou a simplificação e reducionismo da agricultura empresarial/capitalista, pode ser a chave para a construção de espaços/tempos de trabalho e formação social/política de sujeitos sociais que disputam seu modo de vida com o modo de vida dominante.

2.2 Agroecologia: ciência e matriz tecnológica

O conceito de agroecologia que orienta este trabalho está relacionado com a visão de totalidade do ser humano, tem base na relação indissociável entre homem, natureza, sociedade e cultura (CAPORAL, 2009a; 2009b). Ou seja, vai além de uma nova forma de produzir, integra as demandas sociais, políticas, culturais, econômicas, ambientais, técnicas e de soberania alimentar, promovendo a articulação dos elementos que a sociedade de classe separou: homem

e natureza; teoria e prática; trabalho manual e trabalho intelectual; conhecimento científico e os diversos tipos de conhecimentos e saberes.

Com isso, para falar de agroecologia, enquanto ciência e matriz tecnológica que ajuda a sociedade a desenvolver “formas sustentáveis de interação metabólicas com a natureza e dos seres humanos entre si" (CALDART, 2019, p. 3), faz-se necessário compreender as bases contraditórias da modernização da agricultura.

Desde a década de 60, muitos países latino-americanos vêm introduzindo processos de modernização orientado pela revolução verde que tem como premissa o aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, alimentos transgênicos, irrigação e mecanização, como explica Pereira, M. (2012):

> A Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratórios, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra - conjugado ou difusionismo tecnológico, bem como a uma base tecnológica da valorização do progresso. Esse processo vinha sendo gestado desde o século XIX, e, no século XX, passou a se caracterizar como uma ruptura com a história da agricultura (PEREIRA, M., 2012, p. 687).

Esse novo modelo de desenvolvimento da agricultura, centrado na monocultura, uso de adubos de base sintética, da produção de sementes híbridas e dos agrotóxicos, modificou a forma de produzir e de viver no campo ao vincular a agricultura à indústria e mantê-la sob controle do capital. Assim, a revolução verde, responsável pelo chamado progresso da agricultura, além de trazer problemas relacionados ao meio ambiente, acentuou as contradições da reprodução do capital.

A Revolução Verde surgiu com o argumento de que seria uma forma de acabar com a fome no mundo, ao introduzir no espaço rural tecnologias que possibilitam o aumento da produção. No entanto, como explica Stedile e Carvalho (2012) ao invés de equacionar a dinâmica da fome e da desnutrição, resultou na intensa concentração da propriedade de terra e da produção, aumentando o êxodo rural e as migrações entre países.

Foi responsável pela expulsão dos camponeses das suas terras e pelo desencadeamento de graves problemas ambientais como a destruição da fauna, da flora, poluição da água e a perda da capacidade produtiva dos solos. Em síntese, resultou na precarização das condições de vida dos agricultores, pobreza e exclusão social.

Diante disso, pontuamos como características da modernização, a transformação capitalista da agricultura que impõe a empresa rural como único modelo proposto para toda agricultura (WANDERLEY, 2009). Assim, a produção em grande escala em terras para monoculturas, mecanizadas, torna-se a via de acesso para o aumento significativo da

produtividade, onde os proprietários dos meios de produção assumem o papel de patrões e a referência de trabalho passa ser trabalho assalariado, simplificação das operações e separação do trabalho físico e mental (CALDART, 2017a).

Outro fator importante decorrente do avanço da modernização é o fato da relação entre agricultura e o meio ambiente ter sido desabilitada, pois, como afirma Ploeg (2009), os processos de produção agrícola são desconectados da natureza e dos ecossistemas em que estão inseridos, já que os fatores naturais - fertilidade do solo, esterco de qualidade, variedades minuciosamente selecionadas e raças localmente adaptadas - são progressivamente substituídas por fatores artificiais, expressos na forma de insumos externos – fertilizantes de base sintética, agrotóxicos, herbicidas, inseticidas, sementes híbridas e transgênicas, etc. – e novos equipamentos tecnológicos.

A diversidade e a diferenciação das formas de produção tradicionais também são consideradas como entraves para a modernização. A essência da tradição cultural dos camponeses de regular socialmente o mecanismo de troca através de relações de reciprocidade ou por meio de trocas não mercantilizada com a natureza (PETERSEN, 2009; PLOEG, 2009) é visto como representação de atraso e de incultura, onde os camponeses jamais poderiam ser reconhecidos como ator do progresso social (WANDERLEY, 2009).

Desse modo, o caminho para o desenvolvimento proposto visava "a substituição maciça dos terrenos comunais pela propriedade privada super concentrada e o despojamento generalizado de formas sociais de agricultura familiar por latifúndios agroindustriais [...]" (SEVILLA -GUZMÁN, 2005, p. 119).

A modernização da agricultura, defende um modelo produtivo onde a relação do homem com a natureza e do homem com o próprio homem é de degradação e expropriação ao acreditar que somente o domínio da natureza por meio de tecnologias permite produzir mais em menos tempo. Para tanto, compreendem o homem separado da natureza ao mesmo tempo em que desconsidera os impactos políticos, sociais e ambientais.

Petersen, Soglio e Caporal (2009) concluem que:

> A modernização da agricultura retirou do agricultor o controle do conhecimento associado ao seu próprio trabalho, criando um mecanismo que ao mesmo tempo expropriou o saber-fazer das comunidades rurais e transferiu esse poder para as corporações do agronegócio transnacional. Dessa forma, a dependência tecnológica converteu-se em invasão cultural, imobilizando as capacidades autônomas de inovação local e promovendo a desconexão da agricultura com relação aos ecossistemas, às comunidades e ao consumo de alimentos (PETERSEN; SOGLIO; CAPORAL, 2009, p. 87).

Contraditoriamente, mesmo com a intensificação desse processo e da força material e ideológica que foi criada em prol da modernização e do aparente progresso da agricultura, as comunidades locais reagem a esse cenário hostil e criam novas formas de resistência. Segundo Sevilla-Guzmán (2001), essas formas de resistência consistem em respostas endógenas surgidas a partir da própria cultura local.

Ploeg (2009) reforça esse entendimento ao afirmar que essas formas de resistência se configuram nas diversas ações desenvolvidas pelos agricultores camponeses com o objetivo de confrontar os modos de ordenamento que atualmente dominam nossa sociedade. Essa resistência "reside nos campos, nas formas como o adubo é preparado e as vacas nobres são cruzadas"; "na criação de novas unidades camponesas de produção e consumo em áreas que em outras circunstâncias permaneceriam improdutivas ou seriam destinadas à produção em larga escala de cultivos para exportação"; e na "apropriação de áreas naturais pelos agricultores" entre outras ações (PLOEG, 2009, p. 27).

Para o autor as ações são, em geral, soluções sustentáveis que visam a construção de soluções locais para problemas globais, e ainda, uma característica fundamental, não consiste em roteiros prontos e sim numa heterogeneidade de muitas respostas que induz a novos processos de aprendizagem.

É nesse sentido que a agroecologia se insere nesse quadro, como um novo caminho possível, uma vez que "a agroecologia, respeita a diversidade ecológica e sociocultural, e, portanto, outras formas de conhecimento, propugna pela necessidade de gerar um conhecimento holístico, sistêmico, contextualizador, subjetivo e pluralista, nascido a partir das culturas locais" (SEVILLA-GUZMÁN, 2001, p. 35).

Tomando em seu conjunto esses princípios, Sevilla-Guzmán (2005, 2008) defende que o enfoque agroecológico exige uma integração entre as suas dimensões sociais e técnicas. Isso porque, segundo o autor, ela parte da dimensão técnica ao colocar em seu primeiro nível de análise a relação do agricultor com à terra para entender as relações de dependência que os aspectos da política, da economia e da sociedade geram sobre ele, e depois, nos demais níveis de análise, coloca como central a matriz comunitária em que o agricultor está inserido, pois é essa matriz sociocultural que proporciona uma práxis intelectual e política a sua identidade local e a sua rede de relações sociais. Como resultado, formula propostas coletivas que transformam as relações de dependências apontadas no primeiro nível de análise.

Diante disso, compreendemos que o enfoque do autor traz uma análise multidimensional de sustentabilidade, de modo que a ciência agroecológica se diferencia das outras ciências que têm como base o conhecimento fragmentando e cartesiano. Expressa um novo paradigma

científico, alicerçado numa visão de totalidade, onde a partir do aporte das diferentes ciências, as variáveis sociais ocupam um lugar central para a construção do conhecimento agroecológico.

Conforme reafirma Caldart (2016, p. 7), "a agroecologia integra um conjunto diverso e complexo de conhecimentos, com alto valor científico e cultural. Sua chave de análise da realidade está nas relações e na abordagem dos agroecossistemas como totalidade, explorando vínculo entre natureza, produção, política e cultura."

Ainda, de acordo com Caldart (2017a), a agroecologia é base científica que fundamenta um modo de agricultura ecologicamente equilibrada, alicerçada na justiça social, na viabilidade econômica e na diversidade cultural, à medida que articula produção agrícola de base ecológica com princípios da soberania alimentar, com a socialização da propriedade da terra, formas de trabalho associado e com um projeto educativo que associa várias dimensões da formação humana.

Contudo, o autor Sevilla-Guzmán (2005, p. 103) chama atenção para a abordagem restrita da agroecologia que vem sendo desenvolvida e tem tomado espaço no campo da pesquisa e do ensino, pois segundo o autor tem sido utilizada como "mera técnica ou instrumento metodológico para compreender melhor o funcionamento e a dinâmica dos sistemas agrários e resolver a grande quantidade de problemas técnicos-agronômicos que as ciências agrárias convencionais não conseguem esclarecer".

Para o autor, essa visão da agroecologia como um saber essencialmente acadêmico, carece de compromisso socioambiental. São as dimensões sociais, políticas e culturais da agroecologia que as diferenciam da abordagem industrial capitalista da agricultura, já que estas podem assumir o caráter sustentável da agroecologia como uma força material e ideológica de reprodução ampliada do capital, como adverte Caldart (2017a) ao constatar que o capital tem buscado substituir o pacote industrial sintético pelo pacote orgânico que não deixa de ser industrial, ao tempo que investe cada vez mais em propaganda ideológica com o intuito de convencer as pessoas que somente o seu modelo de agricultura 'inovador' e 'defensor da natureza' é capaz de alimentar a crescente população urbana.

É por isso que é importante deixar claro que como resultado da aplicação dos princípios da agroecologia, vamos alcançar estilos de agricultura de base ecológica, obtendo produtos de qualidade biológica superior somente se essa agricultura atender aos requisitos sociais, considerar os aspectos culturais, preservar os recursos ambientais, apoiar a participação política e o empoderamento dos seus atores, bem como permitir a obtenção de resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, apresentando uma perspectiva temporal de longo prazo

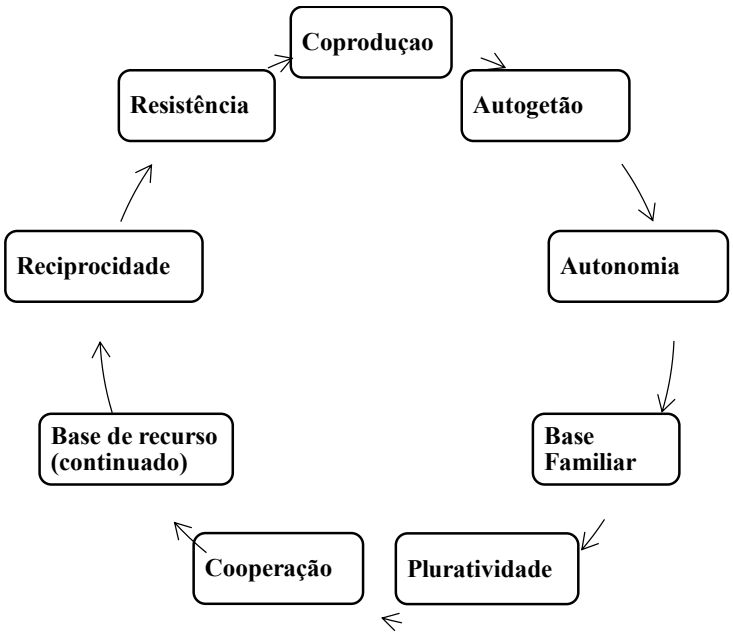
(CAPORAL, 2009b), o que não é o caso do pacote orgânico produzido pelo modelo de agricultura "inovador" dos empresários do agronegócio.

Assim, entendemos que a agroecologia nos convoca a pensar e pôr em prática um projeto de ressignificação das inter-relações ambiental, social, econômica e educativa. Para tanto, Caporal (2009a) nos apresenta as balizas que orientam a construção e operacionalização desse projeto ao pontuar que é preciso atender aos requisitos sociais, qualificando as relações entre os sujeitos, melhorando as suas condições de vida e o seu bem-estar; considerar aspectos culturais, buscando respeitar e resgatar saberes, conhecimentos e valores dos diferentes grupos sociais; cuidar do meio ambiente preservando os recursos naturais ao longo do tempo e mantendo e ampliando a biodiversidade; apoiar o fortalecimento de formas associativas e de ação coletiva, promovendo participação efetiva, maior empoderamento dos atores sociais e estimulando a autogestão; contribuir para a obtenção de bons resultados econômico, buscando um ponto de equilíbrio entre produção e preservação de bases de recursos naturais; atender requisitos éticos se comprometendo com uma sociedade mais justa e solidária.

A agroecologia, portanto, apresenta novos mecanismos para estudar a realidade, pois tem sua base de construção social nas práticas locais, no conhecimento tradicional do manejo dos agroecossistemas e na ação social coletiva de determinados setores da sociedade.

Nesse sentido, buscando distinguir a agricultura camponesa que apresenta uma perspectiva ecológica, baseada nos princípios da agroecologia, das demais agriculturas, Ploeg (2008, 2009) afirma que o modo de produção camponês atualmente articula-se com as relações sociais mais gerais, aos quais ele chama de "condição camponesa" (Fig. 2).

Figura 2 – Características fundamentais da "Condição Camponesa"



Fonte: elaborada pela autora com base em Caldart (2017a) e Ploeg (2008; 2009).

De acordo com a figura 2, essa "condição camponesa", enquanto princípio organizador apresenta nove características fundamentais: i) relação de coprodução com a natureza viva; ii) construção e autogestão de uma base autônoma de recursos naturais e sociais (terra, trabalho, capital, conhecimento, etc.) que não pode ser separado de elementos opostos e contraditórias como, por exemplo, trabalho *versus* capital ou trabalho manual *versus* atividade intelectual; iii) uma relação diferenciada com mercados diversificados, dispondo de certa autonomia; iv) um projeto de sobrevivência e de resistência com base na reprodução da unidade familiar; v) fortalecimento continuado da base de recurso; vi) autonomia; vii) pluriatividade; viii) cooperação e as relações de reciprocidade (PLOEG, 2008, 2009). E, em conformidade com as marcas da agricultura camponesa sinalizadas por Caldart (2017a, p. 139), inserimos no rol desses princípios organizativos a "identidade que, mesmo sendo de adequação ao ambiente em que se insere, também é de resistência a processos de exploração e de dominação, na forma de conflitos abertos ou não".

Com isso, os camponeses criam arranjos produtivos fundamentados no encontro, na interação e na mútua transformação do ser humano e da natureza viva. No entanto, se estamos falando dos princípios organizativos que definem o modo de fazer agricultura dos camponeses, então nos questionamos acerca do que vem a ser a agricultora familiar camponesa.

Na verdade, partilhando do entendimento da Wanderley (1999), a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais da Agricultura Familiar, uma vez que se funda sobre a relação terra, trabalho e família e que é a partir dessa tríade que o camponês constitui sua autonomia. E ainda, como afirma Peterson (2009, p. 7), "a agricultura familiar camponesa constrói o seu progresso a partir do emprego do seu trabalho e de seus conhecimentos na valorização dos potenciais ecológicos e socioculturais locais".

Todavia, Wanderley (2009) esclarece que a população que vive no campo é bastante diversificada se tomarmos como base as formas de ocupação, as tradições culturais e as identidades afirmadas, portanto, fazem do campo seu lugar de vida as famílias que tiram seu sustento de diferentes atividades, autônomas ou combinadas entre si, então:

> [...] entre agricultores familiares e camponeses não existe nenhuma mutação radical que aponte para emergência de uma nova classe social ou um novo segmento de agricultores, gerados pelo Estado ou pelo mercado, em substituição aos camponeses, arraigados às suas tradições. Em certa medida, pode-se dizer que estamos lidando com categorias equivalentes, facilmente intercambiáveis. Nesse sentido, o adjetivo *familiar* visa somente reforçar as particularidades do funcionamento e da reprodução dessa forma social de produção, que decorrem da centralidade da família e da construção de seu patrimônio (WANDERLEY, 2009, p. 40, grifo do autor).

Portanto, a Agricultura Familiar trata-se de uma forma social particular de organização da produção, com base na unidade de produção gerida pela família, onde no cenário que predomina a dependência de mercados globalizados multiplicaram-se as formas de agricultura familiar, e essas formas de agriculturas familiares vão assumir diferentes estratégias de resistência ou distanciamento que estão relacionadas com o princípio organizador de "condição camponesa" anteriormente descrita (PLOEG, 2008).

Compreendemos com base em Caldart (2016, 2017a) que camponeses são os sujeitos construtores da agricultura agroecológica e que a agroecologia se desenvolve enquanto base científica e matriz tecnológica através do diálogo entre cientistas e camponeses, na diversidade do conhecimento e de técnicas experimentadas pelos agricultores camponeses em diferente espaço tempo, já que os avanços da ciência tecnológica são resultados das pesquisas desses agroecossistemas tradicionais, ricos em agrobiodiversidade que em sua maioria são desenvolvidos por agricultores pobres, com pequenas parcelas de terra, na luta constante pela sobrevivência ameaçada pelo capital. Assim, "a opção política da agroecologia tem sido", e deve continuar sendo, "pelo desenvolvimento da agricultura familiar camponesa, trabalhando especialmente com os pequenos agricultores" (CALDART, 2016, p. 5).

É nesse sentido que defendemos a inclusão da agroecologia e da agricultura familiar camponesa, como um objeto mais amplo do processo formativo dos trabalhadores, principalmente dos trabalhadores do campo, para que possamos estabelecer uma conexão entre a elaboração e apropriação científica e as diversas formas do conhecimento desenvolvido pelas famílias camponesas em suas práticas sociais e históricas, potencializando a formação dos estudantes e ao mesmo tempo fortalecendo as capacidades produtivas da Agricultura Familiar camponesa (CALDART, 2017a).

Em síntese, a lógica do projeto educativo deve ser:

> Formar agricultores capazes de compreender a totalidade das relações que compõem o sistema produtivo em que se inserem, sendo necessário mais conhecimentos científicos sobre a natureza, sobre a produção, muita formação política para entender as contradições do período e rigorosa capacidade de análise coletiva do que vamos fazendo. O esforço formativo vai, pois, no rumo do *contraponto à alienação*, característica básica da relação entre trabalhador e trabalho no capitalismo (MST, 2015, p. 68, grifo do autor).

Portanto, defendemos que a agroecologia, enquanto ciência e matriz tecnológica associada a um projeto educativo de uma organização social do campo e assim, vinculada a forças sociais que lutam pela transformação da sociedade, se constituem na "chave teórico-metodológica" de processos educativos de transformação social.

Enfim, trazemos nesse tópico, uma síntese da compreensão sobre agricultura camponesa, agroecologia e suas relações, e sobre como essas relações realizam uma resistência ao modo de produção hegemônico na sociedade ao assumir o desafio de ampliar a autonomia dos camponeses em relação ao capital, permitindo a sua reprodução social.

Contudo, conforme alerta Caldart (2017a), em meio ao momento histórico da lógica capitalista do capital que promulga o trabalho alienado, pela separação entre trabalho físico e mental e pelo controle externo do capital, cooptando os aspectos da matriz tecnológica para o seu modelo de produção, é preciso estar atento para não cair nas armadilhas de formar técnicos 'especialistas' das ciências agrárias, subordinados ao capital. Como defende Paulo Freire ao discutir sobre o papel do agrônomo, "mais do que um técnico frio e distante", precisamos formar, "um educador que se compromete e se insere com os camponeses na transformação, como sujeito, com outros sujeitos" (FREIRE, 1983, p. 42).

Nesse sentido, na próxima subseção vamos discutir sobre a prática profissional supervisionada e a construção dos saberes profissionais no contexto da EPT sob o enfoque da práxis.

2.3 O Estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio

A síntese acerca das categorias terra, trabalho e agroecologia nos ajuda a compreender que mesmo diante das amarras do capital podemos encontrar alternativas que possibilitem a reprodução ampliada da vida, muito embora o processo de alienação no qual estamos submersos nem sempre nos permite perceber que podemos construir essas alternativas.

Daí a importância de não só ter como objetivo explícito, mas também defender "para todos os trabalhadores, do campo e da cidade, uma matriz formativa alargada, multilateral, que amplie os horizontes e que não seja restrita a preparação para o trabalho" (CALDART, 2017a, p. 147), e sim, que caminhe na direção da emancipação do trabalhador, uma educação alimentada por valores humanos e pelo cuidado com a natureza e "que se desenvolve na perspectiva da práxis: prática e teoria articuladas pelo processo de transformação do mundo e de autotransformação humana" (MST, 2010, p. 213).

Partilhando dessa premissa, nesta subseção buscamos compreender como o estágio, enquanto uma atividade formativa desenvolvida especificamente em espaço real de trabalho, poderá apontar na direção de uma formação emancipatória. Para tanto, buscamos explicitar a compreensão de que só por meio da práxis o homem conhece a si e ao mundo que lhe rodeia, tornando-se capaz de sentir, pensar, planejar e transformar sua existência através de uma relação dialética entre teoria e prática.

A relação Trabalho e Educação que orienta as bases teóricas da Educação Profissional Tecnológica são fundamentadas nas proposições marxistas da educação. Envolve a concepção de formação humana a partir de um processo educativo que integra todas as dimensões da vida, propondo a formação omnilateral do sujeito, uma formação que toma como ponto de partida o trabalho enquanto princípio fundante do ser humano.

No Brasil a Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio (EPTNM) é ofertada nas formas de ensino médio articulada e subsequente, sendo que a EPTNM articulada é organizada na forma integrado ou concomitante, conforme dispõe a LDB, Lei Nº 9.394/1996 a partir da alteração da Lei Nº 11.741 de 2008.

No entanto, é importante destacar, que o termo integrado significa mais que articulação entre Ensino Médio e Educação Profissional, pois remete também a uma formação que seja integrada, no sentido pleno, a partir da concepção de educação politécnica e de escola única, em que a educação é concebida como uma totalidade social (CIAVATTA, 2014). Isso significa que:

> A *formação para o trabalho* (ou *formação do trabalhador*) que queremos para todos os jovens [...] é aquela que deve fazer parte da própria educação básica de perspectiva integral e unitária, *não se separando de uma formação geral sólida e ampla, que tem o trabalho como princípio educativo e que se centra na chamada educação tecnológica ou politécnica* (nas expressões de Marx e Gramsci). Esta concepção inclui a aprendizado de habilidades técnicas, mas seu objetivo principal é que os trabalhadores compreendam os fundamentos científicos que estão na base das diferentes tecnologias que caracterizam as relações de produção e os processos produtivos, bem como as tecnologias ou os conhecimentos tecnológicos que estão na base das diferentes técnicas de produção, seja de bens materiais, seja de bens simbólicos (MST, 2010, p. 217, grifo do autor).

Assim, o desafio da EPTNM é formar profissionais éticos, comprometidos, responsáveis e críticos quanto ao modelo de desenvolvimento sócio-político-econômico vigente. Isso implica na articulação entre conhecimentos do trabalho e das formas de gestão e organização do trabalho, promovendo a participação nas decisões acerca das relações de trabalho e uma articulação entre conhecimento intelectual e conhecimento técnico (CALDART, 2010a).

Nesse contexto, o estágio supervisionado compreende uma etapa do processo de formação profissional com grande potencial integrador. Segundo a Lei Nº 11.788/2008 é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, visando a aprendizagem de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, tendo como objetivo o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. A atividade de estágio, conforme especifica as Diretrizes Curriculares Nacionais gerais para a Educação Profissional (BRASIL, 2021) é prevista pela instituição de ensino em função do perfil de formação ou devido à natureza da ocupação.

A legislação e as diretrizes tratam o estágio como ato educativo supervisionado, específico de uma dada formação, direcionado a consolidar o processo de ensino e aprendizagem no contexto real de trabalho. Nesse sentido, com base na concepção de EPT, articulada através de uma proposta de educação integral que possibilite a emancipação do sujeito, compreendemos o estágio a partir da práxis, onde o trabalho como princípio educativo orienta a relação entre trabalho e educação.

O trabalho é a atividade fundamental da existência humana, responsável em manter e reproduzir a vida, é o meio que permite o homem criar, ampliar o conhecimento e expandir, configurando a relação indissociável entre trabalho e educação. Conforme afirma Saviani (2007, p. 154) “a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo”.

Diante dessa afirmação, o trabalho como princípio educativo é entendido como meio do ser humano produzir sua realidade e transformá-la, de se construir e de se realizar e de compreender o processo histórico da produção e das relações de trabalho. Deste modo, pressupõe que o educando compreenda a centralidade do trabalho no processo de formação humana, entenda o trabalho em seu sentido ontológico e histórico: ontológico, como a forma pela qual o homem na sua relação com a natureza, transforma-a e produz sua própria existência e assim produz conhecimento e, histórica, como categoria econômica e prática produtiva, onde por meio do conhecimento existente, produz novos conhecimentos. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

No entanto, no âmbito do modo de produção capitalista o trabalho é concebido como fator econômico, sinônimo de emprego. Nesse sentido, a direção que assume a relação trabalho e educação não é inocente, pois traz a marca dos embates que se efetivam no campo do conjunto das relações sociais, marcada pelos conflitos entre capital e trabalho (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). O trabalhador é expropriado do conhecimento pleno dos processos produtivos dominando apenas uma parcela do saber, ele não planeja, não participa e produz o que não é dele.

Assim, uma formação contra-hegemônica se dá ao assumir o trabalho como princípio educativo, já que trabalho como dimensão consciente do ser humano conduz a transformação social, pois pode transformar uma relação pragmatista e utilitarista do conhecimento em uma relação dialética entre o pensamento e a ação. Dito de outra forma, o trabalho como princípio educativo promove a articulação entre a atividade intelectual e a produção buscando superar a subordinação do trabalho ao capital.

É nesse sentido que o estágio, enquanto prática profissional orientada pelos princípios da EPT, pode proporcionar aos estudantes a imersão crítica na realidade em que estão inseridos, promovendo a emancipação do sujeito através da articulação teórico-prática na perspectiva da transformação, uma vez que "a relação teoria-prática é uma categoria fundamental para o enfrentamento da realidade" (RAMOS, 2010, p. 86).

Teoria e prática são elementos indissociáveis da práxis, que se constitui em toda atividade humana que transforma o próprio homem e o coletivo (VAZQUEZ, 2011). É uma ação-prática-consciente, associada a todos os elementos que fazem parte do ambiente natural do ser humano, seja família, religião, política, ética ou a própria natureza. Deste modo, o estágio como prática profissional ao promover a articulação entre teoria e prática conduz "a unidade entre a escola, qualquer que seja o seu nível, enquanto contexto teórico, e a atividade produtiva, enquanto dimensão do contexto teórico" (FREIRE, 2021b, p. 35).

No entanto, a concepção de prática profissional nem sempre está pautada no princípio da práxis. Segundo Ramos (2010) a concepção de prática profissional pode estar associada a situações que levam à aprendizagem ou a um conjunto de técnicas e procedimentos que instrumentalizam os estudantes por meio de conteúdos de ensino necessário à execução de determinadas atividades profissionais.

A práxis implica em ações conjuntas de todos os homens pressupondo uma participação consciente. Partindo dessa compreensão, entende-se que o estágio supervisionado não pode estar associado apenas a um momento de instrumentalização técnica, pois ao assumir a prática profissional como atividade instrumentalizada, busca-se a conformação do homem a realidade dada, com o propósito de atender a lógica do projeto de educação posta pelo capital, de cunho pragmático, que busca a separação do desenvolvimento da capacidade de pensar e de fazer do trabalhador (ARAUJO; RODRIGUES, 2011).

O projeto educacional do capital visa a subordinação dos trabalhadores às requisições do mercado de trabalho: "vincula-se a finalidade da educação às exigências do regime de produção flexível e os conteúdos de ensino a objetivos operacionais designados como competências" (RAMOS, 2010, p. 85).

Deste modo, não podemos compactuar com um projeto que tem como base conformar e adaptar o trabalhador às bases materiais e tecnológicas reguladas pelo mercado de trabalho. Em conformidade com Garcia e Fagundes (2010, p. 109), compreendemos que os estágios supervisionados "são espaços nos currículos de aproximação, criação e intervenção na realidade, na qual o estudante irá atuar como profissional. Os estágios são espaços por excelência, de conciliação entre os saberes teóricos e os saberes da prática.".

Entendemos que a atividade de estágio não pode ser revestida de um sentido utilitário, como uma prática que visa a preparação para o trabalho produtivo e o desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional, apesar dessa contradição, habilidades e competências, está implícito na Lei Nº 11.788/2008, art. 1º (BRASIL, 2008). Mesmo que haja uma preocupação em tratar o estágio como ato educativo que prepara para a atuação profissional, nesse contexto o estágio pode ser conduzido apenas como a mera execução de uma tarefa, sem reflexão, sem conhecimento e apoio teórico, culminando na dissociação entre teoria e prática.

A adoção da práxis como ponto de partida na construção dos saberes no processo formativo profissional do sujeito, implica numa atividade dirigida a um objetivo, que supõe um ser consciente de si mesmo, da matéria e do meio de sua atividade e do fim que deseja alcançar. Para Vazquez (2011) o saber é um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes

construídas pelas classes para atender os seus interesses, portanto, o saber é resultado de uma práxis social.

Nesse contexto, podemos considerar o estágio supervisionado como *lócus* de articulação de teoria e prática que potencializa a construção de saberes socialmente significativos e a tomada de consciência, enquanto ação humana capaz de transformar a realidade.

Os saberes "mobilizados, modificados e/ou criados em situação de trabalho", são entendidos como saberes profissionais (FISCHER; FRANZOI, 2018, p. 209), construídos a partir da experiência da profissão. Como esses saberes são processos de aprendizagem mobilizados a partir do uso do conhecimento na ação, eles não podem ser confundidos com conhecimentos científicos, com recortes ou apropriações de sua aplicação associada a técnica e tecnologia ou até mesmo com enunciados de ordem filosófica, pois esses conhecimentos são reconhecidos como conhecimentos abstratos (CARIA; RAMOS, 2018).

No entanto, o conhecimento abstrato pode se transformar em saberes profissionais a partir da experiência, como afirma Caria e Ramos: "no trabalho profissional processa-se uma transformação prática do conhecimento abstrato para que seja adequado à intervenção profissional em situação e na interação social, gerando uma forma situada do conhecimento: o saber profissional" (CARIA; RAMOS, 2018, p. 23). O saber profissional não pode ser desassociado de situações reais e concretas, pois "é manifestação e resultado da história produzida pelos sujeitos em atividade de trabalho" (FISCHER; FRANZOI, 2018, p. 210).

Contudo, sabemos que nem sempre a atividade de estágio e os saberes decorrentes dessa prática estão inseridos no universo da práxis, como afirmamos no início desta subseção. A subjetividade de saberes construídos em espaços de trabalho é resultado de experiências, no entanto, essas experiências podem ser integradas à apreensão conceitual da realidade, produtoras de conhecimento ou geradoras de condutas pragmáticas (RAMOS, 2010).

Assim, a reflexão sobre atividade de estágio e os saberes decorrentes dessa prática associados à práxis e ao trabalho como princípio educativo, podem contribuir para que as instituições concedentes de estágio, especialmente o SINTRAF -Serrinha, ressignifique as suas práticas educativas e proporcionem a construção de saberes para além de um saber eminentemente técnico, de modo que a dimensão formativa de suas práticas seja orientada para uma formação emancipatória através de processos formativos contextualizados, associados às dimensões sociais econômicas e culturais dos espaços aos quais estão inseridos.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa investigou o processo educativo e formativo do estágio no SINTRAF-Serrinha a partir dos processos e significados de construção de experiências explicitados pelos sujeitos envolvidos. Delineamos como abordagem metodológica a pesquisa qualitativa que trabalha com o universo de "significados das ações e relações humanas" (MINAYO, 1994, p. 22). É uma abordagem que se constitui como uma forma de explorar e compreender o significado atribuído aos problemas sociais pelos indivíduos ou grupos.

Trata-se de uma reflexão crítica, dos representantes do SINTRAF-Serrinha, sobre a oferta e desenvolvimento de estágio na área de Ciências Agrárias no Sindicato a partir de um processo investigativo, dialógico e participativo, que possibilitou desvelar os sentidos e significados dessa prática formativa no contexto da EPT do campo e formular os princípios e diretrizes do estágio.

Assim, diante da identidade teórica-metodológica da pesquisa e do *lócus* de investigação, a concepção filosófica que direcionou esse estudo foi a Concepção Metodológica Dialética (CMD). A CMD é a base de uma teoria do conhecimento fundamentada na práxis humana, histórica e dinâmica. Ou seja, é a raiz de uma 'metodologia dialética', onde o percurso metodológico possibilita a construção da teoria a partir da prática social que exercemos, projetando novas ações transformadoras de forma consciente e intencional; uma coerência interna entre os objetivos propostos, métodos, instrumentos empregados e o marco teórico que sustenta os objetivos; a articulação das diferentes intencionalidades que a partir de uma abordagem integrada dá forma aos processos organizativos populares (ANTILLON, 1996).

Antillon (1996) ao situar a dialética no campo dos processos organizativos populares, propõe a indissociabilidade entre a concepção, o dialético e o metodológico. Assim, a abordagem metodológica dialética implica processos intencionais e integrais. Para atender a essas implicações é necessário conhecer tanto a realidade imediata do grupo ou setor com quem se trabalha como a realidade histórico social e apresentar uma intencionalidade pedagógica, comunicativa, reivindicativa concreta e processual, sistêmica e de busca e recriação da identidade do sujeito popular (ANTILLON, 1996).

Assim, tendo em vista que os sujeitos da pesquisa estão inseridos em processos organizativos populares e que no percurso investigativo a ideia era refletir coletivamente a partir de diversos olhares sobre a própria prática e ressignificá-la, o método de investigação adotado foi a sistematização de experiência. A sistematização de experiência é um processo

metodológico, “pautado na relação dialógica e na busca da interpretação crítica dos processos vividos” (KIEL; ASCHER, 2006, p. 7).

De acordo com Jora-Holliday (2006) a sistematização de experiência se fundamenta na CMD, pois ao falar de sistematização estamos falando de “experiências práticas concretas”, que envolvem processos sociais complexos e dinâmicos, onde tudo o que fazemos e vivemos tem para cada integrante um determinado sentido e, portanto, tão importante quanto compreender o que fazemos é situar o sentido que orienta o fazer no determinado contexto social em que se insere.

Nas palavras de Jara-Holliday (2006, p. 57) “a sistematização contribui para criar identidades e para que nos valorizemos como pessoa, contribui para qualificar todas as dimensões de nossa vida, e para que consigamos cada vez mais coerência entre o que pensamos, dizemos, sentimos, queremos e fazemos”. Assim, por meio da sistematização de experiência problematizamos a prática educativa e formativa do estágio na organização e propomos os princípios e diretrizes que direcionam os processos educativos, pois a sistematização de experiência além de possibilitar compreender a experiência, permitiu situar o sentido que orienta o fazer no contexto social dos agricultores familiares e representantes do SINTRAF-Serrinha, apresentando-se como horizonte para se pensar, também, outras práticas.

A sistematização de experiência é uma ferramenta de aprendizagem com base no pensar coletivo, um processo dialógico que envolve colaboração, reflexão e integração de todos os participantes, ou seja, um “quefazer” participativo e transformador. Portanto, possibilita olhar para a atividade que desenvolvemos com o propósito de melhorar e aprender com a própria prática, propondo um diálogo de saberes através de articulação criadora entre o saber cotidiano e o conhecimento teórico (JARA-HOLLIDAY, 2006).

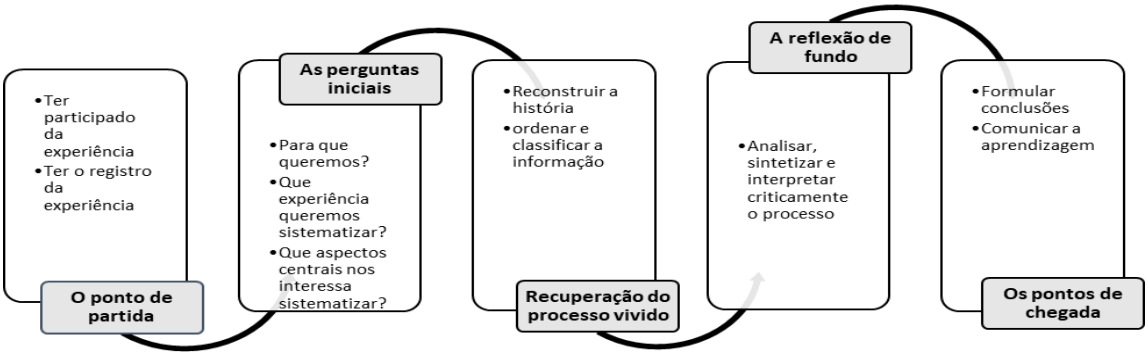
O termo sistematização surgiu, entre as décadas de 1950 e 1960, associado a intenção de resgatar, ordenar, especificar e classificar os saberes ligados ao serviço social, mas ganhou um sentido mais amplo ao ser introduzida nas experiências de educação popular desenvolvida na América Latina, tornando-se um importante método para trabalhar com os atores sociais a partir de uma práxis transformadora, pois se configura como uma perspectiva metodológica participativa e dialógica (JARA-HOLLIDAY, 2018).

Nessa perspectiva, para compreender como os membros do SINTRAF-Serrinha interpretam criticamente a prática de estágio desenvolvida na organização e como os mesmos têm contribuído para uma formação profissional fundamentada nos pressupostos da reprodução ampliada da vida, buscamos por meio da sistematização entender a dinâmica do processo

particular vivenciado e os desafios impostos a essa prática pela dinâmica social geral (JARA-HOLLIDAY, 2006).

Jara- Holliday propõe cinco etapas diferentes e complementares para desenvolver um processo de sistematização (Fig. 3): o ponto de partida; as perguntas iniciais; recuperação do processo vivido; reflexão de fundo; e os pontos de chegada. Tais etapas são explicitados na figura abaixo:

Figura 3 - Etapas do processo de sistematização da experiência



Fonte: elaborada pela autora com base em Jara-Holliday, (2006).

Adotamos como referência o caminho metodológico apresentado por Jara-Holliday (2006). Formulamos e direcionamos cada passo do processo de sistematização a partir do contexto do SINTRAF-Serrinha, buscando por meio do desenho metodológico alcançar os objetivos propostos ao explicitar os elementos educativos e formativos orientadores do estágio para a formulação do produto final de sistematização. O produto consiste na elaboração de um relatório-síntese que apresenta o caminho metodológico –as principais reflexões que orientam o processo de sistematização - e a síntese dos princípios e diretrizes do estágio.

Em síntese, para compreender profundamente e criticamente a realidade concreta da experiência de estágio em questão, foi preciso conhecer mais que os fatos e os dados, buscou-se a interpretação crítica e a participação dos sujeitos envolvidos na atividade, pois a realidade concreta consiste na relação entre objetividade e subjetividade (FREIRE, 2001). Diante disso, o processo foi orientado por um contexto teórico de base marxista que possibilitou, articular, analisar e "sublinhar" os sentidos e significados do estágio para os representantes do SINTRAF-Serrinha que participaram direto ou indiretamente da experiência.

3.1 Caminho Metodológico

Como ressaltamos anteriormente o método de sistematização de experiência possibilitou a auto reflexão dos sujeitos envolvidos com oferta e desenvolvimento de estágio no SINTRAF-Serrinha, permitindo compreender os processos que sustentam a experiência e extrair e compartilhar ensinamentos que contribuíram para ressignificá-la (JARA-HOLLIDAY, 2006). Para tanto, o processo de sistematização seguiu as etapas propostas por Jara-Holliday (2006) sendo desenvolvida por meio de rodas de conversa com os participantes da pesquisa e análise dos relatórios de conclusão de estágio no SINTRAF-Serrinha.

Definimos como principal instrumento de investigação a roda de conversa por compreender que o espaço da roda de conversa possibilita o encontro com o outro através de coletivos democráticos e participativos, permitindo questionamentos, reflexões, articulação das questões e a construção de uma aprendizagem compartilhada (SAMPAIO *et al.*, 2014).

Nesse sentido, a roda de conversas atende aos pressupostos da sistematização, pois consiste em um dispositivo dialógico que possibilita a construção coletiva de conhecimento e aprendizagens significativas a partir da experiência vivenciada e da "horizontalização das relações de poder" (SAMPAIO *et al*., 2014). Com isso, concordando com o pensamento de Sampaio *et al.* (2014), a escolha pelas rodas de conversas possibilitou desenvolver encontros dialógicos, onde os sujeitos da pesquisa se reconhecem como condutores de sua ação, criando possibilidade de produção e ressignificação de sentido da experiência de estágio.

Mediante permissão dos participantes, as rodas de conversa foram gravadas pela pesquisadora com objetivo de registrar e preservar a integridade da conversação, facilitando a análise das informações e a compreensão das discussões pela pesquisadora, bem como assegurar a legitimidade das ações/propostas deliberadas no coletivo.

Em relação à análise dos relatórios de conclusão de estágio, recorrendo às orientações metodológicas da sistematização de experiência no tocante ao estudo dos registros existente, consiste em mais uma fonte de informação que auxilia no resgate e reconstrução das ações desenvolvidas ao longo da experiência (JARA-HOLLIDAY, 2006).

O uso apenas dos relatórios de conclusão de estágio, enquanto instrumento de registro documental, se deu devido à dificuldade da pesquisadora de encontrar registros escritos que apresentam a proposta educativa e formativa e ou/as atividades de estágio desenvolvidas. Desse modo, recorremos ao acervo dos arquivos das duas instituições de ensino que tem parceria de estágio com o SINTRAF-Serrinha e estão localizadas no município, o CETEP- Sisal e o IF

Baiano, para analisar os relatórios de conclusão de estágios dos estudantes que realizaram o estágio na organização sindical.

Foi feito o estudo dos relatórios de conclusão de estágio entregue às Instituições de Ensino (IS) de origem do estudante, para publicação ou arquivamento, entre os anos de 2018 e 2021, compreendendo todo o período de oferta e desenvolvimento de estágio na área de Ciências Agrárias da EPTNM no SINTRAF-Serrinha. No estudo foram investigados 21 (vinte e um) relatórios de conclusão de estágio dos cursos de EPTNM em Agroecologia ou Agropecuária, conforme Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Relatório de conclusão de estágio analisado no processo de Sistematização de experiência

Relatório de conclusão de estágio	**Etapas de estágio apresentada no Relatório**	**Período que compreende todas as etapas do estágio do estudante no SINTRAF**	**Ano de entrega do Relatório**	**Instituição de Ensino**
Relatório A	Observação e Participação	19/10/2015 à 20/10/2017	23/05/2018	CETEP-SISAL
Relatório B	Observação e Participação	19/10/2015 à 01/11/2017	08/10/2018	CETEP-SISAL
Relatório C	Observação e Participação	19/10/2015 à 25/11/2017	03/04/2018	CETEP-SISAL
Relatório D	Observação e Participação	19/10/2015 à 19/10/2017	24/04/2018	CETEP-SISAL
Relatório E	Observação e Participação	24/08/2015 à 10/11/2017	25/04/2018	CETEP-SISAL
Relatório F	Observação e Participação	24/08/2015 à 05/03/2018	2018	CETEP-SISAL
Relatório G	Observação e Participação	31/07/2016 à 25/10/2017	15/05/2018	CETEP-SISAL
Relatório H	Observação e Participação	05/12/2016 à 25/06/2018	15/08/2018	CETEP-SISAL
Relatório I	Prática	22/01/2018 à 05/03/2018	10/04/2018	CETEP-SISAL
Relatório J	Prática	22/01/2018 à 05/03/2018	Não tem registro do ano de entrega	CETEP-SISAL
Relatório K	Prática	25/03/2018 à 27/05/2018	Não tem registro do ano de entrega	CETEP-SISAL

Relatório L	Prática	10/07/2018 à 08/10/2018	Não tem registro do ano de entrega	CETEP-SISAL
Relatório M	Prática	20/08/2018 à 03/12/2018	26/12/2018	CETEP-SISAL
Relatório N	Prática	17/09/2018 à 22/11/2018	12/12/2018	CETEP- SISAL
Relatório O	Prática	16/12/2019 à 18/02/2020	2020	CETEP- SISAL
Relatório P	Prática	18/12/2019 à 08/01/2020	2020	CETEP-SISAL
Relatório Q	Prática	25/06/2018 à 09/08/2018	09/2018	IF Baiano
Relatório R	Prática	23/07/2018 à 21/09/2018	12/2018	IF Baiano
Relatório S	Prática	28/07/208 à 21/09/2018	11/2018	IF Baiano
Relatório T	Prática	23/12/2019 à 02/03/2020	02/2021	IF Baiano
Relatório U	Prática	02/03/2021 à 09/07/2021	07/2021	IF Baiano

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados dos relatórios de conclusão de estágio, 2021.

Conforme descrito no quadro acima, observamos que parte dos relatórios analisados no processo de investigação apresentam o processo de estágio dividido em dois tempos formativos: estágio de observação e estágio de participação. A organização do estágio dividido em duas etapas distintas foi identificada apenas nos relatórios dos estudantes do CETEP-Sisal que realizaram estágio no período compreendido entre agosto de 2015 a junho de 2018. Para selecionar esses relatórios, consideramos como critério de inclusão os relatórios onde todo o percurso formativo de estágio foi desenvolvido no SINTRAF-Serrinha e como critério de exclusão aqueles relatórios onde o estudante desenvolveu uma das etapas formativa do estágio em outra instituição.

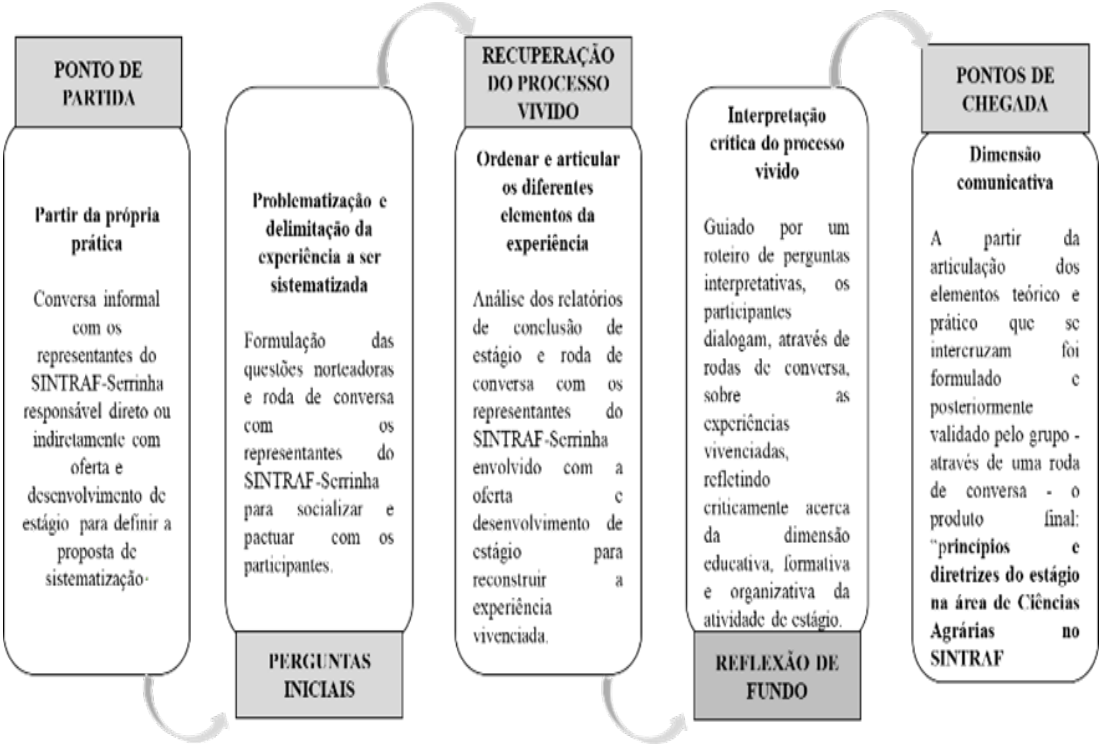
Já em relação aos relatórios dos estudantes do IF Baiano só foram identificados no acervo dos cursos de EPTNM, cinco relatórios de conclusão de estágio desenvolvido no SINTRAF-Serrinha. É importante salientar que o IF Baiano no período de realização da pesquisa estava em processo de reorganização do acervo de documentos dos estudantes e devido às mudanças no processo de arquivamento dos relatórios e a interrupção das atividades presenciais por conta da pandemia da COVID 19 e consequentemente a interrupção do processo de reorganização do arquivamento desses documentos, não foi possível encontrar todos os relatórios. Além disso, as limitações impostas pela pandemia também impossibilitaram a busca desses relatórios em arquivos localizados em outros setores.

Assim, buscando um equilíbrio entre a quantidade de relatórios escolhidos que contemplam o período dividido em estágio de observação e participação e o período de estágio prático dos estudantes do CETEP Sisal com o número de relatórios encontrados no acervo do

IF Baiano, determinamos que seriam analisados oito relatórios de estágio de observação e participação e oito relatórios de estágio prático dos estudantes do CETEP SISAL e os cinco relatórios dos estudantes do IF Baiano. Os relatórios do CETEP-Sisal foram escolhidos aleatoriamente desde que atendessem aos critérios de inclusão e exclusão. Nesses relatórios buscamos identificar as principais atividades desenvolvidas, analisando os significados atribuídos pelos estudantes ao descrevê-la e a dimensão formativa dessas ações.

A sistematização de experiência foi desenvolvida em cinco passos (Fig. 4), efetivadas por meio da análise dos 21 (vinte e um) relatórios e de quatro rodas de conversa com todos os participantes da pesquisa.

Figura 4 – Processo de sistematização de experiência no SINTRAF-Serrinha



Fonte: elaborada pela autora com base nos passos de sistematização apresentado por Jara-Holliday (2006; 2018).

Conforme figura acima, o caminho trilhado ao longo desse percurso consiste:

- Passo 1 - Ponto de partida: realizada por meio de uma conversa informal com alguns representantes do SINTRAF-Serrinha, onde definimos a proposta educativa e formativa do estágio supervisionado na área de Ciências Agrárias do SINTRAF-Serrinha como objeto de sistematização;

- Passo 2 – Perguntas iniciais: contempla a definição das questões norteadoras e encontro com os participantes. As questões, são ferramentas que possibilitam a problematização da experiência, permitindo delimitar o caminho e definir o sentido, o produto e os resultados esperados do processo de sistematização. Diante das respostas às questões iniciais e da formulação das perguntas interpretativas, elaboramos o plano de sistematização (Apêndice A) e realizamos uma roda de conversa com os participantes, onde apresentamos a proposta de sistematização e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), pactuando com o grupo;

- Passo 3 – Recuperação do processo vivido: Os trabalhos desenvolvidos nessa etapa foram organizados em dois níveis. Primeiro, foram analisados os relatórios de conclusão de estágio. Essas informações permitiram identificar as principais atividades desenvolvidas em cada período da oferta e desenvolvimento de estágio. No segundo nível, os representantes do SINTRAF-Serrinha envolvido direto ou indiretamente com a atividade de estágio participaram de uma roda de conversa, onde fizeram um resgate da participação do SINTRAF na luta pela EPT, da coparticipação do SINTRAF como espaço formativo da EPT por meio do estágio na área de ciências agrárias, e da dimensão organizativa e formativa da atividade de estágio, apontando limites e desafios.

- Passo 4 – Reflexão de fundo: Consiste na interpretação crítica do processo vivido, onde guiado por um roteiro de perguntas interpretativas, os participantes dialogam, através de rodas de conversa, sobre as experiências vivenciadas, refletindo criticamente acerca da dimensão educativa, formativa e organizativa da atividade de estágio na perspectiva da EPT do/no Campo e da reprodução ampliada da vida no Campo, dando ênfase aos sentidos atribuídos ao contexto da Agricultura Familiar: formas de organização e mobilização, relação com a terra, trabalho, saberes; agroecologia e políticas públicas.

- Passo 5 – Pontos de chegada: Diz respeito à dimensão comunicativa. Com base na análise e interpretação dos resultados da sistematização, que possibilitou compreender em que medida as atividades formativas da prática de estágio possibilita uma compreensão crítica sobre o campo e viver no campo, os princípios educativos e formativos implícitos ou explícito pelos sujeitos como fundamentais ao contexto da práxis produtiva e política do campo e também a partir de um marco teórico que permite

explicitar os sentidos e significados da experiência atribuída pelos sujeitos representantes do SINTRAF-Serrinha, elaborou-se o produto da sistematização. Em seguida, foi validado com o grupo, por meio de uma roda de conversa, o conteúdo do produto de sistematização.

As duas primeiras etapas contemplam o momento de planejamento da sistematização, sempre levando em consideração os aspectos destacados por Jara-Holliday (2006) ao pontuar que a sistematização de experiência precisa partir da própria prática, buscar identificar os registros das atividades desenvolvidas e ser realizadas por pessoas que participaram da experiência. A etapa três e quatro constitui-se no momento de desenvolvimento da proposta, onde foi possível delinear coletivamente os principais aspectos educativos e formativos do estágio, fazer uma análise crítica da dimensão educativa da experiência e das aprendizagens decorrentes do processo. Já a última etapa consiste no processo de ressignificação da experiência e socialização das aprendizagens, uma vez que as formulações teóricas e prática intrínsecas no produto tem como objetivo retroalimentar a experiência, orientando as ações.

Quanto ao *locus* da pesquisa, o SINTRAF-Serrinha é uma Organização Sindical, filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 7 de janeiro de 1968. É uma organização com expressividade no Território do Sisal por apresentar uma história de lutas e conquistas relacionadas ao fortalecimento da Agricultura Familiar, da Educação do Campo, da EPT e do protagonismo Feminino e Juvenil.

Figura 5 e 6 – sede do SINTRAF-Serrinha

Fonte: acervo da pesquisadora.

É uma instituição parceira da EPT no município de Serrinha, através da articulação do Departamento da Educação do Campo (DEC) com as Instituições de Ensino locais e do próprio Território do Sisal, colabora com a EPT por meio da oferta de Estágios Supervisionados na área de Ciências Agrárias.

Em relação aos participantes da pesquisa, levando em consideração que os protagonistas da sistematização são os partícipes da experiência, conforme pontua Jara-Holliday (2006), participaram da pesquisa os representantes do SINTRAF-Serrinha, responsável direto ou indiretamente pela prática de estágio na organização (Quadro 2).

Quadro 2 – Participantes da sistematização de experiência

Nº DE PARTICIPANTES	**PARTICIPANTE**	**MOTIVAÇÃO PARA PARTICIPAR DA SISTEMATIZAÇÃO**
4	Diretor Executivo	São os diretores responsáveis em articular e dialogar com as instituições de educação acerca da oferta de estágio na organização sindical. Observação: três dos atuais representantes executivos que participaram da sistematização, integravam a diretoria das gestões anteriores.
2	Diretor do Departamento da Educação do Campo do Sindicato	São os diretores responsáveis em articular com as instituições de educação a organização das atividades de estágio e de receber, orientar e encaminhar os estudantes para a realização das atividades propostas.
1	Técnico da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	Técnico da ATER contratado pelo SINTRAF-Serrinha para acompanhar os agricultores associados ao sindicato e supervisor de estágio - responsável em organizar os processos pedagógicos, coordenar e acompanhar as atividades realizadas pelos estagiários. Observação: o técnico da ATER supervisiona as atividades de estágio desde a formação da primeira turma composta por estagiários da EPTNM.

2	Diretor da Secretaria de Políticas Agrícolas e Agrárias	São os diretores responsáveis em coordenar e orientar os agricultores em relação às políticas agrícolas e agrárias interna e externa. Observação: um membro desta diretoria foi diretor do DEC na gestão anterior.
1	Diretor da Secretaria de Bem Estar Social	É o diretor responsável pela assistência social e promoção do bem estar dos agricultores familiares e dos estagiários. Observação: diretor do DEC na gestão anterior.
1	Diretor da Secretaria da Juventude	É o diretor responsável em articular com o DEC a participação dos estagiários nas ações desenvolvidas no âmbito dessa secretaria.

Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Todo o processo de sistematização de experiência foi mediado pela pesquisadora, responsável em organizar as etapas do processo de sistematização, coordenar as rodas de conversa por meio dos roteiros específicos para cada etapa (Apêndice B, C, D e E), analisar e interpretar as informações e formular a síntese do produto de sistematização.

Atendendo as Resoluções de nº 466/2012 e de nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que implica no agir ético da equipe executora da pesquisa, o que pressupõe respeito à dignidade humana dos participantes da pesquisa, a recusa ao autoritarismo e ao preconceito na relação com os participantes, tratando os de forma equânime, salientamos que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFBA e que todos os participantes acordaram com o TCLE.

3.2 Procedimento de Análises

Para organização, análise e interpretação do conjunto de dados obtido por meio dos registros da sistematização de experiência através da transcrição das falas, registradas por meio da gravação de áudios devidamente autorizados, dos participantes das rodas e conversas, utilizou-se como recurso metodológico a análise de conteúdo.

Segundo Gomes (2007) a análise de conteúdo configura-se no conjunto de técnicas que possibilita ao pesquisador analisar conteúdo a partir de uma perspectiva qualitativa, fazendo inferências com base na descrição dos conteúdos explícitos da comunicação para caminhar no sentido de compreender o que está por trás dos conteúdos manifestados. Essa técnica contempla o seguinte movimento: pré-análise; exploração do material; tratamento e interpretação dos resultados (GOMES, 2007).

Seguindo o movimento metodológico da análise de conteúdo, primeiro realizamos uma leitura flutuante do material coletado no processo de sistematização de experiência que resultou nos pré-indicadores, um inventário de palavras ou frases retiradas das conversações para buscar identificar sentidos e intencionalidades educativas e formativas do processo de oferta e desenvolvimento de estágio no SINTRAF-Serrinha fundamentais para a práxis produtiva e política no campo. Essas palavras ou frases foram destacadas em negrito no texto que contém as transcrições de cada uma das rodas de conversa.

Na segunda etapa da análise, para melhor direcioná-la, a exploração do material através da leitura detalhada do conjunto de dados e do recorte dos textos com as palavras ou frases anteriormente destacadas resultou no conjunto de falas, organizada por rodas de conversas em três grupos distintos, agrupados com base em parâmetros de similaridade e complementaridade: no primeiro, agrupamos as falas relacionadas com o processo de organização e mobilização coletiva relacionada com a oferta e desenvolvimento de estágio; no segundo agrupamos as falas que tratam da organização do espaço pedagógico e a sua relação com a formação humana; e o terceiro grupo contemplava aspectos relacionados com as dificuldades e desafios vivenciados pela organização sindical.

Para facilitar a análise dos dados e por entender que são aspectos que refletem todo o processo formativo da experiência e as transformações decorrentes desse processo, classificamos os grupos em três dimensões: dimensão sociopolítica; dimensão humana; dimensão institucional.

Em seguida, compomos um quadro com as falas de todas as rodas de conversa correspondente a cada dimensão. A partir do quadro nomeamos as categorias temáticas (mobilização; organização do espaço educativo; dificuldades e desafios); confirmamos os indicadores previamente estabelecidos (vínculo com à terra, formação pelo trabalho, formação vinculada ao movimento social, agricultura familiar, agroecologia, saberes profissionais e articulação teoria e prática); e evidenciamos os indicadores emergentes, além de descrever de forma sucinta os achados.

O quadro abaixo apresenta a sistematização desse processo a partir das dimensões e das respectivas categorias temáticas; indicadores que compuseram a análise; e descrição dos achados.

Quadro 3 – Dimensões, categorias temáticas e indicadores que compõe a análise dos dados

DIMENSÃO	**CATEGORIAS TEMÁTICAS**	**INDICADORES**	**DESCRIÇÃO DOS ACHADOS**
Sociopolítica	Mobilização	Participação sociopolítica; Autonomia; Auto-organização; Autogestão;	Luta pelo fortalecimento da Educação do Campo e pelos direitos e garantias da população do campo, resultando na reabertura e permanência da oferta dos cursos técnicos da área de Ciências Agrárias; Articulação com instituições locais e territoriais para viabilização da EPT com foco nos cursos da área de Ciências Agrárias; A organização sindical se torna espaço formativo da EPT;
Humana	Organização do espaço educativo	Proteção à vida; Vínculo com a terra; Identidade camponesa; Práticas agroecológicas; Manejo da diversidade; Agricultura familiar e ATER; Formação no/pelo trabalho; Formação sociopolítica; Práxis produtiva; Articulação teoria e prática; Autoeducação dos trabalhadores; Saberes profissionais; Educação politécnica; Diversidade; Autonomia; Reflexão-ação;	Proposta pedagógica com base na formação técnica, política e social; Desenvolvimento de atividades formativas que possibilita a articulação teórica e prática, interdisciplinaridade, troca de experiências, articulação de diferentes saberes; Formação no/pelo trabalho (Contexto social dos agricultores); Assistência continuada aos agricultores familiares por meio da

		Diálogo problematizador; Diálogo de saberes; Troca de experiência; Relações horizontais; Redes colaborativas de aprendizagem; Assessoramento contínuo; Território de resistência; Ações coletivas; Metodologias participativas.	ATER, possibilitando que os estagiários acompanhem as práticas desenvolvidas nas propriedades; ATER com centralidade agroecológica; Iniciação Pessoal e Coletiva; Formação crítica.
Institucional	Dificuldades e desafios	Acesso e permanência dos estudantes; Documento-base orientador da prática pedagógica; Organização pedagógica.	Dificuldade financeira dos estudantes para arcar com as despesas relacionadas com transporte; Construir parâmetros que orientem o processo educativo e formativo oferecido pela organização; Conscientização dos estagiários a respeito da importância de retornar e manter contato com a organização; Reconhece a necessidade de colaboração de um profissional da educação no DEC para orientar a organização dos processos pedagógicos; Garantia de formação sociopolítica continuada para todos os integrantes da organização.

Fonte: elaborado pela autora, 2021.

O tratamento e interpretação dos resultados é a última etapa e constituiu-se na identificação dos elementos educativos e formativos do estágio a partir da análise dos sentidos e significados da experiência com a oferta e desenvolvimento do estágio atribuído pelos

participantes da pesquisa diante da realidade que atuam, embasados por meio do marco teórico pertinente à temática investigada.

A partir da relação entre os dados coletados e da fundamentação teórica que orienta a pesquisa, formulamos os princípios e diretrizes que compõem o produto da sistematização. Para explicitar esses princípios reaglutinamos com base na similaridade e complementaridade os indicadores e os principais pré-indicadores pertencentes a dimensão política e humana (Quadro 4).

Quadro 4 – Relação entre os indicadores e pré-indicadores

Proteção à vida	Eu queria fazer só uma observação, né? A forma da prática, né? É isso que você está falando aí, em especial daquilo que a gente vê, uma transformação que é a **sustentabilidade, o respeito à natureza** (Participante da pesquisa PT07 2, 2021).
Vínculo com a Terra	[...] trabalham na **terra** dos pais, né? E aí são, a gente está falando de pequenos agricultores, que têm áreas irrisórias de **terra**, né? [...]pra trabalhar na mesma propriedade (Participante da pesquisa PT09 3, 2021).
Identidade Camponesa	Então assim, foi uma cultura, de certa forma também [...], né? **Passada de pai pra filho e entendendo que da terra é que se tira o que comer**, [...]. Então, o meio de **subsistência** seria esse da produção que ali, **tirava todo o consumo e vendia o que sobrava**. Então, é mais nesse sentido de tá trabalhando com **o autoconsumo e tá vendendo as sobras daquilo ali** (Participante da pesquisa PT09 3, 2021).
Práticas agroecológicas	[nome do técnico da ATER] acompanha alguns agricultores que já vem com essas **práticas agroecológicas**, [...] (Participante da pesquisa PT10 3, 2021).
Manejo da diversidade	[...] Quando eles vieram pra prática eles aprenderam que **agroecologia ultrapassa a questão ambiental, florestal**, a questão de você **conhecer os biomas, saber de que bioma você tá, de como viver no bioma** (Participante da pesquisa PT01 1, 2021).
Agricultura familiar e ATER	Trabalha trezentos e algumas dúzias **de famílias** [...]. São famílias que tiveram o acompanhamento do técnico com, na sua grande maioria, com grupos de estagiários que vão lá, que põe a mão na massa, que faz junto, que faz esse debate da importância da **família na propriedade**. E de ser um **núcleo produtivo** [...] (Participante da pesquisa PT03 2, 2021).
Formação no/pelo trabalho	[...] Não, não basta você ter a escola convencional, se você não tem, não é? As **relações de trabalho como um banco de aprendizagem** [...] (Participante da pesquisa PT03 2, 2021).
Práxis produtiva	Um pouco da **práxi**s também, não adianta você ter apenas uma relação escolar, a Faculdade, a Universidade, você ter a pós e você não ter no dia a dia, **sua relação dentro do seu trabalho**, com o que você vai ensinar e transmitir (Participante da pesquisa PT01 02, 2021).
Autoeducação dos trabalhadores	Eu tenho algo a contribuir, eu acredito que trabalho e educação, elas estão correlacionadas. Quando **você fala em trabalho é, você fala de qualquer forma, volta com educação**, né? (Participante da pesquisa, PT09 2, 2021)
Articulação entre teoria e prática/trabalho manual e intelectual	[...] **dentro da feira**, **tem as oficinas de armazenagem de sementes**, como armazenar, como guardar as sementes, a forma... tem **oficina de fabricação de doces finos que o povo faz**, tem **oficina** do que mais? De produção de sabão ecológico. Então, tudo isso, mas pra cada **oficina** dessa, enxertagem de plantas, mas pra cada **oficina dessa**, a pessoa que vai tá monitorando, que vai tá fazendo **a oficina** com você, primeiro faz uma **palestra sobre o tema, explica tudo e depois entra, faz na prática** (Participante da pesquisa PT03 2, 2021).
Saberes profissionais	O melhor exemplo [teoria e prática] é a fabricação de ração, **a gente vai moer o licuri, antes da gente começar a fazer o processo, a gente vai explicar qual é a importância do licuri, do teor de proteínas, dos nutrientes,** o porquê serve na ração do animal, em que vai substituir, entende, o licuri... (Participante da pesquisa PT06 2, 2021)
Educação politécnica	PT03 2: Existem **os minicursos nas feiras,** a gente não só **vende o produto**, a gente **expõe o produto**, **realiza a comercialização** e junto com aquele processo ali acontece as **oficinas de debate**, **de discussão teórica**. Então é baseado na **teoria com a prática**, né? [...] (Participante da pesquisa PT03 2, 2021)

Diversidade	[...] existem vários perfis diferentes, existe o perfil daqueles que já pensam de forma mais **agroecológica**s, outros que ainda tem aquela questão de colocar na cabeça que o uso de agrotóxicos é o caminho certo, que não tem outro que não vai ter produção nenhuma, e a gente tem que saber lidar com essas diversidades para não acabar nem espantando eles e, nem, nem tirando a questão da ideia dele de que tem jeito tem como trabalhar de **forma agroecológica**, eu acho que isso (Participante da pesquisa, PT10 3, 2021)
Autonomia	[...] aquela questão de você saber se organizar e aproveitar o tudo e o todo de formas diferente, achar estratégias, cada um acha a sua estratégia de acordo a sua realidade e essas diferentes estratégicas acabam trazendo um pouquinho dessa **autonomia,** né? De cada um não seguir um padrão, mas cada um ter, ter a forma de gerir o seu negócio, o seu, a sua produção (Participante da pesquisa, PT10 3, 2021).
Auto-organização	A gente bebe de que a partir do momento que a **gente se organiza socialmente**, começa lá no grupo de jovens, que você passa pelas associações, que você chega ao Sindicato, essa compreensão de educação é que a gente tenta transmitir, a gente faz essa relação com isso, sabe? (Participante da pesquisa PT01 2, 2021)
Autogestão	Porque assim, quando se fala em organização, é, e para evitar a questão de outros **atravessadores**, a melhor forma seria o **cooperativismo**, por quê? Porque aí os agricultores estariam organizados entre si, fariam a entrega dos seus produtos num preço padrão, que é o que acontece na COOPAF [...] (Participante da pesquisa PT09 3, 2021)
Assessoramento contínuo	E aí o técnico aqui do SINTRAF ele não trabalha metas em si, trabalha já visando, buscar, ensinando da melhor forma possível ao agricultor, fazendo esse **acompanhamento continuamente,** né? Deste agricultor e daí mesmo assim ele acaba tendo noção do que é certo, do que é errado, do que não fazer, né? [...] (Participante da pesquisa PT09 3, 2021)
Formação sociopolítica	Que a gente tenha o gargalo, formação Sindical, formação Social e **formação Política**, [...] (Participante da pesquisa PT02 3, 2021).
Território de resistência	Então, de certa forma, os **fenômenos, o sol, ele pode prejudicar, mas se você tiver uma organização ele vai, vai, é o impacto vai ser positivo**, se você **não tem organização, o impacto é negativo,** porque você não vai ter, muita gente que planta no inverno, no verão não tem condições de plantar porque não tem água, entendeu? Aí onde já entra a questão de, das políticas públicas, **de cisternas de armazenamento, desse processo, que é uma forma de se organizar** (Participante da pesquisa PT02 3, 2021).
Reflexão-ação	Assim um outro fator positivo que a gente pode notar é a **conscientização da população rural**, o **pessoal do campo** hoje tem uma visão mais ampla, tem a questão da cidadania, e é comum hoje a participação do público do campo na câmara dos vereadores, conhecendo melhor as leis, intervindo dentro das políticas públicas, sugerindo [...] (Participante da pesquisa PT07 1, 2021).
Diálogo problematizador	Dar pra você **dialogar com o campo** e a gente não vai ... via essa possibilidade desse d**iálogo** e hoje a gente tem esse **diálogo com o campo** (Participante da pesquisa PT01 1, 2021).
Diálogo de saberes	A partir do momento que você, que nós estamos transmitindo, nós estamos trocando, nós estamos ensinando, é... é... uma escola também, porque a Educação ao nosso modo, ao nosso modo, é essa **troca** [...] (Participante da pesquisa PT01 2, 2021).
Troca de experiência	**[...] é um conjunto de verdade**. **A gente troca experiência tanto do que ele sabe, ele repassa o que ele sabe pros estagiários e a gente passa do que a gente tem o conhecimento de estudo pra eles**, então é uma **troca de experiência** (Participante da pesquisa PT06 2, 2021).
Relações horizontais	É, é, ele [se refere a um estagiário] era meio perdido em relação à área, só que a partir do momento que ele começou a ver, começou a acompanhar, começou a desenvolver, ter aquela **amizade com os agricultores**, ele começou a ter amor [...] (Participante da pesquisa PT03 3, 2021).
Redes colaborativas de aprendizagem	Então acho que essa **Educação do Campo** estava adormecida, mas de um certo tempo pra cá começou a se despertar, a partir dessa nova metodologia, é aplicada através do Conselho, dos departamentos que foi criado, não existia inclusive no Sindicato, não existia o Departamento da Educação do Campo [...] (Participante da pesquisa PT07 1, 2021).
Ação coletiva	Alguns participam inclusive das **Feiras que a gente sempre fazia**, tem muitos deles que Graças a Deus ajudou muito a gente na organização. E que vamos voltar no próximo ano, umas turmas boas que entregam de corpo e alma no processo, de **trabalhar a prática**, **mas também a teoria** (Participante da pesquisa PT03 2, 2021).

Metodologias participativas	[...] eu lembro que a gente foi daqui pra Mombaça, pra fazer **roda de conversa com ele**s lá, principalmente na delegacia [base sindical da comunidade de Mombaça] (Participante da pesquisa PT06 2, 2021).

Fonte: elaborado pela autora, 2021.

Deste modo, a organização e interpretação dos dados a partir dos pré-indicadores e indicadores, orientados pelas contribuições teóricas de autores como AGUIAR *et al* (2016), Freire (1983, 2021a; 2021b); Caldart (2010a; 2010b; 2015; 2017), Santos, Mutim e Souza (2021), Souza, Santos e Mutim (2021), Tiriba (2001), entre outros, permitiu formular os princípios educativos e formativos para a oferta e desenvolvimento de estágio no SINTRAF-Serrinha, apresentado no quadro 5.

Quadro 5 - Síntese dos princípios e indicadores da oferta e desenvolvimento de estágio do SINTRAF-Serrinha

PRINCÍPIO DA VIDA	Proteção à vida; Vínculo com a Terra; Identidade Camponesa; Práticas agroecológicas; Manejo da diversidade.
PRINCÍPIO EDUCATIVO DO TRABALHO	Agricultura familiar e ATER; Formação no/pelo trabalho; Práxis; Autoeducação; Teoria e prática; Saberes profissionais; Educação politécnica.
PRINCÍPIO DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	Diversidade; Autonomia; Auto-organização; Autogestão; Assessoramento contínuo; Formação sociopolítica; Território de resistência; Reflexão-ação.
PRINCÍPIO DA DIALOGICIDADE	Diálogo problematizador; Diálogo de saberes; Troca de experiência; Relações horizontais; Redes colaborativas de aprendizagem; Ação coletiva; Metodologias participativas.

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

4 A PRÁTICA EDUCATIVA E FORMATIVA DO ESTÁGIO NO SINTRAF-SERRINHA

Neste capítulo vamos apresentar os resultados da sistematização de experiência, buscando analisar o processo de oferta e desenvolvimento de estágio no SINTRAF-Serrinha, especificamente na área de Ciências Agrárias.

Com base nos objetivos da pesquisa, as informações resultantes da sistematização de experiência foram agrupadas em três categorias temáticas: mobilização; organização dos espaços educativos; dificuldades e desafios. Desta forma, construímos uma síntese dos principais aspectos da prática educativa e formativa do estágio no SINTRAF-Serrinha.

Para compreender este movimento, o capítulo está dividido em três partes. Na primeira parte, traz a contextualização do processo de mobilização do Sindicato para assegurar a permanência e êxito do curso técnico na área de Ciências Agrárias nas instituições de EPT do município, essa ação reverbera numa parceria entre o Sindicato e as instituições da rede de EPT no âmbito Federal e Estadual, pois a organização sindical assume o compromisso de oferecer e desenvolver estágio supervisionado para os estudantes integrantes dessa área. A segunda parte discute sobre a forma de organização dos espaços pedagógicos do estágio no Sindicato. Já a terceira parte, apresenta as dificuldades e desafios do trabalho educativo e formativo do SINTRAF-Serrinha.

4.1 Mobilização

Nesta subseção apresenta-se o processo de mobilização do SINTRAF em prol da reabertura, permanência e êxito dos cursos técnicos na área de Ciências Agrárias nas instituições de EPT no município. A estratégia de criação do DEC e articulação de processos formativos de estágios no SINTRAF-Serrinha surgiu da demanda dos estudantes da área de Ciências Agrárias por espaços para realização de estágio e do debate gerado no seio movimento acerca da criação e/ou fortalecimento de espaços educativos direcionados para a população do campo.

O SINTRAF-Serrinha diante da procura por parte dos estudantes de algumas universidades públicas, inicialmente, oferecia e desenvolvia estágios de observação para diversos cursos de nível superior. A organização ofertava apenas estágio de observação devido às dificuldades estruturais enfrentadas para articular e supervisionar o estágio prático. Uma das dificuldades apontada diz respeito a falta de uma equipe responsável em articular esse processo

formativo e/ou de profissionais/educadores sociais que pudessem atuar como supervisores, conforme explica um participante da pesquisa: “a gente atendia, mas era solto, até fazia estágio aqui, mas era de observação, por não ter a ferramenta, não ter técnico, não ter a prática correta” (PT01 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Mas ao longo desse processo os representantes do SINTRAF-Serrinha começam a refletir sobre o processo educativo e formativo dessa prática em curso e também acerca das dificuldades dos agricultores para encontrar espaços formativos da educação do/no campo, principalmente, espaço para o desenvolvimento de estágio na área de Ciências Agrárias. Diante disso, a organização sindical, a partir de 2004, começa a articular a criação do DEC, um espaço que de acordo com um dos representantes sindicais seria uma “ferramenta, seria essa, esse meio pra que a gente tivesse essa possibilidade de trazer o estudante para o discurso” (PT01 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal).

O DEC foi criado em 2008, passando a responder pelas questões relacionadas à Educação do/no Campo e consequentemente, tornou-se o setor responsável pela articulação e organização dos processos educativos e formativos relacionados com o estágio. Contudo, passou por um período de organização e estruturação, somente depois que o Sindicato contratou um técnico da ATER (técnico responsável em acompanhar os agricultores familiares associados), em 2014, foi possível ter um supervisor de estágio na área de Ciências Agrárias, possibilitando a articulação com instituições de ensino da EPT, principalmente com as instituições de ensino local que oferta EPTNM, como foi evidenciado na seguinte fala: “a partir do momento que a gente teve [fala o nome do técnico], a gente começou a trabalhar diretamente com as instituições locais que é o CETEP e o IF” (PT01 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal).

A iniciativa de construção e formalização desse espaço de educação do campo, protagonizada pelos sujeitos coletivos do SINTRAF-Serrinha, evidencia a relevância desse projeto educativo enquanto instrumento de enfrentamento as contradições sociopolíticas do campo e de afirmação de ações direcionadas para a formação do trabalhador e trabalhadora do campo. E ainda, de forma particular, constitui-se em um espaço concreto de educação onde é possível promover a “articulação dos sujeitos do trabalho do campo entre si e com outros setores da sociedade” (CALDART, 2021, p. 356).

Uma dimensão das contradições sociais às quais nos referimos acima consiste na falta de acesso a uma educação pública de qualidade. De acordo com Caldart (2021) esse acesso tem sido historicamente negado ou oferecido de forma precária, desarticulado das necessidades

humanas da população do campo e consistindo na negação de diversos direitos universais conquistados.

Na perspectiva de enfrentamento à negação dos direitos sociais da população do campo, podemos destacar também no âmbito das mobilizações sociais impulsionadas pelo SINTRAF-Serrinha a luta em defesa da permanência e êxito dos cursos da área de Ciências Agrárias do CETEP-Sisal. Além dos relatos acerca das ações de afirmação do espaço de estágio no Sindicato, durante as rodas de conversa, os representantes do SINTRAF-Serrinha relatam aspectos do processo de mobilização em prol da reabertura da oferta de cursos na área de ciências agrárias da EPTNM, em especial o curso de agroecologia.

De acordo com o representante do SINTRAF-Serrinha, o curso técnico de agroecologia foi retirado do catálogo de oferta do CETEP-Sisal sob a justificativa de falta de recursos e de demanda:

> A gente tinha feito um levantamento que em Serrinha, não é ... porque, porque eles tinham fechado o curso de agroecologia, né? Aí a gente foi entender porque o curso de agroecologia de Serrinha tinha sido fechado, já que a gente não ia ter o curso de técnicos agrícolas, aí nós fomos no CETEP, ao chegar no CETEP eles falaram pra gente que não tinha viabilidade, nem econômica, nem social e muito menos é... tinham pessoas, recursos humanos para, para ingressar no curso [...] (PT01 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

.

Observamos na fala do representante do SINTRAF-Sisal que a justificativa apresentada pela IE foi fundamentada no critério de demanda e de convergência com a realidade econômica e socioprodutiva, entretanto, não foi esclarecido pelo participante se a IE apresentou dados que comprovasse esse argumento.

A suspensão da oferta do curso de agroecologia no CETEP-Sisal não foi aceita pelos representantes do SINTRAF Sisal, que se articularam e reivindicaram essa decisão junto a Superintendência da Educação Profissional (SUPROF), atualmente denominada Superintendência da Educação Profissional e Tecnológica (SUPROT). De acordo com o participante da pesquisa, em reunião com o superintendente da SUPROF, eles argumentaram que:

> Não, essa demanda a gente tem, os filhos dos agricultores para lá, para tá estudando aqui, nós temos estudantes que querem fazer técnico agrícola ou agroecologia. [...] chegamos pra ele e falamos: professor, nós tínhamos um curso de agroecologia que foi fechado sem consultar as instituições, sem fazer uma pesquisa, e aí? Aí ele perguntou assim: e vocês sugerem o quê? Que seja reaberto! Ele falou assim: vocês têm como sustentar esse curso? [...] não,

> sustentar não. Aí ele falou: mas sustentar não é vocês botarem dinheiro, é vocês garantirem que vai ter o mínimo de alunos, de estudante, de cursista mínimo para que o curso fique aberto (PT01 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Então, diante dessa conversa inicial e da articulação com o secretário da Educação da Bahia e o Diretor da Diretoria Regional Educação e Cultura (DIREC), atualmente denominada de Núcleo Territorial de Educação (NTE), os representantes do SINTRAF assumiram o compromisso de auxiliar na mobilização para formação/composição das turmas do curso de agroecologia do CETEP e ofertar estágios para os estudantes da área de Ciências Agrícolas: "foi um dos compromissos firmados com a SUPROT, SUPROF na época, de que a gente daria o suporte de estágio a eles, e, e se, caso necessário, outra coisa, a gente chegou a dar até transporte" (PT01 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.). Esse compromisso firmado é também reforçado na fala de outro participante da pesquisa:

> [...] o curso de técnico em agroecologia do CETEP foi reaberto pelo Sindicato, ele tinha sido fechado por não ter demanda, por não ter aluno e nós do Sindicato tomamos essa ousadia de dizer não, a gente quer o curso e agente vais se comprometer em providenciar pra esses alunos e dá sustentabilidade, e a gente fez, e graças a Deus o curso permanece aberto até hoje [...] (PT03 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Em relação à baixa demanda ou evasão dos estudantes no curso, um dos aspectos que devem ser considerado são as condições estruturais para ingresso e permanência, tanto em relação a informações acerca da oferta e acesso às vagas ou ao conhecimento da proposta formativa do curso como ao deslocamento do estudante até a IE, como foi evidenciado pelos participantes da pesquisa nas falas abaixo:

> Desse primeiro ano [após reintegração do curso] nós tivemos 43 estudantes filhos e filhas agricultores, um exclusivamente filhos e filhas [...]. A primeira turma de agroecologia do CETEP [após reintegração do curso] foi fruto da mobilização do Sindicato. [...] quando a gente começou a fazer triagem: porque estou indo pra esse curso porque eu quero, eu não estou indo pra um sorteio, eu não estou indo disputar uma vaga com alguém que está vindo só para garantir a vaga no ensino super... no ensino médio [...]. Aí eles começaram a se interessar por essa razão [...]. A gente não montava a turma, a gente faz orientação do que eles devem tá buscando esses cursos (PT01 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

> É também a questão condição, né? Muitos dos agricultores... são filhos de agricultores, não têm uma renda fixa, não tem uma, como se manter e as vezes a desistência [do curso técnico] acontece, muito por causa disso, não porque não queria, mas porque eles eram impossibilitados financeiramente de dar

> seguimento e aí chegou mais pra frente, por isso que chegou à questão de dizer não tinha demanda. [...] aí chegou uma época que a gente começou a perceber que não tinha alunos por causa da dificuldade deles saírem da zona rural para poder tá vindo, pra fazer esse curso (PT02 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Trata-se de adolescentes e jovens residentes na zona rural que ao ingressar nesses cursos precisam se deslocar para a cidade e se adaptar a um programa formativo projetado a partir das particularidades da cidade, ou seja, sem considerar as especificidades do contexto do campo e as dificuldades de locomoção e acesso à escola nos dias e horário pré-estabelecidos.

Melo e colaboradores (2021) chamam atenção nesse sentido ao reconhecer que apesar da expansão em relação ao número de escolas técnicas construídas durante as gestões do governo de Lula e do governo de Dilma, as escolas estão situadas nas áreas urbanas dos municípios, dificultado o acesso e a permanência dos estudantes e trabalhadores do campo à EPT.

Portanto, é imprescindível o desenvolvimento de políticas direcionadas para o público do campo que garantam, por exemplo, transporte escolar, oferta de cursos que atendam aos reais interesses desse trabalhador, isso sem desconsiderar a necessidade de construção de escolas técnicas no campo para que esses estudantes tenham o direito de estudar em seus próprios espaços de vida (MELO; ALENCAR; RAMOS, 2021).

Do ponto de vista da organização do trabalho pedagógico, trata-se de considerar o tempo/espaço do campo. Isso significa incluir a soberania alimentar, a reforma agrária, a agroecologia e a cooperação como eixos articuladores do currículo e ao mesmo tempo assumir o trabalho no campo como ato pedagógico (CALDART, 2010a, MELO; ALENCAR; RAMOS, 2021). Uma forma de estruturação e organização pedagógica desse processo consiste na adoção da Pedagogia da Alternância.

A Pedagogia da Alternância se configura em uma metodologia pedagógica que divide o tempo formativo do estudante em períodos de vivências na escola e períodos de vivências na comunidade/família de forma articulada ao relacionar a vida cotidiana do campo e as suas especificidades e o meio de vida escolar. Ou seja, consiste na "reciprocidade integrada entre ação e reflexão e possibilita explorar, na cultura do campo, na organização do trabalho e da política e no relacionamento com os sujeitos, as práticas e os saberes do campo, conhecimentos diferenciados e complementares a formação estritamente escolar" (CORREIA; BATISTA, 2012, p. 174)

Além disso, é importante considerar que a dificuldade de permanência ou a exclusão dos trabalhadores do Campo da escola também podem estar relacionados com as relações de

poder que integram o próprio espaço escolar. Para Caldart (2010b, p. 67), “no dia a dia e nas práticas concretas, o projeto da escola está em permanente disputa. A começar pelas suas finalidades, sua função social, aquilo que entra ou não no seu projeto político pedagógico”. Portanto, é importante que o currículo, a prática pedagógica e o projeto de escola sejam pensados de forma contextualizada às necessidades emergentes dos sujeitos do campo, buscando contribuir com a formação humana integral, crítica, e reconhecendo a dimensão relacional da formação que se realiza na escola e fora dela.

Voltando ao acordo firmado entre os representantes do SINTRAF e os da EPT da rede estadual da Bahia, para consolidar o acordo de colaboração com a EPTNM ao garantir a oferta e desenvolvimento de estágio, o SINTRAF-Serrinha recebeu um número expressivo de alunos da primeira turma do curso de agroecologia do CETEP-Sisal, constituída depois do processo de reintegração do curso, para desenvolver as atividades de estágio na organização.

O primeiro grupo de estudantes encaminhados pelo CETEP-Sisal para desenvolver estágio no SINTRAF foi em 2015. Este é o momento em que o SINTRAF-Serrinha inicia o processo de oferta e desenvolvimento de estágio para estudante da área de Ciências Agrárias da EPTNM, conforme afirma o participante da pesquisa: “a gente teve a primeira turma que estagiou aqui, já esses meninos fazendo o primeiro estágio da primeira turma pós fechamento ou pós reabertura” (PT01 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Posteriormente com a implantação do campus do IF Baiano no município, o SINTRAF-Serrinha que também participou junto à sociedade civil e demais instituições sociais das audiências públicas de implantação do IF Baiano no município, passa a receber estagiários do IF Baiano, estudantes matriculados nos cursos da área de Ciências Agrícolas ou áreas afins:

> Aí depois da instalação do CETEP e do IF, da implantação dos cursos voltados para questão tanto da agroecologia, tanto do técnico de agropecuária, o próprio pessoal de cooperativa, né? De cooperativismo do IF, terminou que o Sindicato virou o berçário, né? Pra ... eu chamo de incubadora mesmo pra turma, de formação desses cursos [...] (PT03 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Acreditamos que essa construção ajuda a consolidar esses cursos e estreitar/solidificar as relações entre instituição formal de educação e instituição social do campo, promovendo o diálogo e a interação/aproximação da escola com o espaço local. Ou seja, é uma forma efetiva de “*ampliar a esfera orgânica entre escola e comunidade*” (CALDART, 2017a, p. 158, grifo da autora).

De modo mais específico em relação à temática em estudo, uma possibilidade de "reencontro da escola (de educação profissional e tecnológica) com os territórios de vida, principalmente, com as experiências de trabalho centradas na reprodução ampliada da vida" (SOUZA; SANTOS; MUTIM, 2021, p. 225). Os participantes da pesquisa atribuem significado à construção desse espaço de oferta e desenvolvimento de estágio, destacando a importância de acompanhar, participar e fortalecer o processo formativo do trabalhador e da trabalhadora do campo.

A denominação dada pelos representantes do SINTRAF-Serrinha ao espaço pedagógico de estágio, "incubadora", está associada a ideia de espaço educativo que apoia e desenvolve Educação Profissional, oferecendo uma diversidade de ações e temáticas que possibilita o estudo de problemas reais e o desenvolvimento de soluções concretas para a realidade, onde os estudantes podem adquirir autonomia e desenvolver a consciência crítica, conforme percebemos na seguinte fala: "o Sindicato tem uma diversidade de secretarias[3], [...] o estudante que chega aqui com essa vontade de explorar, daquilo que é seu interesse, tem muito a ganhar, porque o Sindicato de fato continua sendo, [...], incubadora, né? Aquilo que provoca, gera espaço" (PT04 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Essa visão dos representantes sindicais em relação ao estágio no SINTRAF-Serrinha enquanto espaço dinâmico com potencial que provoca e possibilita explorar várias temáticas, amplia o escopo da atividade de estágio para além de uma formação técnica, colocando em pauta a construção de um espaço pedagógico articulado ao trabalho e as práticas organizativas. A consolidação dessa intencionalidade possibilita o desenvolvimento de um percurso formativo associado à totalidade da vida dos agricultores(as) e da vida sindical. Se aproxima do desafio proposto por CALDART (2010a), de construção de um projeto de formação integral, capaz de desenvolver nas pessoas "o sentido mais pleno de ser humano".

A partir dessas proposições, uma questão pensada e problematizada ao longo das rodas de conversa nos salta: Como o SINTRAF, enquanto movimento social do campo, tem organizado/concebido os espaços formativos do trabalhador e quais as implicações para o processo educativo do estágio supervisionado? Para compreender melhor essa construção pedagógica, na próxima subseção vamos discutir sobre a organização desse espaço educativo.

[3]Compõem a estrutura organizacional do Sindicato a Diretoria Executiva; o Conselho Fiscal; as Secretarias de Políticas Agrícolas e Agrárias; Secretaria de Jovens; Secretaria de Mulheres; Secretaria de Bem Estar Social; e o Departamento de Educação do Campo.

4.2 Organização do espaço educativo

Esta subseção aborda o processo de organização dos espaços pedagógicos do estágio, oferecido e desenvolvido pelo SINTRAF-Serrinha aos estudantes do curso técnico da área de Ciências Agrárias.

De acordo com os depoimentos dos dirigentes sindicais, as primeiras turmas de estagiários que eles receberam, integrantes do curso de agroecologia da EPTNM do CETEP-Sisal, após reabertura do curso na instituição, apresentavam uma matriz formativa onde a carga horária destinada à atividade de estágio era dividida em duas etapas distintas: observação e participação. Já nas turmas posteriores o componente de estágio não apresenta mais essa composição. As duas formas de organização também foram constatadas na análise realizada nos relatórios de estágio dos estudantes do CETEP-Sisal.

A organização do estágio disposta na matriz curricular do estudante reflete na organização das atividades de estágio no SINTRAF-Serrinha:

> Assim, as primeiras turmas, quando vinha, tinha o estágio de observação primeiro, eram duas etapas, estágio de observação e estágio prático, o estágio de observação é que, é que vinha no estágio de observação, era o questionário que eles passavam aqui, que se não me engano, era 120 horas dentro do Sindicato para conhecer a entidade. Lembro que teve vários diretores, acho que [nome de um diretor], muitos deles foram entrevistados pelos alunos, uma entrevista do próprio colega, pra seu aluno entrevistar algum diretor aqui dentro. Então vinha uma ficha, que era de observação, que o aluno, entrevistava qualquer um diretor aqui dentro. Às vezes eu colocava um aluno para dois diretores, uma visão diferente, três diretores. Já na segunda etapa em diante, os estagiários já não tiveram mais isso, então ele, o CETEP, cortou esse estágio de observação e botou só prática (PT06 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Como evidenciado na fala dos participantes, o estágio era desenvolvido em dois momentos distintos possibilitando um tempo maior de inserção desses estudantes na organização sindical. De acordo com os participantes e com a descrição das atividades de estágio contida nos relatórios, o estágio de observação contemplava atividades de apresentação da instituição, entrevistas com os dirigentes sindicais, momento de exibição e discussão de vídeos com temáticas relacionadas com o contexto do campo (movimentos sociais, agroecologia, políticas públicas, etc.), rodas de conversas com estagiários e agricultores nas bases sindicais, entre outras atividades.

É importante destacar que essas atividades não foram desenvolvidas apenas no estágio de observação, pois elas perpassam todo o processo formativo. Porém, com a redução da carga

horária de estágio dos estudantes observamos que essas atividades também foram reduzidas, como enfatiza um representante sindical ao concluir que: “então, foram dois momentos, observação e prática, e só passou a ter só a prática. Então, [...] nas primeiras turmas teve esse momento, então depois foi cortando e aí foi se resumindo tudo” (PT06 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

A organização curricular do componente de estágio dividida em duas etapas distintas foi evidenciada na matriz curricular dos estudantes da rede estadual da educação da Bahia. Costa (2020) ao realizar um estudo sobre o estágio na EPTNM na rede estadual da Bahia, aborda essa questão. Para a autora essas mudanças ocorreram devido às alterações na organização curricular dos cursos da EPTNM na rede estadual da Bahia e, consequentemente, no componente curricular de estágio (COSTA, 2020). A redução da carga horária de estágio faz parte desse processo:

> Na educação profissional e tecnológica da Bahia, sob a gestão da SUPROT, os cursos técnicos de nível médio implantaram mudanças em seus itinerários formativos e passaram a adotar a carga horária total mínima nas ofertas e no tempo de estágio, em todos os territórios baianos. A carga horária de estágio, cuja conclusão deve se dar em menos de três meses de práxis, diminuiu de 400 horas para 140 horas. Com exceção do curso Técnico de Enfermagem, que passou de 600 horas para 400 horas (COSTA, 2021, p. 113).

Para a autora as mudanças na organização do estágio estão relacionadas com a mudança na concepção da EPT ocorrida na rede a partir de 2016, principalmente com a mudança na gestão da SUPROF em 2017 que passa a se tornar SUPROT. O conjunto dessas mudanças, de acordo com Costa (2021), retoma as orientações neoliberais ao colocar em pauta um projeto formativo embasados em competências e habilidades, interrompendo o projeto de educação que vinha sendo elaborado, desde 2009, com a expansão da EPTNM na rede, de forma dialógica e participativa a partir de políticas educativas mais próximas de uma formação humana integral.

Em relação às práticas formativas do estágio no SINTRAF-Serrinha, são organizadas de forma articulada com espaço/tempo dos agricultores familiares e ao espaço/tempo do trabalho organizativo do movimento sindical. Uma das ações discutidas pelos participantes ao longo das rodas de conversa é o momento de apresentação do Sindicato e de reflexão acerca da finalidade social e política da organização. Depoimentos dos representantes do movimento sindical destacam a importância dessa ação:

> O início seria uma formação sindical para eles entenderem o que é o movimento[...]. A gente precisa tá mostrando, é... que nosso papel perante a

> sociedade. Então de certa forma, é ..., tanto urbano [estagiário residente na área urbana], quanto rural [estagiário residente na área rural], tinha, passou por esse processo de formação (PT02 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

> [...] Pra ele vim estagiar aqui, o primeiro passo para uma formação, entender o que é o Sindicato, né? Porque é que o sindicato está ofertando aquele curso a ele, qual o comprometimento que o sindicato tem para com ele e vice-versa (PT01 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Contudo, mesmo ressaltando a importância deste momento formativo, os representantes sindicais reconhecem que essa atividade foi efetivamente garantida nas primeiras turmas, mas a continuidade da mesma foi comprometida, tanto em decorrência da redução da carga horária de estágio dos estudantes, conforme salientamos anteriormente, como por conta da pandemia da COVID 19: "então, não teve como a gente tá aplicando totalmente com todas as turmas, então as vezes tinha orientação com uma turma e as vezes... chegou no início da pandemia e a gente não tinha mais como dar seguimento" (PT02 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.). Diante da constatação da descontinuidade do desenvolvimento dessa atividade e da necessidade de garantir uma formação que contribua para a compreensão ampliada da ação sindical, os representantes entendem que é necessário retomá-la, sistematizado e fortalecendo-o:

> Falando enquanto entidade, pelo menos a minha visão, que eu vejo, olhando hoje, falta muito isso, da gente ter esse momento, [...] é a gente apresentar o que o Sindicato, porque o estudante, muitos entram aqui, ele participa de alguma atividade no Sindicato, de alguma reunião ou até na base lá com [nome do técnico da ATER] com os agricultores, mas ele tá aqui dentro, mas não conhece o que é o Sindicato, não sabe o que é o Sindicato. Não sabe que o Sindicato tem uma Secretaria de Juventude, uma Secretaria de Mulheres, porque a gente não tem esse momento aí, para apresentar, esse momento formativo e político de apresentação ao estudante [...], de que ele tá aqui na entidade, ele tá estagiando aqui, mas que tem um objetivo ali, não só dele está aprendendo aqui, fazendo a parte prática do estágio no Sindicato, mas ele conhecer que a entidade ali é importante não só pra ele, enquanto estagiário, mas para o agricultor. Acho que ainda falta a gente fazer isso, fazer isso mais sistemático (PT05 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Um aspecto relevante implícito no diálogo é a ideia de formular um plano mais sistêmico de formação político-sindical para ser desenvolvido ao longo do processo formativo de estágio. A efetividade dessa ação pode promover o resgate e apropriação das raízes identitárias dos trabalhadores e o entendimento acerca do movimento sindical, contribuindo para a construção da identidade coletiva dos jovens. Consiste no "lado ideológico, o da conversa mesmo e da

orientação, do ponto de como aconteceu [...]" (PT04 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Outra forma de organizar o trabalho pedagógico do estágio, levando em consideração as especificidades do campo, associado organicamente o processo de aprendizagem da vida dos agricultores familiares e as comunidades rurais, foi integrá-las às atividades da ATER. Como a organização dispõe de assessoramento técnico continuada para os agricultores familiares associados, o técnico da ATER, contratado pelo Sindicato para fazer esse acompanhamento, é o responsável pela supervisão de estágio e consequentemente pela articulação das práticas formativas ao trabalho de assessoramento junto aos agricultores.

Deste modo, a participação dos estagiários nas atividades de assessoramento consiste em uma ação formativa que possibilita o estudante vivenciar as atividades desenvolvidas nas propriedades, como destaca um dos participantes da pesquisa: "Ele [técnico da ATER] vai lá, dar esse acompanhamento, e os estagiários, acompanha é na prática, aquilo que tá sendo desenvolvido na propriedade também é acompanhado, e aí é feito na prática" (PT07 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Além disso, a preocupação com o desdobramento das ações de assessoramento e os valores apreendidos pelos estagiários no processo formativo é colocado ao longo das rodas de conversa como um elemento importante nesse processo de formação do estudante:

> a questão do diferencial é de, [...] formar técnico mais específico, pra prática direta lá [se refere ao trabalho desenvolvido nas propriedades dos agricultores], pra não ficar na frente, só computador, como tinha muitas entidades. Prestou conta, venceu a Assistência Técnica dois anos, acabou, e aí ponto, e o agricultor voltava à estaca zero de novo, né? (PT02 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Para superar a prática descrita no relato acima, é necessário garantir uma formação humana, que permita que os profissionais se formem tendo entendimento dos processos naturais, respeitando os valores sociopolíticos e culturais e com domínio das metodologias participativas, para atuarem imersos nas comunidades, promovendo um diálogo horizontal entre profissional e produtor.

Isso pressupõe formar profissionais capazes de "abordar os temas da sustentabilidade e da agricultura desde a perspectiva de uma 'construção social', centrando sua atenção na concepção de aprendizagem social" (CAPORAL, 2003, p. 7). Ou seja, para além da questão de formar profissionais com domínio técnico, trata-se de uma formação comprometida com os sujeitos sociais.

Nesse sentido, a participante relata a dificuldade inicial de desenvolver um trabalho contínuo de assessoramento que atendesse as especificidades dos agricultores e contribuísse para o seu fortalecimento:

> Assim, eu tenho uma visão assim, eu já peguei o barco andando como eu falei, mas em alguns momentos a gente tinha uma certa dificuldade, por exemplo, de ter técnico de fato, que esteja compromisso realmente com a agricultura, com o acompanhamento, com desenvolvimento, porque a maioria das vezes tem muitas instituições aí que tem, tem técnico, mas os técnicos, eles precisam é, são técnicos de projeto. Então ele tem data e início, de conclusão e documentos para prestar contas. Então, as vezes o técnico ele tinha mais tempo, o tempo dele era maior para trabalhar atrás do computador, pra fazer prestação de contas do que na base de fato. Aí fazia o acompanhamento do projeto, dois anos com dois anos, acabou, ele não tinha mais obrigação nenhuma de ir lá. Então, o que... como é que a gente tinha a devolutiva de saber que o agricultor ali deu andamento, e... então a gente tinha essa dificuldade. [...] (PT02 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Essa forma de atuação consiste na reprodução do processo de "invasão cultural" denunciado por Paulo Freire ao analisar a relação do agrônomo com o camponês no "Livro Extensão ou Comunicação", o técnico se apropriar do contexto do agricultor, tornando-o um mero objeto de "sua ação" (FREIRE, 1983). Outro participante reforça essa preocupação, destacando que na organização o trabalho é desenvolvido com base na orientação e no compartilhamento de experiências:

> E aí o técnico aqui do SINTRAF ele não trabalha metas em si, trabalha já visando, buscar, ensinando da melhor forma possível ao agricultor, fazendo esse acompanhamento continuamente, né? Deste agricultor e daí mesmo assim ele acaba tendo noção do que é certo, do que é errado, do que não fazer, né? [...] O técnico tem o seu diferencial por conta disso, porque o técnico em si ele não tá lá só pra marcar, né? Uma qualidade ou uma meta em si, mas sim trazer essa experiência e aplicar na propriedade do agricultor, né? Pra que essa aplicação seja é... trazida da melhor forma possível pra beneficiar o próprio agricultor (PT09 3, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

O participante afirma que a atividade de assessoramento busca orientar o agricultor de modo que ele possa construir conhecimento e ter autonomia para gerir sua propriedade. Todavia, cabe ressaltar que para consolidar esse processo de construção de conhecimento, garantindo a autonomia do agricultor, é necessário que os agricultores sejam desafiados a refletirem criticamente sobre a utilização de determinados procedimentos técnicos, compreendendo como e porque podem substituir determinadas técnicas utilizadas (FREIRE, 1983).

Freire (1983) ao tratar da relação entre o técnico agrícola e o camponês, chama atenção para o trabalho de comunicação que deve embasar essa relação, ressaltando os aspectos que orientam a construção de uma relação dialógica e participativa, como: reciprocidade; diálogo problematizador; contextualização; observância dos condicionamentos naturais e socioculturais; ação e reflexão. No contexto formativo do estágio, isso implica no processo de autonomia e emancipação tanto do agricultor quanto do estagiário participante do processo.

A confecção de maquetes representando espaços ou tecnologias sociais utilizadas nas propriedades, as visitas técnicas aos espaços organizativos de economia solidária e entidades sociais, a organização e participação nas Feiras da Agricultura Familiar e nos seminários organizados pelas Secretarias sindicais e rodas de conversa para avaliação das atividades também são práticas educativas efetivadas durante o estágio. Constitui-se em espaço de coletividade, cooperação e auto-organização que incorporam dimensão técnica, social e organizativa.

Diante dessa construção pedagógica, entendemos que o processo educativo e formativo oferece condições para a formação de um profissional crítico, capaz de atuar tanto na Agricultura Familiar como em outros espaços, incluindo os espaços sociopolíticos de fortalecimentos e afirmação do trabalhador e trabalhadora do campo.

Nesse sentido, ao discutir sobre a finalidade formativa do estágio no SINTRAF-Serrinha um participante afirma que o propósito é formar profissionais conectados com a realidade dos agricultores familiares: "[...] e a gente espera receber, ter de volta dessa formação pelo menos alguns destes que fique, que se forme na área estudada e venha seguir os agricultores do município" (PT03 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.). Isso significa garantir aos estudantes egressos conhecimento que possibilite autogerir as práticas e determinar o ritmo e o espaço de produção para que os estagiários estejam preparados para a autogestão do trabalho na propriedade:

> [...] hoje os próprios estudantes que vieram estagiar aqui, ele acaba sendo o próprio, é... é... a própria assistência técnica dentro da família. Por aí, quando [nome do técnico da Ater], é convidado a ir numa propriedade, fazer alguma visita, se alguém lá que já foi estagiário, que já trabalhou com [nome do técnico da ATER], 70% do trabalho já foi facilitado, porque já tem alguém na comunidade que já faz esse trabalho, resolve isso, automaticamente, sem precisar, tem gente que é a própria ATER, tem gente que pegou a sua propriedade e conseguiu tocar depois do estágio (PT01 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).
>
> Hoje a gente tem estagiários que saiu do IF Baiano, que trabalha para si próprio, hoje montou seu próprio criatório, [...], hoje ela tem o criatório dela,

> ela tem a palha de forrageira, que é a palma, então hoje ela tem a hortaliça que ela mesmo produz o próprio alimento dela, então, a sustentabilidade, ela própria produz (PT06 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

A atuação profissional e política dos egressos em diversos espaços ligados a Agricultura Familiar também é um fator destacado no decorrer do diálogo. Esse ponto é evidenciado, por exemplo, no relato acerca da contratação de uma egressa pela FATRES para atuar como ATER em um projeto direcionado para mulheres:

> A gente já está começando a perceber que já tem um início desse resultado, né? Porque uma das, é formada da área de técnico em agroecologia, ela foi selecionada agora para ser técnica de trabalho da FATRES, como é assistência técnica das mulheres e ela por ser mulher, ter feito esse curso, ela terminou sendo, é selecionada, né? O currículo dela foi selecionado, foi aprovado pela BAHIATER e hoje ela será técnica indicada pelo Sindicato. Então, pra nós é um bom resultado isso, é saber que foi uma aluna do CETEP que enviou [...] (PT03 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

No relato a participante ressalta a importância de ter egressos atuando profissionalmente em outros espaços de articulação e fortalecimento dos agricultores, conforme mencionamos acima.

As narrativas dos participantes da pesquisa permitem nos aproximar de mais um desafio proposto por Caldart (2010a) em relação a EPT do campo, de garantir uma educação que ofereça condições para que o estudante possa definir sua trajetória pessoal e profissional seja permanecendo no campo ou trilhando outros caminhos. Nas palavras da autora, "educar os trabalhadores do campo para que tenham condições de escolha; e para que ficando ou saindo possam ajudar na construção de um projeto social onde todos possam produzir com dignidade suas condições materiais de existência" (CALDART, 2010a, p. 240).

Ainda sobre a relevância do estágio, os participantes pontuam como resultados positivos observados ao longo do processo formativo a motivação dos estudantes, tanto em relação ao interesse pela atividade da Agricultura Familiar por parte daqueles estagiários que estavam no curso, mas inicialmente não se identificavam com a área, como em relação ao prosseguimento de estudo na área de Ciências Agrárias ou a escolha do SINTRAF como espaço para realização do estágio:

> Eu, a gente trabalhava, [...] a gente já tinha esse trabalho da produção da horta, aí eu sempre, eu sempre colocava ele [o filho] pra fazer só que ele não gostava, vou ter que ser bem clara, quando eu botava isso, [nome do filho] bora molhar as leiras, Ave Maria, era um Deus nos acuda para ele ir nas leiras, também eu disse oh, não vou investir, não vou ir, ficar cutucando mais, né? Buscando

> cabelo em ovo, porque já vi que ele não quer, não é isso que ele quer, então não vou obrigar [...], mas [nome do técnico da ATER] é dos grandes incentivadores, [...], hoje ele tem algumas coisas que meu filho já faz sem ajuda de [nome do técnico da ATER]. Ele já tem um, um domínio que aprendeu, de certa forma, e a partir daí ele chegou pra mim, minha mãe eu não quero outra coisa, eu quero isso aqui. Então, desconstruiu a partir desse momento, dessa ideia, de colocar ele como estagiário [...] acompanhado do técnico pra ir pra tudo que é lugar [...] (PT02 3, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

> Pegando um estudante, um estagiário aqui da gente, ele veio porque o pai falou: não você vai ter que estudar. Ele entrou: vou ter que estudar, meu pai manda em mim, vou ter que estudar. No terceiro mês ele já convenceu o pai que ele deveria continuar estudando, quando ele chegou no quarto semestre, ele já decidiu que ia fazer agronomia. Ele é uma pessoa que ele despertou, ele não queria estudar. Então assim, um dos objetivos é isso, tentar sensibilizar também as pessoas da importância é outra coisa que motiva **(**PT01 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

O depoimento dos participantes das rodas de conversa indica que as relações intersubjetivas construídas pelos estudantes ao longo das experiências refletem no aprendizado, motivando e transformando-os. A esse respeito, Garcia e Fagundes (2010) desenvolveram uma pesquisa com estagiários de enfermagem, atuantes da atenção básica em saúde, para analisar como o estágio possibilita a (re)construção de aprendizagens significativas para formação profissional e pessoal dos estudantes, concluindo que o estágio é um espaço propício para a construção de aprendizagens que estão relacionadas com características da atividade profissional; a construção do saber ser e das formas de se inter-relacionar com o outro e formar laços afetivos; e com a capacidade de compreender a vida e as pessoas.

Os autores classificaram essas aprendizagens em profissionais ou relacionais e afetivas ligadas. As aprendizagens profissionais identificadas no âmbito da pesquisa estão relacionadas com a compreensão da capacidade de atuação na área de formação; maior embasamento para a prática; necessidade de conhecer a realidade para planejar as ações; capacidade para tomar decisão, gerenciar conflitos, exercitar a flexibilidade, a escuta sensível e a comunicação. Já as aprendizagens relacionais e afetivas ligadas estão associadas com a capacidade do sujeito de refletir e se relacionar com o mundo, diz respeito a capacidade de desenvolver estratégias para lidar com a diversidade e a complexidade; a capacidade de aprender a escutar para criar espaços de aprendizagens com o outro ao trocar experiências e sentimentos; e com a capacidade de acolher e aprender a ser solidário e colaborativo (GARCIA; FAGUNDES, 2010).

Resultados como esses são bases para se pensar o estágio a partir de processos de socialização onde “as disposições subjetivas (do sujeito singular) confrontem-se com as condições objetivas da realidade, as quais são interiorizadas pelo sujeito, transformando-os”

(RAMOS, 2010, p. 87). No contexto formativo do SINTRAF-Serrinha, isso se efetiva ao valorizar as experiências dos agricultores e dos estudantes, levando em consideração as múltiplas dimensões da vida (pessoal, coletiva, afetiva, intelectual, política, cultural, profissional, ética, etc.), reafirmando a ideia de formação humana defendida ao longo da pesquisa e os princípios que orientam o "quefazer" educativa e formativa.

Retomamos a discussão acerca dos elementos formativos que conduzem a práxis pedagógica do SINTRAF-Serrinha e afirma esse processo de socialização no próximo capítulo. Porém, antes discutiremos as dificuldades e desafios do processo de organização dos espaços pedagógicos.

4.3 Dificuldades e desafios

Ao longo desse percurso de oferta e desenvolvimento de estágio, o principal desafio do SINTRAF-Serrinha tem sido a construção de um documento base que direcione o processo formativo. O que se tem nesse sentido é apenas o termo de parceria com as IE e um documento que formaliza a organização das turmas, conforme observamos nos depoimentos abaixo:

> A gente teve com o CETEP a celebração do convênio, mas foi só isso (PT01 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

> O que a gente configurou aqui de forma convencional é a quantidade de alunos, de carga horária por período, porque teve uma hora, uma época aqui, que era pra ter um monte de gente e a gente não dava conta todo mundo, a gente acabou organizado isso, e aí, digamos que as responsabilidades [...] (PT04 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Diante disso, os participantes sinalizam a necessidade de avançar no sentido de elaborar um instrumento que oriente a atuação política/pedagógica da instituição, inquirindo sobre as suas potencialidades.

> Essa questão de um documento que norteia, acho que é o que falta, [...] acho que falta isso, um documento norteador, dizendo o que é o papel do estágio no Sindicato, qual o objetivo, de que forma esses estudantes chegam aqui até o Sindicato e pode ... o processo metodológico ali, da orientação do Sindicato, isso a gente não tem hoje. (PT05 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

> Um processo de forma, de poder as instituições a partir do momento, a partir do momento em que o IF, por exemplo, tem lá cinco estudantes, quatro, sei lá quanto seja, ele tá com a proposição de fazer estágio aqui no Sindicato, de

> sentar e se criar uma metodologia, porque eu entendo assim [...] (PT04 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).
>
> É esse o desafio que a gente tem primeiro, primeiro que o CETEP, as instituições quando traga o aluno pra cá, ele leve isso também, porque o Sindicato tem um Departamento, o Sindicato tem um técnico agrícola, o Sindicato tem algum parâmetro. E outra, a gente construir esse parâmetro, para quando ele chegar, ele conhecer. Então, na nossa ótica esse é o desafio [...] construir essa ferramenta, esse parâmetro, que a gente possa tá trazendo no dia a dia pra cada estudante aqui, a gente ter esse marco legal, esse, esse marco legal [...] (PT01 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

É unânime, entre os sujeitos, o reconhecimento da necessidade de construir esse documento orientador, assim como o desafio de formular novas ferramentas para avaliação da aprendizagem no final do percurso e possibilidades de ações para acompanhamento do egresso:

> [...] eu penso que a gente aqui depois do estágio, foge um pouco da nossa verificação a não ser num caso como esse que [nome da colega participante da roda] traz, de alguém que já passou por aqui, que vai trazer uma experiência pra nosso trabalho, mas em alguns outros casos esse se torna pouco porque aqui a gente não tem essa condição de saber, de saber de fato se essa dimensão educativa tá sendo praticada, né? Como foi que se deu esse processo, se isso tem gerado frutos ou se isso fica no meio do caminho. Esse é o processo pelo qual a gente não tem essa condição de ainda de efetivar, de dizer assim, foi bom ou se não tá existindo, isso a gente não tem [...] (PT04 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Entretanto, a falta de uma assessoria pedagógica no DEC para contribuir com os processos organizativos, foi apontando como um dos entraves para a resolução dessas questões, como aqui se afirmou:

> [...] Mas [nome do colega participante da roda] traz uma coisa que é muito gritante, a gente no início por não ter um pedagogo aqui, [...], a gente não tem um pedagogo dentro do processo formativo, não é? Dentro do processo formativo, não é? Dentro do Departamento da Educação pra tá comprando algumas questões. [nome do participante da roda] Traz uma coisa que é implicante, a gente não tem um instrumento que normalize, normatize, que normatize na verdade o estágio, não é? Tudo que a gente faz é muito fruto da nossa cabeça, fruto, no que a gente pensa, do que a gente ver, do ponto de vista real, mas do ponto de vista pedagógico, a gente não tem essa leitura ainda, a gente galga ainda do conhecimento de [cita o nome de uma das participantes] [...] a gente espera que [...], nos ajude nesse aspecto, sente com o Departamento [...] a gente possa tá fazendo essa ferramenta normatizadora do nosso estágio (PT01 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Todos esses pontos demonstram a preocupação do SINTRAF-Serrinha em dispor de elementos que fortaleçam o estágio como ato educativo e práxis garantindo a singularidade

dessa etapa formativa tão importante para o projeto educativo da educação profissional (COSTA, 2020) e o desafio de ampliar as inter-relações entre a organização sindical, instituições de educação (tanto de nível médio como de nível superior), órgãos responsáveis pela EPT, movimentos sociais e comunidade.

Além das dificuldades organizativas apresentadas acima, são discutidos alguns desafios interpostos ao contexto produtivo, social e político dos agricultores familiares e possibilidades de ações coletivas para transformar essa problemática.

Um dos aspectos da organização produtiva discutida nas rodas de conversa ao dialogar sobre o contexto dos agricultores familiares é a inserção dos agricultores em cooperativas. Para Novaes (2009, p. 24) cooperativas desenvolvidas como forma de resistência dos trabalhadores "nos mostram alguns dos elementos do que seriam uma forma superior de produção, baseado no trabalho coletivo, com sentido social, onde há possibilidade de superação da auto-alienação do trabalho".

Nesse sentido, buscando fortalecer a atividade da Agricultura Familiar e a "amplitude de suas redes associativas" (TIRIBA, 2001, p. 289), parte dos agricultores familiares filiados ao SINTRAF-Serrinha, se organizam por meio de uma cooperativa, a Cooperativa de Produção e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (COOPAF):

> Porque esses agricultores, eles são, são filiados, digamos, filiados a cooperativa, ela tem uma filiação, cada agricultor desse tem a sua DAP física para poder fazer entrega comprovando a sua, o que é realmente a sua atividade rural, aí é, é, eles são filiados, então ali tem uma direção, claro que todo meio precisa de uma direção pra reger, mas todos tem, são feitas assembleias, né? É reuniões, com toda transparência, e toda prestação de conta de cada, é periodicamente eles fazem reuniões e tem toda uma questão de tabela [se refere aos preços dos produtos] é uma questão de conjunto, né? (PT09 3, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Contudo, um dos participantes da roda de conversa faz uma crítica a forma de atuação da COOPAF ao declarar que a cooperativa tem reproduzido processos de exploração, qualificando-a como atravessadora:

> Oh, se a gente for pra realidade hoje, de todo jeito, estamos sendo os verdadeiros atravessadores, independente de cooperativa, independentemente de qualquer coisa, porque eu digo isso [...], a situação da cooperativa e da... eu não sei como tá hoje a ARCO Sertão, são dois órgãos que deveria ser um só. Aí a cooperativa [se refere a COOPAF] cobra dos agricultores, aí a cooperativa vai e passa para a ARCO Sertão e a ARCO Sertão passa pra prefeitura (PT06 3, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Obstante a isso, temos depoimentos explicando essa parceria entre a COOPAF, a ARCO Sertão e a Prefeitura Municipal de Serrinha para fins de comercialização dos produtos da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):

> É, no caso é alguns itens [...], na questão de Polpa e frutas, mas especificamente é Polpa, mas a questão dos outros itens, tem essa organização, no caso, pra questão da Chamada Pública, que é a, que vem pra o município, pra fazer entrega nas escolas. A cooperativa de Serrinha, ela, a COOPAF, ela entra como prioridade na compra da Agricultura Familiar dentro do município, porquê? Porque ela é da, da própria da região e os agricultores filiados a COOPAF todos eles possuem DAP física. Então, há tipo uma associação desses agricultores que vão fazer a entrega dos seus produtos para a cooperativa e essa que passará diretamente para a escola, através do PNAE. A questão da cooperativa, a cooperativa ela é filiada a ARCO Sertão, a ARCO Sertão é como se fosse a mãe das Cooperativas. [...] Então assim, tem a sua referência maior, mas no caso da entrega de alimentação escolar, ultimamente tem sempre sido feito, diretamente a COOPAF com o município, na questão quando se traz esse vínculo com a ARCO Sertão é no que tange a entrega de polpa de frutas [...]. (PT09 3, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

> Quando se trata da polpa de frutas, é porque assim, o nosso município a gente não tem o selo ainda, né? [...] Por esse motivo, porque nós não temos o selo aqui ainda e a ARCO tem, então a ARCO nos dá essa cobertura, porque nós também pra ser um produto legal, né? (PT11 3, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

A partir desse diálogo, entendemos que essas ações são estratégicas associativas para fortalecer as atividades dos agricultores e tornar economicamente viável o empreendimento coletivo (TIRIBA, 2001). Ampliando essa discussão, Tiriba esclarece:

> no processo de tornar viável a atividade econômica, não é possível esquecer a articulação que é necessária com os empresários, os governos e as instituições que a apoiam. Quanto aos primeiros podemos observar que: a) a articulação do grupo se pode dar de forma isolada; com os empresários conseguem manter uma relação meramente comercial; burocrática e/ou reivindicatória com os governos municipais, estatais e federal; b) [...] Quanto à relação com os governos – o que se dá geralmente a partir da intermediação de alguma instituição de apoio (ONG, igreja) – o objetivo é a solicitação de concessão de crédito popular e/ou a resolução de problemas de ordem jurídica, legislativa ou repressão (TIRIBA, 2001, p. 291).

Diante do exposto, situamos a ação descrita anteriormente, acerca da articulação entre COOPAF e a ARCO Sertão, no processo de comercialização dos produtos para o PNAE como uma forma de associação que tem como objetivo resolver entraves de ordem legal.

Ainda sobre a motivação para autogestão do trabalho via cooperativa, os participantes apontam como um fator importante a possibilidade de criar meios de resistência a lógica perversa dos mercados (TIRIBA, 2001). Isso é evidenciado na seguinte fala:

> Porque assim, quando se fala em organização, é, e para evitar a questão de outros atravessadores, a melhor forma seria o cooperativismo, porque? Porque aí os agricultores estariam organizados entre si, fariam a entrega dos seus produtos num preço padrão, que é o que acontece na COOPAF, tem um preço equivalente para cada produto, é claro que a cooperativa também tem o seu ganho percentual porque como ela vai gerir tudo aquilo, se ela precisa também de funcionários que tenha todos os parâmetros, que vá fazer a, que vá brigar pela legislação, que vá fazer todo o papel organizacional, né? (PT09 3, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Contudo, entendemos que a atuação das cooperativas, seja em relação à forma de organização da COOPAF ou o repasse de alguns produtos para a ARCO Sertão, não se configura em um processo de interceptação da maior parte dos excedentes, como pontuado por um dos participantes ao denominá-lo de atravessadora. Porém, demonstra a necessidade de autorreflexão acerca dos processos organizativos e da necessidade de ampliação do diálogo entre os associados, e como foi apontado pelos participantes da roda de conversa, a necessidade de formação continuada tanto dos agricultores e cooperados como dos membros da organização sindical para que possam compreender qual o papel da cooperativa e a importância dessa forma de organização para o processo de produção.

Afinal, como aponta Tiriba (2001), nem todos os trabalhadores compreendem o significado do trabalho associado/cooperativista. Frente a isso é preciso discutir os fundamentos do cooperativismo e desmistificar a ideia da cooperativa como um ente diferente dos cooperados.

Nesse sentido, os participantes declaram que:

> Eu acredito que a cooperativa ainda peca no sentido de formação no geral de tá divulgando, a questão tanto para os agricultores como da sociedade em si porque eu já vi falas de agricult... de pessoas da sociedade achando que a cooperativa é como atravessadora por causa de cobrar esse valor essa taxa em cima da entrega, sendo que não, quer é por causa de questão de, do alto custo, da questão da, dos papéis organizacionais na própria instituição, da própria entidade aí (PT010 3, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

> Exatamente. Porque assim, quando a gente vai falar sobre essa questão de que, representação, e aí [nome do participante da roda] também traz um ponto sobre a questão de formação, porque a formação ela é crucial em todos os espaços, principalmente pra você ter uma noção maior, saber trabalhar certo, né? Sem nenhuma sombra de dúvidas, e aí quando você fala do

> cooperativismo, é nesse sentido, de tá ali é, organizando esses agricultores a fazer sua entrega de forma consciente. Porque no caso, quando a gente, e evitar mais o atravessador, quando você tem ali, no caso, a cooperativa, que ela tem uma estrutura organizacional e tem uma tabela de preço para cada produto, o agricultor ele vai vender o produto na form... no, no valor, né? Tabelado, então não tem a questão de tá ali, um atravessador e, e tomar a frente, mas o que falta, acho que não só na cooperativa em demais, que a gente também já citou a questão de necessidade de formação, tanto pra entidade, né? Em outros momentos a gente citou isso, porque assim, em todos os espaços a gente precisa de formação, até porque é, cada momento vai surgindo demandas novas, coisas novas que é preciso se trabalhar e também pra passar pra pessoas que estão ao nosso redor. Não, a gente não tem o conhecimento amplo de tudo (PT09 3, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

As falas reforçam a importância dos processos de formação e da necessidade de refletir sobre os princípios e desafios do cooperativismo a partir da experiência em movimento para revelar como se dá a participação efetiva dos trabalhadores no processo de produção e comercialização.

Além disso, a compreensão por parte de todos os envolvidos do tipo de vínculo firmado com outras organizações associativas e com o governo vai desvelar as relações implícitas e, de modo geral, reforçar que os meios de produção da cooperativa são propriedade coletiva dos trabalhadores (TIRIBA, 2001). Para isso, a cooperativa não pode atuar como um organismo de produção ou comercialização que difere dos próprios cooperados.

É importante salientar que existem outras formas de comercialização dos produtos da Agricultura Familiar, nem todos os agricultores são membros da COOPAF, tem uma parte que comercializam seus produtos nas feiras livres do município, nas feiras da agricultura familiar organizada pelo SINTRAF-Serrinha ou organizações sociais, entre outros espaços.

Os representantes do SINTRAF-Serrinha ao longo do processo de sistematização também chamam atenção para a falta de Políticas Públicas específicas para o campo ou para o jovem do campo e para dificuldade de gestão dessas políticas:

> a gestão de como chegou às políticas que foi mal administrada [...], que foram dadas essas pessoas que de fato não precisavam, né? Aí a gente tem agricultores que dependem realmente da produção, né? De ter uma cisterna e não teve o acesso, né? Depende dali da irrigação para poder facilitar o trabalho e também ter uma maior comodidade, né? E por falta de recursos ou por falta de políticas não têm acesso a isso (PT09 3, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

> Muita gente recebeu lá as hortas, as hortas tão secando, tão tudo abandonadas a maioria por falta de uma Política de Gestão [...]. Então assim, eu acho que a gente, hoje, a grande demanda nossa hoje é gestão das nossas Políticas Públicas, elas chegam a maioria das vezes, chegam, a gente tá carente de

> Políticas Públicas nos últimos anos, estamos, são poucas Políticas Públicas que chega no campo, mas as que chegaram, nós tivemos a ambição de trazer, tivemos a demanda, tivemos um público prioritário, mas não tivemos a questão da gestão (PT01 3, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

A narrativa vai de encontro a ideia de convivência com o semiárido apresentada por Silva, Menezes e Reis (2012) ao defender que é preciso pensar e promover Políticas Públicas que contemplem todas as particularidades e potencialidades do semiárido brasileiro.

Entretanto, considerar as particularidades e potencialidades não significa desenvolver políticas assistencialistas dominadoras e excludentes, fundamentada a partir do paradigma de combate à seca e da ideia da fome e da miséria gerada em decorrência das características climáticas conforme vem sendo idealizado no imaginário social da população (BAPTISTA; PIRES; BARBOSA, 2021; SILVA; MENEZES; REIS, 2012).

Como defende Baptista, Pires e Barbosa (2021) as Políticas Públicas de convivência com o semiárido, buscam construir a autonomia da população a partir do princípio do compartilhamento, da construção do conhecimento, da distribuição democrática, da participação e promoção da vida e das oportunidades para todos.

As Políticas Públicas fundamentadas no paradigma de convivência com o semiárido criam oportunidades para o desenvolvimento de inúmeras iniciativas de valorização e construção do conhecimento, portanto, pode-se apresenta como solução a problemática levantada na seguinte fala: “então, eu acho que o grande problema do campo é a Política Pública chegar e a gente ofertar junto com a Política Pública a capacidade, não é?” (PT01 3, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Para tanto, a ideia de capacidade no contexto do paradigma de convivência com o semiárido, precisa estar associada à formação continuada dos agricultores para assegurar a sustentabilidade das políticas por meio de iniciativas que fortaleçam e valorizem as práticas agroecológicas (BAPTISTA; PIRES; BARBOSA, 2021). Destacam-se aqui, com base nas discussões propostas por Caporal (2003), o diálogo acerca dos elementos chaves que direcionam as Políticas Públicas e dos desafios que o espaço ambiental, social e econômico estabelece, além da valorização e aperfeiçoamento das experiências e tecnologias desenvolvidas nas comunidades.

E ainda, segundo Baptista, Pires e Barbosa (2021), a participação das organizações e movimentos sociais e políticas nos espaços de gestão e construção de Políticas Públicas, seja na esfera estadual, federal ou municipal, tem possibilitado a disseminação do paradigma da

convivência com o semiárido tanto no sentido de formulação de políticas como no debate em relação ao orçamento público.

Nesse sentido, o enfrentamento ao desafio de construção de Políticas Públicas, principalmente as direcionadas para o jovem, como foi pontuada na fala de um participante ao colocar que temos necessidade "de uma política mais, é mais qualificada, é, uma política, é, é, vamos dizer assim, do próprio Estado, da Assistência Técnica, [...] que criam oportunidades para o jovem [...]" (PT06 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.), perpassa pelo vínculo ativo dos coletivos de jovens nos diversos conselhos e comissões.

A questão da afirmação de Políticas Públicas para o Jovem reflete diretamente na construção da relação mais efetiva do jovem com o campo ao oferecer condições para que esse jovem possa optar pela permanência no campo, e assim atender a demanda expressa na seguinte fala: "E aí a gente não tem do governo uma Política Pública que venha é, intensificar que esse jovem fique na sua localidade de origem, fazendo seus trabalhos agrícolas e tendo seu sustento... é sua forma de sustentabilidade na própria área rural, né?" (PT09 3, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Essa discussão se aproxima de outro desafio colocado ao longo das rodas de conversas acerca da necessidade de formação política e ideológica dos membros do SINTRAF-Serrinha, para uma atuação mais efetiva na organização:

> Que a gente tenha o gargalo, formação Sindical, formação Social e formação Política [...]. Tem a formação social, as vezes até tem, tem a sindical, mas não tem a política, entendeu? Então, existe coisa que a gente precisa entender dentro do nosso meio também, porque não tem como a gente querer arrumar, né? O, a comunidade sem arrumar a nossa casa, a gente precisa também disso aí, não é só, não ficar só na ficção de é isso, é isso, é aquilo, se a gente não começar a fazer, nosso trabalhinho de formiga, nunca vai sair do lugar [...]. Então, quando eu falo porque a gente tem gente dentro no nosso meio que não tem esse entendimento, voltado para o rural **(**PT02 3, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Com isso, o desafio é garantir momentos para formação continuada em múltiplas dimensões, relacionando valores, atitudes, consciência organizativa, consciência ideológica e militância sindical, de modo que todos compreendam que a organização precisa ser uma base que se constitui na força política dos agricultores familiares, influenciando no território onde está inserida (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO, 2015b).

É importante ressaltar que apesar da análise da experiência com oferta e desenvolvimento de estágio do SINTRAF-Serrinha apontar para um fazer pedagógico com valores e pressupostos políticos/filosóficos sobre o viver e produzir no campo, mediado por um

processo educativo dialógico, identificamos como dificuldades e desafios enfrentados pelo grupo para organização do espaço pedagógico de estágio, a sistematização das intencionalidades formativas por meio de um documento orientador dos processos formativos; garantir formação política-sindical para todos os grupos de estagiários; desenvolver mecanismos de avaliação do processo formativo e de comunicação com os egressos, além de dispor de uma assessoria pedagógica.

Por fim, neste capítulo ficou evidente que o maior desafio da pesquisa foi (re)pensar o percurso do estágio a partir de suas marcas (inquietações, rupturas, superação, avanços e possibilidades) e isso consiste em um movimento dialético de construção do conhecimento e de (re)significação da realidade.

5 APRENDIZAGEM DE UMA CAMINHADA: SENTIDOS E SIGNIFICADOS QUE CONSTITUEM A BASE DO PRODUTO DE SISTEMATIZAÇÃO

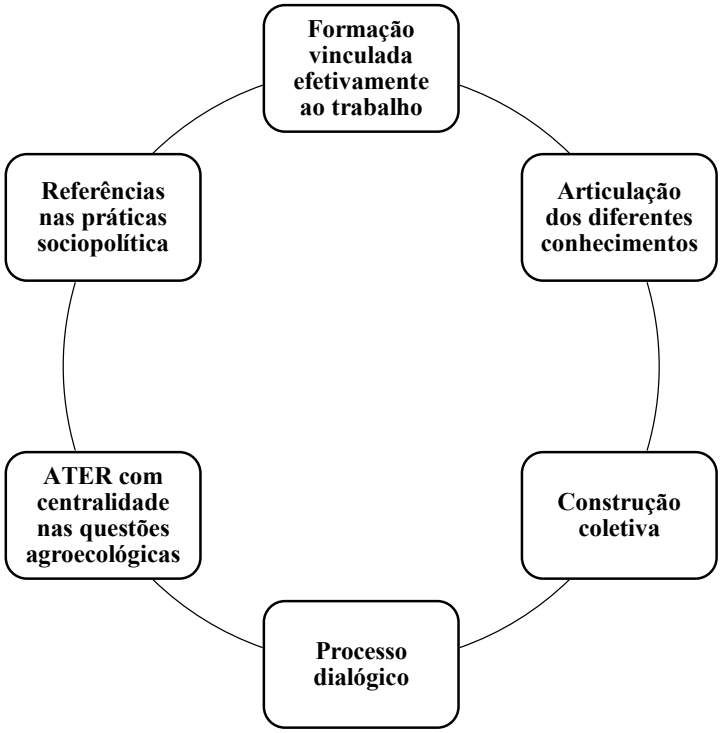
Ao refletir sobre a experiência da oferta e do desenvolvimento de estágio, levando em consideração que se trata de uma prática educativa situada no contexto da Agricultura Familiar, necessariamente, é preciso problematizar a realidade de modo que seja possível vislumbrar um percurso educativo dialógico e transformador, que possibilite compreender os fundamentos da práxis produtiva e política do campo.

Para isso, buscamos aprofundar o debate sobre as questões do campo, em especial as questões que envolvem a Agricultura Familiar e (re)significar a proposta educativa objetivando fomentar a atuação política, a autonomia e a construção do conhecimento a partir das diferentes formas de organização produtiva, que visa garantir a sustentabilidade dos núcleos produtivos e integrar as diferentes realidades dos agricultores familiares.

Em conformidade com o que assinala Santos, Mutim e Souza (2021), ao analisar os fundamentos da EPT do campo e a sua relação com a dimensão territorial a partir de uma perspectiva emancipatória para os sujeitos do campo, o propósito é formar trabalhadores capazes de refletir criticamente e agir, através do trabalho social e da práxis produtiva, para transformar a realidade sociopolítica em que estão inseridos.

A análise do contexto e das atividades formativas do estágio a partir da interpretação coletiva dos sujeitos da organização mostrou que as ações educativas do SINTRAF-Serrinha se baseiam na unidade entre teoria e prática e no reconhecimento dos diversos saberes ao promover ambientes pedagógicos de socialização dos conhecimentos e troca de experiências. Envolve um conjunto de atividades que se desenvolve em meio ao ciclo de produção, organização e comercialização dos agricultores familiares, apresentando uma preocupação com a construção do conhecimento agroecológico e com a participação política dos sujeitos do campo. A figura a seguir (Fig. 7) ilustra o “quefazer” educativo e formativo da organização.

Figura 7 - "Quefazer" educativo e formativo do SINTRAF-Serrinha"



Fonte: Elaborada pela autora a partir das conclusões da aprendizagem do processo de sistematização, 2021.

A partir dos direcionamentos ilustrados na figura 7, esse capítulo contextualiza através das falas dos participantes das rodas de conversa ou relatos dos estagiários retirados dos relatórios de conclusão de estágio no SINTRAF-Serrinha o "quefazer" educativo e formativo, fazendo uma reflexão a respeito da práxis desenvolvida e da sua relação com as "territorialidades de resistência" (SOUZA; SANTOS; MUTIN, 2021) e a possibilidade de uma formação emancipatória dos sujeitos do campo, com base na reprodução ampliada da vida.

5.1 "Quefazer" educativo e formativo do SINTRAF-Serrinha: trajetória de uma experiência em movimento

Nesse estudo, a análise crítica acerca da atividade formativa de estágio no contexto da EPT do campo está fundamentada no diálogo entre a concepção marxista da educação e os princípios educativos de Paulo Freire. Essa construção inclui a unidade entre trabalho e educação - elemento constitutivo desse processo – e uma reflexão acerca da reafirmação do homem como um ser da práxis e da educação como processo de transformação (FREIRE, 2021a).

Nessa perspectiva, a ideia de formação defendida vai além dos espaços escolares, contempla os diversos espaços de vida. A vida e seus fundamentos naturais e sociais – relação com a natureza, modo de produção e suas formas de organização, cultura, relações sociais e as lutas intrínsecas – são princípios educativos. Para Tiriba (2001, p. 188) o ser humano só consegue "transformar a realidade à medida que se insere ativamente nela, não é possível reduzir o processo de conhecer ao mundo, apenas a escola, mas buscar os elementos materiais e imateriais de formação humana em outras instâncias educativas que [...] acontecem como processos de vida".

A explicação dada por esta autora se aproxima da concepção formativa dos representantes do SINTRAF-Serrinha, conforme percebemos na fala de um dos representantes do Sindicato ao pontuar que a educação: "não só depende desse campo formal em si, é aquela educação diária que você tem ali, que é isso que os movimentos sociais têm, oh a gente tem pessoas excelentes formadas no movimento [...]" (PT05 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.). Esse entendimento também é reforçado por outro participante da pesquisa ao considerar que:

> A partir do momento que você, que nós estamos transmitindo, nós estamos trocando, nós estamos ensinando, é ... é ... uma escola também, porque a Educação ao nosso modo, ao nosso modo, é essa troca como Paulo Freire traz, a gente bebe nessa, nessa questão e muito mais, pra gente é rico por se dar de forma [...]. Essa alternância, a gente acaba alternando educação tradicional com educação do trabalho. Um pouco dos princípios de Educação de Paulo Freire, o que ele traz no dia a dia a gente acaba aplicando. Não, não basta você ter a escola convencional, se você não tem, não é, as relações de trabalho como um banco de aprendizagem (PT01 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Frente as concepções de educação apresentada, verifica-se que os sujeitos participantes da pesquisa relacionam os processos educativos as diversas dimensões da vida, principalmente ao trabalho e a prática social. A declaração acima é expressiva no que concerne ao vínculo entre trabalho e educação, reafirmando a tese de que "a educação dos trabalhadores dá-se na escola, no trabalho e nas demais instâncias da vida" (TIRIBA, 2001, p. 197).

Nessa perspectiva, ao compreender o estágio como práxis e situá-lo no campo das atividades formativas que liga a escola ao mundo do trabalho, distanciando de políticas e práticas de natureza mercadológica e mecanicistas, a ideia é que essa formação se dê na compreensão crítica de cada prática específica em meio ao conjunto geral da prática social aos quais estão inseridos (FREIRE, 2021b; RAMOS, 2010). E essa compreensão "demanda a formação política concomitante com a técnico-profissional" (FREIRE, 2021b, p. 53).

Desta forma, o estágio no SINTRAF-Serrinha, enquanto etapa formativa que vincula a escola à vida, ao trabalho produtivo agrícola, a comunidade e as organizações sociais e sindicais do campo (FREIRE, 2021b), precisa garantir a apropriação processual da realidade produtiva dos trabalhadores(as) do campo a partir da unidade entre teoria e prática, da vivência sociopolítica dos agricultores familiares e suas múltiplas dimensões.

O desenho prático da experiência do SINTRAF-Serrinha foi sendo delineado através dos processos pedagógicos adotados e das intencionalidades construídas no diálogo com diversos sujeitos coletivos. Trata-se de uma construção educativa orientada pelas seguintes concepções formativas:

a) Formação vinculada efetivamente ao trabalho

O primeiro passo para uma formação vinculada ao trabalho é compreendermos que é por meio do trabalho que construímos a nossa existência, as relações sociais e a nossa consciência pessoal e coletiva. Sendo o trabalho a base da matriz formativa, é preciso buscar superar o trabalho alienado e compreender a realidade a partir de suas contradições e possibilidades.

Nesta perspectiva, referindo-se a matriz formativa do trabalho à luz das formulações de Marx acerca da produção da existência e da formação humana, afirmou Caldart:

> As pessoas se formam pela inserção em um determinado meio, sua materialidade, atualidade cultural, natureza e sociedade, fundamentalmente através do trabalho que lhe permite a reprodução da vida e é característica distintiva do gênero humano, é própria vida humana na sua relação com a natureza, na construção do mundo. Trabalho que produz cultura e produz também a classe trabalhadora capaz de se organizar e lutar pelo seu direito e pela superação das condições de alienação que historicamente os caracterizam" (CALDART, 2010b, p. 65).

Nesse sentido, o trabalho no contexto do SINTRAF é colocado com o propósito de promover a compreensão da Agricultura Familiar enquanto categoria política e social, buscando fomentar o interesse pelo trabalho nos núcleos familiares. Um dos representantes cita, por exemplo, os momentos de discussão entre agricultores, técnico da ATER e estagiários acerca da importância da composição e consolidação desse grupo produtivo:

> Trabalham trezentos e algumas dúzias de famílias [...]. São famílias que tiveram o acompanhamento do técnico com sua grande maioria, com grupos de estagiários que vão lá, que põe a mão na massa, que faz junto, que faz esse

> debate da importância da família na propriedade. E de ser um núcleo produtivo, tem esse debate, todo mundo realiza mesmo junto, não vou dizer que cem por cento (PT03 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Diante da concepção da matriz educativa do trabalho apresentada por Caldart (2010a) e como base no relato acima, compreendemos que a atividade produtiva dos agricultores familiares se configura como um espaço de formação humana. Para tanto, é necessário reconhecer e desvelar as relações estruturais condicionantes (considerado a dimensão sociológica, política e jurídica) problematizando os sentidos atribuídos à agricultura familiar, sempre partindo do espaço local e territorial nos quais esta prática se insere (SOUZA; SANTOS; MUTIM, 2021), para que todos os envolvidos no processo compreendam as relações sociais, culturais e políticas que se estabelecem em meio a atividade de produção das famílias.

b) Articulação dos diferentes conhecimentos a partir da relação entre teoria e prática

Os representantes do SINTRAF reconhecem a importância de promover a integração entre os diversos tipos de conhecimento. Essa integração deve ser orientada pela articulação entre teoria e prática e convergir no sentido de construir novos saberes e novas propostas científicas e tecnológicas que corroborem para o desenvolvimento local a partir da compreensão crítica da prática produtiva. Isso fica claro na descrição das atividades contidas nos relatórios de conclusão de estágio e nos relatos dos participantes da pesquisa:

> Existe os minicursos nas feiras, a gente não só vende o produto, a gente expõe o produto, realiza a comercialização e junto com aquele processo ali acontece as oficinas de debate, de discussão teórica. Então, é baseado na teoria com a prática, né? Por exemplo, o grupo, o curso, é a oficina de fabricação orgânica, a forrageira nossa vai pra feira, os estagiários vão junto, o técnico vai fazer palestra da importância da, de quais, por exemplo, quais são o teor [se refere ao teor de proteínas] (PT03 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

> Foi construída uma horta dividida em várias etapas [...]. Depois da experiência de construir essa horta, aprendendo e observando cada detalhe a ser feito, fomos para uma escola pública, na localidade de Tabuleiro de Bela Vista-Ba, para construir uma em prol da comunidade, beneficiando os alunos daquela escola e melhorando a merenda escolar com as hortaliças cultivadas e dando continuidade por eles, cuidando dela e assim por diante (Relatório 4, 2018, Arquivo do CETEP-Sisal.).

Ao analisar as atividades formativas descritas pelos sujeitos percebemos que o saber parte da realidade vivenciada, entretanto, a apreensão do real é mediada pela teoria, e essa unidade entre teoria e prática na condução da ação tem como fim a transformação do espaço aos quais estão inseridos (VÁZQUEZ, 2011). Trata-se de um espaço de produção do conhecimento que não só afirma a indissociabilidade entre teoria e prática, mas também conecta diferentes sujeitos e instituições ao vincular mundo do trabalho e prática social (AGUIAR *et al*., 2016).

c) Construção coletiva

No contexto do SINTRAF-Serrinha o desenvolvimento de ações coletivas como seminários, rodas de conversas, visitas, organização e participação nas feiras da Agricultura Familiar representam momentos importantes que possibilitam a aproximação dos atores sociais, o incentivo às relações de cooperação e à solidariedade e o desenvolvimento de uma análise da realidade local e do próprio território a partir de diferentes olhares. Indicando um "compromisso ético político com o(os) outros, com a(s) gente(s); com o(s) lugar(es); com a(s) identidade(s)" (SOUZA; SANTOS; MUTIM, 2021, p. 221).

São experiências que apontam na direção de uma "práxis territorial participativa" (SAQUET, 2019, p. 6), onde os saberes e os conhecimentos são construídos e reconstruídos a partir das redes que vão se formando no encontro entre os sujeitos (SILVA; MENEZES; REIS, 2014). Esses encontros são ilustrados nas seguintes falas:

> Participei da organização da feira da agricultura, onde foi feito o ambiente de representação da Agricultura Familiar e do bioma da caatinga, também da armação de toldos, barracas e aviário móvel. [...] Participei da realização da feira da agricultura onde se encontrou vários agricultores de alguns municípios da região sisaleira, com comercialização de produtos orgânicos/natural e também a comercialização de aves caipira, houve também várias oficinas de formulação de ração e enxertia, etc. (Relatório L, 2018. Arquivo do CETEP-Sisal.).

> E, e ele [estagiário] era meio perdido em relação à área, só que a partir do momento que ele começou a ver, começou a acompanhar, começou a desenvolver, ter aquela amizade com os agricultores, ele começou a ter amor. [...] Então, aquele amor que ele pegou à profissão, ao trabalho, aquilo ali é muito gratificante, entendeu? (PT03 3, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Percebemos nos relatos que as experiências formativas implicam em um processo de ensino e aprendizagem mediado pela interação do indivíduo com o outro e consigo mesmo.

Além disso, é uma forma de fortalecer o diálogo tanto no interior do movimento, como também com outros sujeitos e/ou outras redes colaborativas.

d) Processo dialógico

O grupo reconhece que o processo formativo deve ser desenvolvido a partir do diálogo de saberes entre os atores envolvidos no processo. Ao promover encontros entre os sujeitos sociais e desenvolver estratégias e ações que comportam o envolvimento e a construção de relações horizontais entre os grupos, possibilita a articulação dos diferentes saberes e a troca de conhecimento. Veja o que dizem os representantes do SINTRAF ao refletir sobre o processo de construção do conhecimento e as relações construídas:

> Então assim, o estágio em si ele é uma troca de conhecimento, até o momento a gente não teve nenhum problema ainda, com fé em Deus não vai ter de agricultor com estagiário, porque é um conjunto de verdade. A gente troca experiência tanto do que ele sabe, ele repassa o que ele sabe pro estagiário e a gente passa do que a gente tem o conhecimento de estudo pra eles, então, é uma troca de experiência (PT06 2, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

> [...] eu tento trazer uma metodologia de cultura diferente, na questão de plantação, manuseio da terra e da produção, mas até minha própria mãe ainda tem aquele pensamento meio fechado de não saber reaproveitar aquilo que à terra produz de bom. Isso, acaba muitas vezes, é, a gente pra poder desconstruir isso do agricultor, tem que ser na base do bate-papo mesmo, não ir direto há você tá errado, não sei o que, impor. Tem que aos poucos mostrando, dando um, é, tem que mostrar com a prática, também, mesmo, eu vejo, eu creio muito na questão da construção, através, por exemplo, de exemplos práticos, porque quando o agricultor vê que ali tem um outro agricultor dando certo, naquela questão de práticas agroecológicas, tenho certeza que desperta o interesse dele na mudança, ele fala, olha parece que tem razão (PT010 3, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Em relação à produção do conhecimento, os relatos expressam uma preocupação em garantir uma relação baseada no respeito as diferenças e na interação dialógica entre os sujeitos. Nessa perspectiva, ao relatar a necessidade de fomentar um processo de reflexão acerca do modo de fazer agricultura, possibilitando/estimulando o desenvolvimento da consciência crítica dos agricultores familiares, mediado pela conversa e pela problematização da realidade, ao buscar compartilhar experiências concretas, a representante sindical destaca a importância de estabelecer condições necessárias para a efetivação do diálogo, o que nas palavras de Freire (2021a, p. 111) consiste no “encontro dos homens para a tarefa comum de saber agir”.

Nessa perspectiva Baptista, Pires e Barbosa (2021) ao refletir sobre a construção do conhecimento para a convivência no semiárido, defende que “a melhor metodologia de formação é o intercâmbio de experiências no qual agricultores visitam agricultores, trocam informações, animam-se e se convencem mutuamente [...]" (BAPTISTA, PIRES E BARBOSA, 2021, p. 269). Assim, é possível, em meio ao encontro, conectar saberes, socializar ideias e construir conhecimento, conforme destacamos anteriormente nesse texto. A atitude dialógica implica no trabalho conjunto, guiado pela escuta sensível e pelo respeito as diferenças ao buscar compreender, explicar e transformar a realidade concreta, sem que haja espaço para imposição, manipulação e distorção dos fatos (FREIRE, 1983).

e) ATER com centralidade nas questões agroecológicas

O assessoramento técnico contínuo junto aos agricultores familiares é a atividade central do percurso formativo de estágio. A organização, ao buscar promover uma política de assessoramento com base no diálogo de saberes e na valorização da agrobiodiversidade, contribui para o fortalecimento das questões agroecológicas no território e para uma formação pautada na construção do conhecimento agroecológico.

Em termos pedagógicos, a construção e disseminação do conhecimento agroecológico, implica no desenvolvimento de um projeto educativo sustentado por meio dos processos de trabalho do campo, onde a base científica, tecnológica e social da agroecologia, os processos sócio-organizativos dos camponeses e das populações tradicionais são aprendidos a partir do contato direto com a realidade aos quais estão inseridos (FERRARI; SILVA; SILVA, 2021). Um representante do SINTRAF-Serrinha enfatiza a importância dessa dimensão formativa ao declarar que:

> [...] tem muitos estudantes, tem muitos dos casos que ele veio no curso, que eles achavam que, é, que agroecologia é só tratar de reflorestamento, só tratar de questões hídricas, mas eles não viram a questão da alimentação, a questão da convivência com o meio ambiente, da convivência com o outro, com os animais, eles não viam isso, como, dentro do curso, como tratar. Quando eles vieram pra prática eles aprenderam que agroecologia ultrapassa a questão ambiental, florestal, a questão de você conhecer os biomas, saber de que bioma você tá, de como viver no bioma (PT01 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

A agroecologia infere uma abordagem diversa e complexa de conhecimentos, constituída de forma integrada e interdisciplinar a partir da problematização da realidade. Para

Caldart (2017b, p. 10) “envolve ao mesmo tempo diferentes áreas da ciência, integrando estudos sobre a natureza e a sociedade, além de valorizar e trabalhar com diferentes formas de conhecimento”. A autora acrescenta ainda que a agroecologia possibilita a efetivação do vínculo entre trabalho e educação uma vez que seu campo de estudo consiste na totalidade dos agroecossistemas a partir da relação entre natureza, produção, política e cultura (CALDART, 2017b).

Nesse sentido, um elemento importante para a efetivação de um projeto educativo de base agroecológica é a forma de atuação da ATER. Ao apoiar e incentivar a adoção de um enfoque agroecológico, as estratégias de assessoramento técnico requer processos de intervenção educativa transformadora, desenvolvida por meio do diálogo e da adoção de metodologias participativas, de modo que o planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades sejam realizados de forma conjunto por técnicos e agricultores, fundamentada na construção e manejo de agroecossistemas sustentáveis; nos fatores de produção disponíveis local ou regionalmente, a partir de uma perspectiva de longo e médio prazo; apoio aos agricultores no processo de seleção de tecnologias sociais, capazes de minimizar os riscos e otimizar os recursos internos; e na colaboração para a implementação de formas cooperativas de produção e comercialização (CAPORAL, 2003).

No contexto do SINTRAF-Serrinha observamos a adoção de algumas dessas estratégias quando o técnico da ATER em conjunto com os agricultores familiares desenvolvem um trabalho de promoção e incentivo ao cultivo e a criação de animais de acordo com a diversidade dos sistemas locais; a produção de alimentos agroecológicos; promoção de plantas medicinais; a articulação de diferentes espaços de comercialização; o desenvolvimento ou o acesso a políticas públicas voltadas para tecnologia social de aproveitamento da água, bem como reaproveitamento das matérias orgânicas, como, por exemplo, a aquisição da máquina ensiladeira, buscando garantir a alimentação dos animais durante os longos períodos de estiagem no território, entre outras ações.

Algumas dessas ações são descritas pelos representantes do SINTRAF-Serrinha nos seguintes relatos:

> [...] a cultura medicinal, que a cultura do ter uma folha de Capim-Santo, uma folha de, de, é, erva-cidreira, erva-doce, boldo, pra a cura de alguns malefícios e pestes porque antigamente a gente não tinha uma dipirona da vida, não tinha um outro medicamento anti-inflamatório. Então, se fazia uso dessas plantas, e eu, e até hoje se faz porque toda casa tem seu pezinho de pé de pinha pra curar dor de cabeça, enxaqueca, né? O sabugueiro (PT09 3, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

> [...]. É, eles, é, alguns, né? Fazem parte da cooperativa de produção que é a COOPAF Serrinha e desses produtos eles vendem para o PNAE ou então pra PAA, mas também não são todos, né? (PT09 3, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

> O reaproveitamento das matérias orgânicas, é, foi um fator muito amplo que a gente teve aqui, porque quando a gente ganhou essa máquina, pra fazer esse trabalho de reaproveitamento, poucos agricultores tinham uma máquina na sua propriedade, hoje com os projetos, como todo mundo tem uma pequenininha, mas tem pra fazer alguns trabalhos, não todos. Mas hoje a gente tem duas, posso dizer que tem duas pra fazer esse trabalho mais avançado que é o reaproveitamento da palha de feijão que muitos jogavam fora, muitos queimavam. Quem é o agricultor hoje aí que quer queimar mais uma palha de feijão? Que ele acabava de bater o feijão, o fósforo já tava perto, acabava de bater o milho, fazia o pinheirinho ali, fogo! Hoje ninguém faz isso, é, de trinta dias pra cá, já tem quase trinta ou quarenta agricultores que a gente vai trabalhando direto, reaproveitando toda a matéria orgânica. Então, esses aí eram os primeiros a riscar fósforos e queimar tudo. Hoje eles vão ter a consciência que o que eles queimavam serviam de alimentos para o ... então, se ele tá dando pro o, se ele tá aproveitando a matéria orgânica dele, tá dando para os animais ele não vai precisar comprar ração, o animal vai engordar, ele vai ter uma renda melhor e o lucro melhor, entendeu? E ainda preservando o meio ambiente (PT06 3, 2022, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Considerando que o modo de viver e produzir dos agricultores familiares do SINTRAF-Serrinha contempla a inserção de práticas agroecológicas e a incorporação de tecnologias sociais apropriadas para o semiárido e de redes locais de cooperação e ainda, que essa atividade produtiva é tomada como princípio educativo, podemos situá-lo no campo das "territorialidades de resistência".

Trata-se de ações pensadas a partir do território, mas que envolve questões relacionadas com a sociedade em geral, expressam a capacidade de resistência da população do campo, "contrariando a antiga previsão do inevitável desaparecimento dos camponeses frente ao avanço da agricultura industrial e do capitalismo" (PETERSON, 2009, p. 6). Diz respeito a um modo de produção orientada para a "reprodução ampliada da vida" (TIRIBA, 2018a), pois como reforça PETERSON (2009) são processos que fortalece e motiva os camponeses, possibilitando, na medida do possível prosperarem em uma sociedade excludente e hostil.

f) Referências nas práticas sociopolíticas

A organização entende que o processo educativo deve estar vinculado a todas as dimensões do movimento sindical. Ao estabelecer conexões com diversas redes organizativas e fomentar a articulação dos diferentes atores sociais, seminários temáticos, políticas públicas,

entre outros aspectos, desenvolve estratégias que estimulam a organização social e a participação política dos jovens. Essa intencionalidade é evidenciada nas seguintes falas:

> Entre práticas e observações, também tivemos algumas palestras, sendo uma delas da Secretaria de Jovens, participamos de uma palestra da Secretaria dos Jovens Rurais, foi importante, pois nos fez compreender a importância de um jovem no meio rural e também as possibilidades que ele tem de melhoramento e inovação do campo. O seminário juventude rural, esse seminário teve uma importância durante nosso estágio, pois nele foi esclarecido algumas possibilidades de incluir os jovens que vivem na zona rural, mas que não participam das atividades no campo, fornece atividades para que desperte o interesse dos mesmos para se incluírem no meio rural. (Relatório D, 2018, estagiário. Arquivo do CETEP-Sisal.).

> Assim, um outro fator positivo que a gente pode notar é a conscientização da população rural, o pessoal do campo hoje tem uma visão mais ampla, tem a questão da cidadania, e é comum hoje a participação do público do campo na câmara dos vereadores, conhecendo melhor as leis, intervindo dentro das políticas públicas, sugerindo. Então, acho que essa interação entre o campo e a cidade melhorou bastante. Então, acho que essa Educação do Campo estava adormecida, mas de um certo tempo pra cá começou a se despertar, a partir dessa nova metodologia, é aplicada através do Conselho, dos departamentos que foi criado, não existia inclusive no Sindicato, não existia o Departamento de Educação do Campo [...] (PT07 1, 2021, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Tanto no relato do estagiário como na fala do representante do SINTRAF-Serrinha infere-se que o processo educativo está relacionado com a dimensão sociopolítica do movimento sindical, permitindo uma análise crítica das questões do campo/território e a ação consciente em prol da transformação. Portanto, acreditamos que os sujeitos do SINTRAF-Serrinha apresentam como uma intencionalidade educativa a garantia de uma educação transformadora, que contribuem no processo de desenvolvimento da consciência crítica do sujeito, possibilitando a participação ativa dos mesmos na sociedade.

A educação nesse contexto está em consonância com a concepção de educação de Paulo Freire (2001) ao concebê-la como um ato político e transformador. Diz respeito ao processo de construção do conhecimento que possibilita a ação contínua dos seres humanos em busca do desenvolvimento integral das pessoas e do espaço/território onde vivem. Como assegura Freire (2021a) os seres humanos são sujeitos do seu conhecimento e consequentemente, sujeitos da transformação.

De forma geral, compreendemos que os processos educativos e formativos do estágio no SINTRAF-Serrinha estão relacionados com os diversos espaços de vida, ao privilegiar a

vida real, o trabalho, as potencialidades individuais e coletivas do grupo, bem como as potencialidades do território, conforme podemos perceber no decorrer deste estudo.

Trata-se de um percurso formativo comprometido com a práxis territorial da EPT do campo como propugnam Souza, Santos e Mutim (2021) e Caldart (2010a). A reflexão acerca dessa prática educativa possibilitou entender os fundamentos sociopolíticos e pedagógicos da organização e, consequentemente, definir os princípios e diretrizes Educativo e Formativo do Estágio apresentado na próxima seção.

Entretanto, conforme discussão apresentada no capítulo anterior, é importante salientarmos que um dos destaques das reflexões foi sobre a necessidade de elaboração teórico-prática do desenho pedagógico para orientar o processo de construção do conhecimento a partir de uma perspectiva formativa direcionada para a formação emancipatória do sujeito do campo, reafirmando a importância do produto resultante de sistematização, o documento base que resgata a concepção de Educação do Campo e da EPT do Campo explicitando os princípios e diretrizes que devem orientar o processo formativo de Estágio no SINTRAF.

Além disso, o processo de reflexão em torno da experiência vivida evidenciou a necessidade de formação sociopolítica continuada para todos os integrantes da organização, principalmente no campo de gestão das políticas públicas e do cooperativismo, bem como evidenciou a falta de políticas públicas e incentivos para a permanência do jovem no campo.

6 SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA DO SINTRAF-SERRINHA: A OFERTA E DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIO

O desenvolvimento de um Produto Educacional (PE) ao longo do processo de construção do conhecimento se configura como um requisito do Mestrado Profissional. Como reitera Rizzatti *et al*. (2020), os Programas de Pós-Graduação na modalidade profissional, com o objetivo de promover um processo de ação e reflexão orientado para a transformação da educação e do próprio pós-graduando, exigem que os discentes desenvolvam um PE e aplique em um determinado contexto social.

O PROFEPT é um programa de pós-graduação da área de ensino que requer o desenvolvimento de um PE que contribua para melhorar os processos de ensino, seja direcionado para o contexto da sala de aula ou para outros espaços educativos (PASQUALLI; VIEIRA; CASTAMAN, 2018). Assim, a pesquisa incidiu na sistematização da experiência do SINTRAF-Serrinha com a oferta e desenvolvimento de estágio na área de Ciências Agrárias, de modo que o PE (Apêndice H) consiste no produto de comunicação do processo de sistematização.

Esse PE, intitulado, "Sistematização de experiência do SINTRAF-Serrinha: a oferta e desenvolvimento de estágio", foi estruturado em duas partes: a primeira parte contempla a síntese do percurso de sistematização[4], apresenta o caminho metodológico e as principais reflexões que orientaram o processo; e a segunda parte apresenta os princípios e diretrizes orientadores da prática de estágio no SINTRAF-Serrinha.

A síntese do percurso de sistematização é um instrumento de caráter metodológico constituído essencialmente como o objetivo de estimular e referenciar outros processos de sistematização no Sindicato, como novas pesquisas, avaliações ou planejamento. Já as diretrizes têm como objetivo principal orientar a práxis educativa e formativa da organização. Contudo, em virtude do conteúdo abordado, esse relatório-síntese serve de subsídios para todas as instituições ou grupos que assumem o desafio de desenvolver processos pedagógicos dialógicos e participativos, principalmente no contexto da Educação do Campo.

A possibilidade da construção dos princípios e diretrizes surgiu na etapa exploratória da pesquisa quando em diálogo com alguns representantes sindicais foi sinalizado a necessidade e o desejo de construir um documento base que orientasse as atividades formativas do estágio na

[4] O conteúdo da síntese do percurso de sistematização - caminho metodológico e as ações-reflexão do processo de sistematização – contempla parte do conteúdo apresentado nos capítulos três, quatro e cinco desta dissertação.

organização, o que foi reforçado pelos participantes da pesquisa durante todo o processo de sistematização da experiência, conforme observamos na seguinte fala:

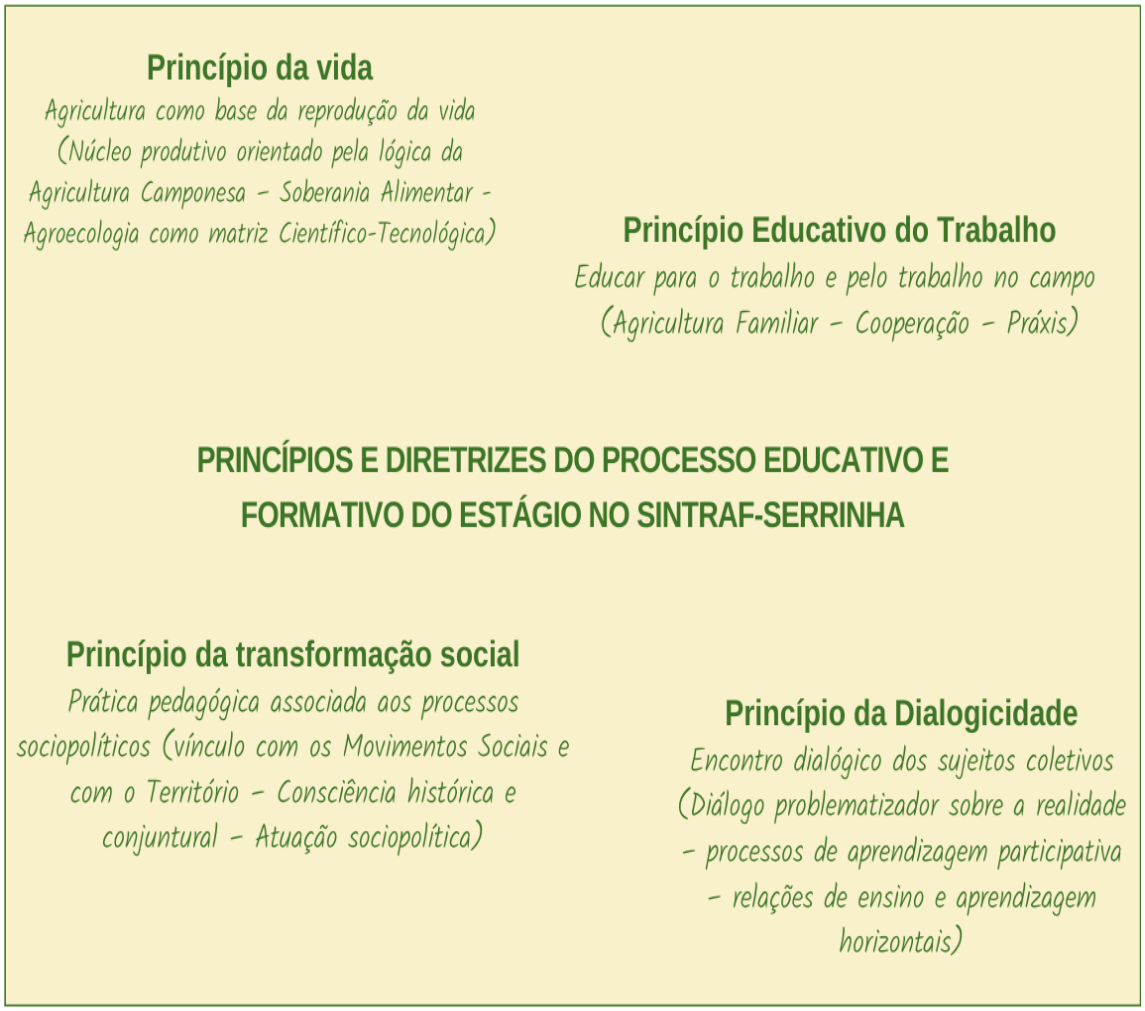
> [...]um documento de norteamento, ainda o sindicato não tem, isso formalizado para qualquer um que chegue aqui, seja eu, seja outro, e até o próprio pessoal que vem estagiar, pegar e olhar o que é permitido ali dentro do estágio do Sindicato e como o Sindicato entende aquele processo educativo ali, a gente não tem isso que seria um avanço a gente construir, isso até pra nossa organização interna, acho que falta um pouco disso também (PT05 1, 2021, Representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Diante do anseio e do assentimento de todos os participantes da pesquisa, a definição desses princípios se consolidou como produto de sistematização. Assim, a formulação dos princípios e diretrizes é resultado da percepção coletiva dos representantes do SINTRAF-Serrinha ao refletir sobre a prática, tecionando (re)significar os processos pedagógicos e o tempo espaço formativo com o estágio.

Em conformidade com Aguiar e colaboradores, compreende-se que princípios e diretrizes consistem em um "conjunto de orientações e valores abrangentes, fundamentais, definidores e norteadores do rumo a seguir para se colocar em prática um determinado fim" (AGUIAR *et al*., 2016, p. 5).

Os quatro princípios orientadores do processo educativo e formativo de estágio no SINTRAF-Serrinha (Fig. 8), estabelecidos a partir das reflexões críticas promovidas no processo de sistematização e da proposição de educação defendida pelo grupo, são: os princípios da vida; princípio educativo do trabalho; princípio da transformação social; e o princípio da dialogicidade.

Figura 8 - Síntese dos princípios e diretrizes educativos e formativos do estágio no SINTRAF-Serrinha



Fonte: Produto Educacional, 2022.

A partir da breve apresentação do PE e dos direcionamentos ilustrados na figura 8, o capítulo traz uma discussão acerca da proposta educativa e formativa expressa nos princípios e diretrizes, assim como informações sobre o processo de validação.

6.1 Princípios e diretrizes do processo educativo e formativa do estágio na área de Ciências Agrárias no SINTRAF-Serrinha

Os princípios e diretrizes do processo educativo e formativo estabelecidos por meio do processo de sistematização estão amparados teoricamente pelas concepções da Educação do Campo (CALDART, 2017a), Educação Profissional do Campo (CALDART, 2010a; SANTOS;

MUTIM; SOUZA, 2021), Educação dialógica e transformadora (FREIRE, 1983, 2021a) e Educação em Agroecologia (AGUIAR *et al*., 2016; Ribeiro, 2017).

São referências teóricas que fornecem elementos estruturantes para compreender a educação como dimensão da formação humana, pautada em processos educativos com centralidade no trabalho, em referências sociopolíticas e nas "territorialidades de resistência" (SOUZA; SANTOS; MUTIN, 2021).

Para os autores acima citados é preciso:

> Entender o processo formativo dos sujeitos e a produção do conhecimento numa perspectiva relacional e situada com o território de vida, onde se dão as formas de trabalho, as relações com a natureza e a produção de saberes locais, onde pulsa a cultura, a política, as lutas pela mudança social e resistências (SOUZA; SANTOS; MUTIM, 2021, p. 214).

Nesse sentido, as formas de viver, produzir e resistir são práticas sociopolíticas formativas que estão associadas à práxis educativa do SINTRAF-Serrinha, conforme foi evidenciado no processo de sistematização e (re)afirmado pelos princípios e diretrizes formulados e aprovados pelo grupo.

a) Princípio da Vida

É o princípio que "prima pela proteção da vida" (SOUSA *et al*., 2021, p. 362), tem centralidade nas questões agroecológicas e na agricultura enquanto elemento central da formação para o trabalho no campo (CALDART, 2010a). E esse princípio e o conjunto de suas diretrizes estabelecem como base do processo formativo a valorização da diversidade e da cultura popular; as formas de produção material e imaterial da vida; a proteção da biodiversidade; o fortalecimento da identidade camponesa, entre outras formas de expressão da vida e de respeito pela relação entre ser humano e natureza (Box - Princípio da Vida).

PRINCÍPIO DA VIDA

O princípio da vida está relacionado com a natureza e todas as suas formas de vida, isto é, seu enfoque está no cuidado e no respeito pleno pela vida, de modo a buscar compreender, respeitar e valorizar a relação entre o conjunto dos seres vivos, seus processos vitais e evolutivos e a relação homem-natureza a partir do seu vínculo orgânico com as formas de produção e reprodução da vida (AGUIAR *et al*., 2016).

Sendo assim, os processos educativos e formativos desenvolvidos com os agricultores familiares do SINTRAF-Serrinha, precisam ter base no(a):

- Respeito à vida;
- Valorização da diversidade, proteção e conservação da biodiversidade;
- Manejo ecológico dos agroecossistemas e tecnologias adequadas às necessidades e condições locais;
- Soberania alimentar, segurança alimentar, autonomia e sustentabilidade (ética, social, cultural, política, ideológica, econômica, ecológica e ambiental);
- Práxis endógena;
- Agricultura como elemento central da formação para o trabalho, orientada pelos princípios da agricultura camponesa;
- Referência produtiva orientada pelos saberes e conhecimento tradicionais, cultura popular e nas experiências vivenciadas pelas famílias;
- Processos formativos pautados, principalmente, na realidade local e territorial da produção e reprodução da vida;
- Formação técnica, organizativa e política baseada na agroecologia;
- Articulação entre natureza, trabalho e cultura com vista à formação humana;
- Promoção do fortalecimento da identidade camponesa.

Com base nessa compreensão, considerando o contexto sociopolítico do SINTRAF e também as contribuições teóricas de Ribeiro *et al* (2017) e Caldart (20017), os saberes aprendidos e compartilhados no espaço formativo da agricultura familiar devem envolver:

- Conhecimento do marco histórico da agricultura, contextualizada a partir do território de identidade;
- Conhecimento da biodiversidade natural e cultural, das formas de manejo dos agroecossistemas e dos sistemas de produção de alimentos, principalmente no contexto da convivência com o semiárido;

- ❑ Reconhecimento dos sistemas alimentares que compõem o território e a compreensão do conceito de segurança alimentar e soberania alimentar;
- ❑ Reconhecimento das formas de cooperação existentes no território como pressuposto organizativo do trabalho e da produção e da agroecologia como matriz científico-tecnológica de produção;
- ❑ Reconhecimento das tecnologias sociais capazes de minimizar riscos e possibilitar a otimização dos recursos naturais e sociais, especialmente as tecnologias sociais de convivência com o semiárido;
- ❑ Compreensão dos problemas socioambientais e econômicos;
- ❑ Compreensão do manejo da diversidade enquanto manejo de vida ao entender e relacionar as dimensões ecológicas, socioculturais e econômicas;
- ❑ Compreensão das relações ecológicas, históricas e culturais entre sociedade e natureza, principalmente no contexto do território.

Para consolidar os valores requeridos e garantir tais saberes, no percurso formativo dos estagiários, é necessário desenvolver ações, como:

- ❑ Tomar as unidades de produção agrícola familiar como referência para estudo dos agroecossistemas;
- ❑ Realizar diagnóstico dos agroecossistemas e dos sistemas agroalimentares das unidades de produção das famílias (estabelecer comparativo com os ecossistemas naturais, com os sistemas alimentares do território e com os "impérios alimentares"; fazer o mapeamento das tecnologias ou técnicas que são/poderiam ser utilizadas);
- ❑ Promover a guarda, a reprodução e as trocas (pode ser realizado por meio de feiras) de sementes crioulas e nativas;
- ❑ Construir hortas comunitárias medicinais, promovendo e incentivando o cultivo e a troca de plantas fitoterápicas, bem como o diálogo de saberes em torno da medicina popular;
- ❑ Avaliar e sistematizar as informações, as práticas e as experiências desenvolvidas.

Fonte: Produto Educacional, 2022.

b) Princípio Educativo do Trabalho

O Princípio Educativo do Trabalho concebe os diversos espaços da produção da existência como meio de construção e socialização de diferentes tipos de conhecimentos. Entretanto, de acordo com Caldart (2015), ao firmar este princípio, faz-se necessário conceber o trabalho como uma atividade criadora e formadora da pessoa humana, ou seja, que constitui o ser social e histórico.

É através dos processos produtivos que os trabalhadores encontram os fundamentos do processo de autoeducação, auto-organização e, consequentemente, da emancipação humana. Mas é importante ressaltar que historicamente o trabalho não assume apenas o sentido concreto de atividade humana criadora, também apresenta um sentido negativo de trabalho assalariado e alienado disseminados pelas relações sociais capitalistas, porém, pode se configurar como atividade educativa nas duas situações ao considerar-se que a educação acontece na dialética entre a transformação das situações e autotransformação que esse processo promove (CALDART, 2010b, 2015).

Nesta direção, como bem coloca Freire (2021b, p. 27), torna-se indispensável a "reorganização do modo de produção e do envolvimento crítico dos trabalhadores numa forma distinta de educação, em que mais que 'adestrados' para produzir, sejam chamados para entender o próprio processo de trabalho". Isso significa que o processo educativo dos trabalhadores exige o envolvimento do próprio trabalhador em todo o processo produtivo e social intrínseco, buscando entender não só como se produz e se transforma os recursos/fenômenos naturais, mas também reconhecer a riqueza social, a diversidade dos sujeitos e as contradições impostas para que tenham condições de se identificarem e se reconhecerem como classe trabalhadora. Nas palavras de Freire (2021b, p. 41): "aprofundar e ampliar o horizonte da compreensão dos trabalhadores (trabalhadoras) com relação ao processo produtivo".

Nesta vertente, busca-se por meio das diretrizes inerentes ao princípio educativo do trabalho (Box – Princípio Educativo do Trabalho), na perspectiva do trabalho enquanto práxis humana e social, construir conhecimentos que possibilitem o desvelamento da realidade e o desenvolvimento de uma práxis educativa e formativa que possa "formar agricultores capazes de compreender a totalidade das relações que compõe o sistema produtivo em que se inserem [...]" (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO, 2015, p. 68).

Para isso, toma como base o trabalho concreto dos agricultores familiares, a formação para a cooperação, a articulação entre trabalho manual e trabalho intelectual, articulação entre

teoria e prática e a consciência sociopolítica enquanto fator de produção. Afinal, em conformidade com Freire (2021b), uma educação comprometida com a consciência revolucionária dos trabalhadores busca superar a dicotomia entre trabalho manual e intelectual e promover o engajamento crítico diante do trabalho produtivo através da consciência política dos indivíduos.

PRINCÍPIO EDUCATIVO DO TRABALHO

O princípio educativo do trabalho incide no caráter educativo do próprio trabalho. Está relacionado com a auto-organização e autoeducação dos trabalhadores em meio aos processos produtivos e refere-se à aprendizagem vivenciada no trabalho social em que assume um determinado modo de produção da vida, promovendo a construção e a apropriação do conhecimento inerente à práxis produtiva (TITTON, 2017).

Para tanto, o trabalho é compreendido em seu sentido ontológico; é a forma pela qual o ser humano constrói a sua existência. É uma ação intencional e com certo grau de racionalidade que se configura, conforme apresenta Antunes (2009), na base ontológica da práxis social. Por meio do trabalho, o homem se constitui e se relaciona com o outro, produzindo as condições materiais e imateriais da vida.

Tendo em vista que o trabalho ao mesmo tempo em que é práxis humana é o próprio objeto de estudo da proposta educativa do SINTRAF-Serrinha, inerente às questões do campo, os processos educativos e formativos desenvolvidos em meio ao trabalho na agricultura familiar no contexto sociopolítico do SINTRAF precisam ter base no(a):

- Valorização do vínculo com a terra e das experiências concretas da agricultura familiar;
- Trabalho como forma de produção material (alimento/recursos naturais e tecnológicos) e imaterial da vida (educação/conhecimento/identidade cultural/resistência);
- Trabalho desenvolvido para a família e pela família e/ou coletivo social com base no respeito, na autonomia, na solidariedade, na cooperação, na reciprocidade, na coprodução e na auto-organização;
- Respeito à natureza e ao ciclo natural de produção;
- Promoção e socialização dos diferentes tipos de saberes e experiências;

- Envolvimento em todas as etapas do processo de trabalho, promovendo a superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual, a articulação entre teoria e prática e a construção do conhecimento a partir da realidade local e territorial;
- Articulação dos diferentes tipos de conhecimento (tradicional, popular, científico e tecnológico);
- Perspectiva formativa politécnica.

Com base nessa compreensão, considerando o contexto sociopolítico do SINTRAF e também as contribuições teóricas de Ribeiro *et al.* (2017) e MST (2005), os saberes aprendidos e compartilhados no espaço formativo da agricultura familiar devem envolver:

- Reconhecimento da riqueza social e da diversidade dos sujeitos e formas de atividades que garantem a satisfação das necessidades humanas: reconhecimento da complexidade dos diferentes grupos sociais; compreensão do valor do trabalho enquanto práxis humana e gerador de riquezas;
- Diferenciação das relações sociais de exploração das relações igualitárias constituídas através dos processos de trabalho: compreender as contradições sociais, entendendo como se produz e se transforma os fenômenos naturais, a relação homem-natureza e a relação do homem com o próprio homem; diferenciar as formas de produzir da agricultura familiar das formas de produção do agronegócio;
- Conhecimento dos sistemas agrários, principalmente as especificidades dos sistemas regionais e territoriais: conhecer as formas de organização e funcionamento dos ecossistemas cultivados e da composição e organização do sistema social produtivo; domínio teórico e prático da organização do trabalho e da produção; conhecimento sobre cooperação, gestão/autogestão e comercialização;
- Conhecimento de todo o processo de trabalho e dos elementos que serão utilizados, ou seja, da atividade da agricultura familiar em sua totalidade: conhecer o ciclo produtivo, desde o planejamento prévio até a materialização; reconhecer o tempo de descanso do solo objetivando deixá-lo fértil para garantir o bom desenvolvimento das culturas cultivadas, bem como o tempo de cultivo e o período predominante de cada atividade de acordo com as especificidades de cada região; conhecer as formas de produção e comercialização, seja por meio de organização coletiva/familiar seja por meio individual; construção e manuseio dos instrumentos de trabalho; conhecer os produtos a serem cultivados, reaproveitados e adquiridos, dentre outros saberes que possibilitam conhecer o ciclo total de produção;

- ❑ Conhecimento dos mercados locais e territoriais.

  Para consolidar os valores requeridos e garantir tais saberes, no percurso formativo dos estagiários, é necessário desenvolver ações, como:
- ❑ Promover momento de vivência nas unidades agrícolas familiares e/ou envolvimento dos estudantes na atividade de assistência técnica continuada aos agricultores;
- ❑ Fazer inventário da realidade concreta ou diagnóstico local com base nos saberes e conhecimentos da comunidade;
- ❑ Visitar as unidades agrícolas entre outros espaços coletivos, como, por exemplo, cooperativas de produção e comercialização, escolas e associações comunitárias;
- ❑ Desenvolver práticas de produção de base agroecológica, como, por exemplo, constituir bancos de sementes; aproveitamento de resíduos/materiais orgânicos; construção de hortas e viveiros de mudas; irrigação (priorizando o reaproveitamento da água), entre outras práticas;
- ❑ Articular espaços coletivos de trocas/comercialização do excedente da produção agrícola familiar;
- ❑ Promover intercâmbios de experiências da agricultura familiar e de discussões e fomento de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento de tecnologia social apropriadas para o território, impulsionando a interação entre associados, comunidades rurais e organizações parceiras.

Fonte: Produto Educacional, 2022.

c) Princípio da Transformação Social

O Princípio da Transformação Social dialoga com a diversidade, sobretudo pauta-se na questão da identidade de classe e na construção de relações sociais justa e solidária (AGUIAR *et al*., 2016; MST, 2005). Assume um sentido político, social e ético que implique em autonomia e em ações de autogestão e auto-organização dos sujeitos sociais do campo.

Para tanto, é necessário criar espaços educativos nos quais os estudantes atuem. O compromisso da ação concreta da transformação social requer uma práxis pedagógica emancipatória, capaz de realizar a “denúncia e o anúncio do mundo”, que “estimulam a

problematização da realidade, o direito à fala, ao planejamento e à definição de projetos e ações pelas camadas populares" (ZANELLI; BARBOSA; CARDOSO; 2021, p. 489).

Nesse sentido, as diretrizes apregoadas dão ênfase aos processos de construção de autonomia "socioecológica"; a atuação com base nos princípios de economia solidária popular, fundamentada na cooperação, na reciprocidade e nos valores das culturas locais; o assessoramento técnico continuado com base na comunicação e nas questões agroecológicas; a organicidade e formação política ideológica.

Referenciadas nos processos de auto-organização e na compreensão que os estudantes não estão apenas se preparando para a vida, mas vivendo à vida, o propósito das diretrizes é possibilitar que os sujeitos envolvidos desenvolvam condições de trabalhar coletivamente de modo a encontrar seu lugar no trabalho coletivo, tenham condições de assumir organizadamente cada tarefa e apresentem criatividade organizativa (PISTRAK, 2018), além de estimular o cultivo da identidade e da consciência de classe.

A práxis formativa vai, pois, no contraponto à ação "antidialógica" (FREIRE, 2021a), característica básica da "dinâmica de reprodução da sociedade capitalista" (ZANELLI; BARBOSA; CARDOSO; 2021, p. 491). Trata-se de referências formativas que estabelecem com a prática pedagógica e com a prática sindical uma relação que lhe é intrínseca, permitindo um encontro com os processos históricos de luta e resistência, onde todos possam participar e (re)construir a sua própria história (Box Princípio da Transformação Social).

PRINCÍPIO DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Freire (2021) concebe a educação como um ato político e transformador, fundamentada no diálogo e no respeito. Nesse sentido, compreende-se que todo processo educativo orientado pelo princípio da transformação social se constitui em uma "ferramenta de conscientização e libertação das estruturas ideológicas de dominação que sustentam a sociedade hegemônica, para formar profissionais críticos/as e criativos/as, com capacidade para compreender e atuar com autonomia [...]" (AGUIAR *et al*.; 2016, p. 12).

Assim, o ponto de partida e de chegada é a auto-organização produtiva e sociopolítica dos trabalhadores. Seguindo nessa direção, os processos educativos e formativos desenvolvidos no contexto sociopolítico do SINTRAF-Serrinha precisam ter base no(a):

- ❑ Formação vinculada às práticas sociais e políticas, ou seja, referenciada nos processos organizativos do sindicato;
- ❑ Processos de aprendizagem participativos que contribuam para a compreensão histórica e conjuntural das relações políticas, sociais e de trabalho do território;
- ❑ Práticas educativas que promovam a autonomia, o empoderamento e o protagonismo dos sujeitos do campo;
- ❑ Práticas educativas que contribuam para a afirmação da sua capacidade organizativa e para a reafirmação dos princípios da autogestão, gestão cooperativa e democrática.
- ❑ Assessoramento técnico continuado com base na comunicação, isto é, planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades da ATER realizadas de forma dialógica e participativa.

Com base nessa compreensão, considerando o contexto sociopolítico do SINTRAF e também as contribuições teóricas de Caporal (2003), os saberes aprendidos e compartilhados no espaço formativo da organização devem envolver:

- ❑ Apropriação das questões e demandas do campo, principalmente no contexto do território;
- ❑ Conhecimento dos fundamentos e das estratégias da economia solidária, cooperativismo e da gestão cooperativa e democrática;
- ❑ Conhecimentos dos direitos políticos e sociais dos agricultores familiares;
- ❑ Conhecimento das políticas públicas direcionadas para o campo e para o jovem do campo e seus mecanismos de acesso;
- ❑ Conhecimento dos mercados institucionais e suas diversas modalidades;
- ❑ Reconhecimento do jovem como sujeito político;
- ❑ Reconhecimento do papel social da ATER;
- ❑ Reconhecimento das tecnologias da produção compatíveis com as necessidades dos agricultores e com as condições ambientais, econômicas e sociais;
- ❑ Reconhecimento da agricultura familiar enquanto categoria política e social;
- ❑ Conhecimento do marco histórico do sindicalismo, reconhecendo o papel social do SINTRAF no território.

Para consolidar os valores requeridos e garantir tais saberes, no percurso formativo dos estagiários, é necessário desenvolver ações, como:

- ❑ Realizar análise política conjuntural do território;

- ❑ Planejar e desenvolver tecnologias sociais compatíveis com as condições ambientais, local e territorial;
- ❑ Promover a participação articulada dos estagiários nas assembleias, reuniões, mobilizações, fóruns de debates, comissões e conselhos relacionados à agricultura familiar, à implementação de políticas públicas ou ao desenvolvimento de tecnologias sociais, entre outras temáticas e ações de incidência política;
- ❑ Promover espaços de diálogos com as redes colaborativas para fortalecer e ampliar a compreensão das lutas e dos processos locais e territoriais convergentes;
- ❑ Criar espaço de formação em gestão e planejamento de tecnologias sociais, autogestão, economia solidária e cooperativismo;
- ❑ Promover ou fortalecer o coletivo de jovens do sindicato;
- ❑ Promover formação sindical continuada, possibilitando uma participação ativa e direta nas lutas do próprio movimento;
- ❑ Sistematizar experiência.

Fonte: Produto Educacional, 2022.

d) Princípio da Dialogicidade

O Princípio da dialogicidade requer a participação de todos os sujeitos nos processos educativos, o que se dá por meio da comunicação e da busca de conscientização mediada pelo diálogo-problematizador que implica na percepção crítica, interpretação e reelaboração da realidade, possibilitando o (auto)reconhecimento enquanto sujeitos do conhecimento e da transformação (FREIRE, 2021a).

A base referencial desse princípio e suas respectivas diretrizes é a Educação Popular na perspectiva freireana. Pressupõem processos educativos que priorizam os saberes desenvolvidos através de trocas de experiências e da construção e compartilhamento do conhecimento em meio a convivência com o outro (TARDIN; TRAVASSOS, 2021). Em outros termos, incide na construção de relações horizontais que se constituem na práxis produtiva e sociopolítica dos seus sujeitos (Box – Princípio da Dialogicidade).

Para tanto, é necessário “pensar e desenvolver processos pedagógicos e educativos alicerçados nas metodologias participativas [...]” (SANTOS; MUTIM; SOUZA, 2021, p. 137). Como exemplo desse tipo de metodologia pode-se destacar as Caravanas Agroecológicas que se apresentam como uma importante estratégia de reconhecimento e diálogo com a expressividade do território. Através das caravanas é possível aprender “na diversidade, pela forma como o outro ‘lê’ o mundo, a partir das experiências de resistências identificadas, ao ouvir as populações sobre sua relação com seus territórios” (ZANELLI; BARBOSA; CARDOSO, 2021, p. 496).

PRÍNCIPIO DA DIALOGICIDADE

O diálogo é a base da proposta educativa de Paulo Freire, o elemento central dos processos de formação humana. Nas palavras do autor, “a educação é comunicação, é diálogo, [...] um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1983, p. 27).

Nessa perspectiva, a premissa dialógica de Freire conduz à problematização da realidade social, em que os sujeitos, na interação com o outro, vão fazendo uma leitura e releitura do mundo e nesse movimento vão tomando consciência dos processos de dominação e exploração nos quais estão imersos, de modo a intervir e garantir a transformação.

Para garantir a efetivação desse princípio, os processos educativos e formativos desenvolvidos no contexto sociopolítico do SINTRAF precisam ter base no(a):

- ❑ Princípios e fundamentos da Educação Popular;
- ❑ Estratégias metodológicas participativas como referências para a construção do conhecimento;
- ❑ Diálogo de saberes, garantindo o reconhecimento e a validação dos saberes e da cultura dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo a partir das vivências, da unidade teoria e prática, socialização do conhecimento e troca de experiências;
- ❑ Formação contextualizada no tempo/espaço, de modo a integrar a complexidade do espaço de vida;
- ❑ Diálogo problematizador da realidade a partir de uma leitura crítica e de uma abordagem interdisciplinar, sistêmica e holística.
- ❑ Diálogo com os diversos espaços organizativos do campo e da cidade;

- ❑ Formação de redes de aprendizagem orientada pela escuta sensível, autonomia e horizontalidade;
- ❑ Práticas educativas que promovam o fortalecimento dos processos de auto-organização e gestão coletiva dos trabalhadores, principalmente dos agricultores familiares.

Com base nessa compreensão, considerando o contexto sociopolítico do SINTRAF e também as contribuições teóricas de Santos, Mutim e Souza (2021), os saberes aprendidos e compartilhados no espaço formativo da agricultura familiar devem envolver:

- ❑ Conhecimento do território de vida dos agricultores familiares, diferenciando os territórios de resistências dos territórios de dominação;
- ❑ Conhecimento do modo de desenvolver a agricultura familiar, reconhecendo as suas especificidades (tradições culturais, as formas de se relacionar das famílias e da comunidade, conhecimentos intrínsecos, místicas, etc.);
- ❑ Apreensão da realidade concreta (vivido, percebido) de modo a descrever, explicar e sistematizar os saberes/conhecimento a partir do encontro entre ação, reflexão e transformação;
- ❑ Compreensão crítica dos processos de produção em que estão inseridos, possibilitando apropriação da produção material e simbólica da vida;
- ❑ Reconhecimento dos desafios e potencialidades da ação coletiva, compreendendo o potencial transformador dos processos e das práticas colaborativas e comunicativas.

Para consolidar os valores requeridos e garantir tais saberes, no percurso formativo dos estagiários, é necessário desenvolver ações, como:

- ❑ Realizar diagnóstico rural participativo, possibilitando uma análise conjuntural dialógica, bem como o planejamento coletivo de ações ou a elaboração de projetos de intervenção;
- ❑ Promover rodas de conversas, possibilitando integração e articulação dos estagiários com os agricultores, comunidade e instituições locais e territoriais;
- ❑ Realizar Feira Solidária/da Agricultura Familiar e oficinas temáticas;
- ❑ Organizar Caravanas da Agricultura Familiar;
- ❑ Socializar as experiências através de encontros, seminários e/ou mídias sociais, entre outros espaços – essas ações envolvem elaboração e produção de panfletos, cards, painéis/facilitação gráfica, cartilhas, maquetes, vídeos, documentários, relatórios/relatos de experiência, etc.;

- ❑ Construir mística por meio de símbolos que possam fortalecer os sentidos e os significados das experiências vivenciadas e a identidade do movimento;
- ❑ Propor a escrita de cartas pedagógicas como instrumento de avaliação do percurso formativo e/ou registro das experiências vivenciadas;
- ❑ Promover encontros com os estagiários egressos para dialogar e refletir acerca das relações sociais que se estabelecem no mundo do trabalho e também como mecanismo de aproximação.

Fonte: Produto Educacional, 2022.

Em síntese, é possível reafirmar que essas formulações dialogam com as possibilidades apontada por Souza, Santos e Mutim (2021) em relação aos processos educativos da Educação Profissional delineados por meio da práxis territorial "coletiva", "dialógica", "interdisciplinares" e "potencializadora da formação humana" com destaque para o/a: "fortalecimento da relação entre os estudantes da educação profissional e as comunidades, grupos produtivos de agricultores"; a promoção de uma "formação política de técnicos capazes de compreenderem as experiências de resistências com os sujeitos" sociais do campo, em especial os agricultores familiares; fortalecimento do vínculo entre os espaços de Educação Profissional formal e "os territórios de resistências", sob uma ótica "comunicativa, de ensino, de aprendizagem, de trocas de saberes, problematizadora" (SOUZA; SANTOS; MUTIM, 2021, p. 231-232).

6.2 Processo de Validação

Como mencionamos na introdução deste capítulo, o PE consiste no produto de sistematização de experiência com oferta e desenvolvimento de estágio no SINTRAF-Serrinha. Portanto, a proposta educativa e formativa é resultado da ação e reflexão desses sujeitos, expressa as intencionalidades educativas e formativas do grupo em relação à oferta e desenvolvimento do estágio na organização.

Mediante ao exposto, o processo de validação incidiu na avaliação realizada pelos participantes da pesquisa, conduzido por meio de uma roda de conversa, onde a pesquisadora e mediadora apresentou o texto com a síntese dos princípios e diretrizes e, orientados por um

roteiro de perguntas (Apêndice E), os representantes do SINTRAF-Serrinha analisaram a coerência da proposta em relação ao que foi discutido coletivamente durante o processo de sistematização.

Ao longo da roda de conversa, os participantes apresentaram considerações positivas acerca do conteúdo e da relevância do produto, destacando que o mesmo apresenta uma síntese coerente das discussões que permearam o processo de sistematização, retratando a realidade do estágio no SINTRAF-Serrinha ao exprimir a práxis formativa da organização, conforme podemos evidenciar nas seguintes falas:

> Na verdade, todo o contexto, eu não participei de todo o processo, mas eu vi um resumo geral das ações, né? Muito importante, você teve, numa fala que você falou, você buscou coisa que a gente até nem lembrava que acontecia, mas você conseguiu colocar dentro da metodologia, você conseguiu expressar muito bem, tem algumas coisas que você colocou como proposta, né? [...] uma sede que o Sindicato tem [...]. Quando chega no final, a gente olha e oh! Isso tudo foi feito aqui (PT02 4, 2022, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

> O que você trouxe, aí quando você fala que foi nós que produzimos, de certa forma você tem razão, pelo que olhei aqui [se refere ao conteúdo do produto], né? Vi a fala de [cita o nome de um colega participante da roda de conversa], mas foi assim, eu fiquei muito surpresa, muito surpresa mesmo, e gostei do produto, né? Desse produto que você trouxe hoje, eu me encontrei, [...]. Foi onde eu me encontrei, na realidade do produto (PT011 4, 2022, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

> Eu acho que você teve uma forma de ouvir, uma forma de ouvir, uma ouvidoria mais aprofundada, você captou todas as falas [...]. Acho que não tem necessidade de retirar nada, está contemplado, está bem fiel à realidade e para acrescentar não tem nada (PT03 4, 2022, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

Como vimos nos relatos, os representantes do SINTRAF-Serrinha reconhecem que o conteúdo do produto contempla as intencionalidades formativas e educativas expressas pelo grupo durante as rodas de conversa. Assim, a partir dessas reflexões, aprovaram o produto final de sistematização, ressaltando a importância de receber esse retorno em relação aos resultados da pesquisa: “na verdade já passou mais pessoas [se refere a outros processos de pesquisa realizado na instituição], né? [...] só que assim, não teve essa explanação de resultados, se teve não foi clara [...]. Então, isso é muito gratificante para nós (PT06 4, 2022, representante do SINTRAF. Arquivo Pessoal.).

O Relatório-Síntese além de ser impresso e entregue ao SINTRAF-Serrinha, também será disponibilizado na versão digital com o propósito de facilitar a socialização e o acesso do

mesmo entre todos os membros da organização. Após a entrega e disponibilização, recomenda-se que o documento seja socializado com as instituições parceiras que tenham interesse de conhecer a proposta educativa e formativa do estágio ofertado e desenvolvido pelo Sindicato.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta pesquisa foi analisar a dimensão educativa e formativa do estágio no SINTRAF-Serrinha para construção dos princípios e diretrizes que contribuirá para orientar a práxis de estágio na organização com base nos fundamentos da reprodução ampliada da vida no contexto do campo. Para atender esse propósito, primeiro buscou-se conhecer o sentido ontológico e histórico do trabalho, associando a prática produtiva e política no campo e compreender a relação entre trabalho e educação a partir do estágio como práxis. Em seguida, desvelou-se o sentido formativo do estágio no SINTRAF-Serrinha, evidenciando a centralidade do trabalho e da formação sociopolítica.

Para o desenvolvimento da pesquisa optamos pela sistematização de experiência por se tratar de uma estratégia metodológica participativa e por compreendermos que somente a problematização da experiência vivenciada, mediada pelo diálogo entre os autores, poderia explicitar as intencionalidades educativas e formativas e apontar os princípios e as diretrizes requeridas, ao tempo que promove o compartilhamento de saberes. Nessa perspectiva, por meio de rodas de conversa com os sujeitos envolvidos direto ou indiretamente com a oferta e desenvolvimento de estágio foi possível estabelecer a interlocução e a imersão no ambiente educacional de estágio.

A recuperação do processo vivido consiste no primeiro movimento do grupo de olhar para si e para a própria experiência, reconectando-os, e reconhecendo o potencial educativo do espaço de estágio ao identificar ações, desafios e possibilidades e afirmar as memórias e a identidade formativa.

A partir da reconstrução histórica da oferta e desenvolvimento de estágio constatamos que a organização procura se articular não só com a base produtiva e sociopolítica do Sindicato, mas também com outros espaços sociais e com as esferas institucionais de educação, principalmente as que concerne a EPT, com o propósito de compartilhar experiência e abrir espaço de diálogo e de formação para o trabalhador do campo.

A reflexão crítica da experiência aponta para um "quefazer" dialógico e participativo, afirmando como intencionalidade educativa a garantia de uma educação transformadora que contribua para o desenvolvimento da consciência crítica do sujeito, possibilitando a participação ativa dos mesmos na sociedade.

As discussões com os participantes indicaram que a partir da centralidade do trabalho, o SINTRAF-Serrinha apresenta uma proposta pedagógica orientada para uma formação técnica, política e social que se desenvolve em meio ao contexto sócio-político dos Agricultores

Familiares e afirmam as territorialidades de resistências ao construir redes de diálogos e fomentar a cooperação, auto-organização, participação social, autonomia, práticas agroecológicas, resistência política e consciência organizativa.

Em outras palavras, situamos a experiência de estágio do SINTRAF-Serrinha no âmbito da práxis, conectada com a realidade sociopolítica e produtiva que desponta nos espaços de vida do campo. Comungando com Freire (1983, p. 55) "práxis na qual a ação e reflexão, solidárias, se iluminam constantemente e mutuamente. Na qual a prática, implicando na teoria de qual não se separa, implica também em uma postura de quem busca o saber, e não de quem passivamente o recebe".

Contudo, conforme foi exposto no capítulo quatro, cinco e seis, apesar do SINTRAF-Serrinha apresentar uma intencionalidade educativa e formativa para o estágio numa perspectiva de formação pautado nos princípios da Agroecologia e das lutas da Agricultura Familiar, esses elementos não estavam sistematizados num documento orientador. Assim, por meio da sistematização de experiência foi possível refletir sobre valores e pressupostos políticos e filosóficos compartilhados pelos representantes da organização sindical acerca do modo de viver e produzir no campo de forma sustentável, permitindo a construção de uma síntese dos princípios e diretrizes que orientarão o estágio.

O percurso da sistematização, os princípios e diretrizes foram registrados num relatório-síntese que consiste no produto da sistematização. Mas é importante ressaltar que o próprio processo de sistematização foi um produto, pois se constituiu num movimento de diálogo dos e com os integrantes da diretoria sindical de modo a pensar e repensar sobre o seu fazer. Por isso, podemos afirmar que esta pesquisa apresenta dois produtos educacionais: a sistematização em si, enquanto exercício crítico-reflexivo sobre a prática, e o relatório-síntese que também se constitui como documento referência sobre os pressupostos definidos e postos em prática no âmbito do estágio no SINTRAF-Serrinha.

Enfim, refletir coletivamente sobre a dimensão educativa do estágio a partir das suas relações dialéticas com a realidade implica num movimento de construção do conhecimento e ressignificação da proposta formativa comprometida com uma educação transformadora e consequentemente com um movimento contínuo de reflexão e reelaboração dos processos educativos.

Com isso esperamos que o produto, o relatório-síntese, que apresenta o percurso da sistematização e as aprendizagens da caminhada com oferta e desenvolvimento de estágio, bem como os princípios e diretrizes que orientarão o processo educativo e formativo, com vista para uma formação emancipatória, abra caminhos para a construção de novas sínteses.

Nesse sentido, esta pesquisa revelou aspectos importantes da atuação do SINTRAF-Serrinha, contribuiu com a práxis educativa e formativa do sindicato e para a realização de possíveis movimentos de sistematização de outras experiências da organização, além de trazer contribuições teórico-metodológicas para as instituições de educação que tenham interesse em desenvolver processos pedagógicos dialógicos, principalmente aquelas voltadas para a EPT do campo.

É fundamental não perder de vista que a centralidade no respeito e o atendimento às dimensões agroecológicas, constantes do processo formativo de estágio na Area de Ciências Agrárias, não contribuem apenas para a formação do profissional, mas também promovem uma experiência com o seu próprio lugar, possibilitam a imersão do estudante junto à comunidade, aproximação com os autores sociais locais e a consciência da participação enquanto direito e forma de empoderamento. Consiste em um movimento dialético, a partir de um processo formativo orientado para a formação humana integral (social, político, cultural, ambiental, profissional).

Nessa perspectiva, articulada à metodologia que conduziu este estudo, posso afirmar que o desenvolvimento desta pesquisa não só contribuiu para a minha formação acadêmica, como possibilitou uma reaproximação com o meu espaço de vida, ampliando as minhas possiblidades de atuação e reafirmando o meu compromisso, enquanto educadora/pesquisadora pertencente ao campo, com a defesa e promoção de espaços de resistência do trabalhador e trabalhadora desse lugar. E ainda, aprendi que a sistematização de experiência, assim como a agroecologia, compreende um processo vivo, elaborados com “a(s) gente(s)”, onde o meu maior desafio como mediadora foi aprender a ouvir e relacionar processos e contextos a partir dos diversos saberes construídos pelos sujeitos sociais nas suas vivências.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. V. A. *et al.* Princípios e diretrizes da educação em agroecologia. **Cadernos de Agroecologia,** [*s. l.*], v. 11, n. 1, jun. 2016. Disponível em: https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/20800. Acesso em: 28 out. 2021.

ALENTEJANO, P. Terra. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FROGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 740-743.

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 13, n.16, p. 22-32, jan./jun. 2010. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/8318/5902. Acesso em: 30 jan. 2020.

ANTILLON, R. Quais são os elementos essenciais da concepção metodológica dialética? *In:* JARA-HOLLIDAY, O. **Para sistematizar experiência**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 1996. p. 193-206.

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAUJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo ante o efetivamente novo. *In*: ARAUJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (orgs.). **Filosofia da práxis e didática da educação profissiona**l. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. p. 7-43.

ARROYO, M. **Outros sujeitos, outras pedagogia**s. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

BAPTISTA, N. Q.; PIRES, A.; BARBOSA, A. G. Convivência com o semiárido. *In*: DIAS A. P. *et al*. (org.). **Dicionário de Educação e Agroecologia.** 1. ed. São Paulo, Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, p. 265-271.

BRANDÃO, C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais,** [*s. l.*], vol.1, n.1, p. 37-64, mar. 2007. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/643. Acesso: 25 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 05 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional da Saúde, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Brasília, DF: Conselho Nacional da Saúde, 2016. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1/2021, de 5 de janeiro de 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais e Gerais para a Educação Profissional Tecnológica. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2021. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578. Acesso em: 30 jan. 2021.

CALDART, R. S. Educação Profissional na perspectiva da educação do campo. *In*: CALDART, R. S. (org.) **Caminhos para transformação da escola 1:** reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010a. p. 229-241.

CALDART, R. S. O MST e a escola: concepção de educação e matriz formativa. *In:* CALDART, R. S. (org.). **Caminhos para transformação da escola 1:** reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010b. p. 63-83.

CALDART, R. S. Caminhos para transformação da escola. *In:* CALDART, R. S.; STEDILE, M. E. DAROS, D. (org.). **Caminhos para transformação da escola 2**: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 115-138.

CALDART, R. S. **Escolas do Campo e Agroecologia:** uma agenda de trabalho com a vida e pela vida! Porto Alegre, [*s. n*.], 2016.

CALDART, R. S. Trabalho, agroecologia e educação politécnica nas escolas do campo. *In*: CALDART, R. S. (org.) **Caminhos para transformação da escola 4:** trabalho, agroecologia e estudos nas escolas do campo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017a. p. 115-160.

CALDART, R. S. Apresentação. *In*: CALDART, R. S. (org.). **Caminhos para transformação da escola 4**: trabalho, agroecologia e estudo nas escolas do campo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017b. p. 7-17.

CALDART, R. S. Agroecologia nas escolas de educação básica: fortalecendo a resistência ativa. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCADORAS E EDUCADORES DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA DO MST RS, 8., 2019, Nova Santa Rita. **Anais** [...]. Nova Santa Rita: Bio Diversidad, 2019. p.1-7. Disponível em: http://www.biodiversidadla.org/Documentos/Agroecologia-nas-Escolas-de-Educacao-Basica-fortalecendo-a-resistencia-ativa. Acesso em: 30 jan. 2021.

CALDART, R. S. Educação do Campo e Agroecologia. *In*: DIAS A. P. *et al*. (org.). **Dicionário de Educação e Agroecologia.** 1. ed. São Paulo, Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, p. 355-361.

CAPORAL, F. R. Bases para uma nova ATER pública, **Extensão rural**, [*s. l*.], n. 10, p. 1-20, jan. 2003. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/extensãorural/article/view/5546. Acesso em: 15 mar. 2022.

CAPORAL, F. R. Agroecologia. *In:* CAPORAL, F. R. (cor.). **Extensão Rural e Agroecologia:** temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília: [*s. n*.], 2009a. p. 219-222.

CAPORAL, F. R. Agroecologia não é um tipo de agricultura alternativa. *In*: CAPORAL, F. R. (cor.). **Extensão Rural e Agroecologia:** temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília: [*s. n*.], 2009b. p. 244-246.

CARIA, T. H.; RAMOS, M. Uma abordagem interacional dos saberes e das culturas profissionais. **Revista Trabalho Necessário**, [*s. l.*], v. 16, n. 30, p. 18-42, nov. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.22409/tn.16i30.p10085. Acesso em: 22 jan. 2021.

CHISTÉ, P. S. Formação do adolescente no ensino médio integrado: contribuição da psicologia histórico-cultural. **Educação, Artes e Inclusão,** [*s. l.*], v. 12, n. 1, p. 58-78, 2016. Disponível em: http://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/7633. Acesso em: 06 jun. 2020.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho e educação**, Belo horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan./abr. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303. Acesso em: 10 jan. 2020.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SISALEIRA DO ESTADO DA BAHIA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Sisal.** Bahia: CODES, 2010. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio043.pdf. Acesso em: 30 de fev. 2021.

CORAGGIO, J. L. Economia do trabalho. *In*: CATTANI, D. A. *et al*. (org.). **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. p. 120-127.

CORREIA, D. M. N.; BATISTA, M. S. X. A alternância no Ensino Superior: o Campo e a Universidade como territórios de formação de Educadores do Campo. *In:* ROCHA, M. I. A.; MARTINS, M. F. A.; MARTINS, A. A. **Territórios Educativos na Educação do Campo:** escola, comunidade e movimentos sociais. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2012. P. 173-197.

COSTA, F. A.; CARVALHO, H. M. Campesinato. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 113-120.

COSTA, R. A. P. **Estágio na educação profissional técnica de nível médio:** a formação no mundo do trabalho. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32174. Acesso em: 20 jan. 2020.

COUTINHO, A. F.; MUNIZ, R. S.; NASCIMENTO, R. C. G. Luta pela Terra, criminalização dos movimentos sociais (do campo) e educação. **Revista Aurora**, Marília, v. 5, p. 55-68, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.36311/1982-8004.2012.v5n0.2363. Acesso em: 20 jan. 2021.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876). **Trabalho Necessário**, [*s. l.*], v. 4, n. 4, p. 1-9, dez. 2006. Disponível em: https://doi.org/10.22409/tn.4i4.p4603. Acesso em: 14 dez. 2020.

FABRINI, J. E. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA,** Presidente Prudente, Ano 10, n. 11. p. 8-32, jul./dez. 2007. Disponível em: https://doi.org/10.47946/rnera.v0i11.1406. Acesso em: 20 jan. 2021.

FERRARI, E. A.; SILVA, N. R.; SILVA, M. G. Conhecimento agroecológico. *In*: DIAS A. P. *et al*. (org.). **Dicionário de Educação e Agroecologia.** 1. ed. São Paulo, Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, p. 253-259.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro:** formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra-MST (1979-1999). 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POSGRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/tese_bmfernandes.pdf. Acesso: 20 jan. 2021.

FISCHER, M. C. B.; FRANZOI, N. L. Experiência e saberes do trabalho: jogo de luz e sombras. *In*: MAGALHÃES, L. D. R. TIRIBA, L.; (org). **Experiência, o termo ausente?** sobre história, memória, trabalho e educação. 1. ed. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2018. p. 197-215.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. *In*: BRANDÃO, C. R. **Pesquisa Participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 34-36.

FREIRE, P. **Política e Educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 80. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021a.

FREIRE, P. **Cartas à Guiné-Bissau:** registro de uma experiência em processo. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021b.

FRIGOTTO, G. Prefácio. *In*: TIRIBA, L. **Economia Popular e Cultura do Trabalho**: pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2001. p. 15-21.

FRIGOTTO, G. Prefácio. *In*: NEVES, L. M.W.; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: de formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 7-16.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. *In*: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (org.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional.** São Paulo: CUT, 2005. p. 19-62.

GARCIA, C. P. C.; FAGUNDES, N. C. Formação e situações de trabalho: reflexões a partir do estágio curricular de cursos de enfermagem. *In*: SÁ, M. R. G. B.; FARTES, V. L. B. (org.). **Currículo, formação e saberes profissionais:** a (re)valorização epistemológica da experiência. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 107-119.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In:* MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 79-108.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO. Seminário formação para o trabalho nos assentamentos: 20 anos do Curso Técnico em Cooperativas (TAC). *In:* CALDART, R. S.; STEDILE, M. E. DAROS, D. (org.). **Caminhos para transformação da escola 2:** agricultura camponesa, educação politécnica e escola do campo 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 59-72.

JARA-HOLLIDAY, O. **Para sistematizar experiência**. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

JARA-HOLLIDAY, O. **La sistematización de experiencias:** práctica y teoría para otros mundos posibles. 1. ed. Bogotá: Centro Internacional de Educación y Desarrollo Humano - CINDE, 2018.

KIEL, A. C. M. O.; ASCHER, P. Apresentação. *In*: JARA HOLLIDAY, O. **Para sistematizar experiência**. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. p. 7-8.

LIMA, J. S.; COELHO NETO, A. S. Território do Sisal-Bahia: da difundida precariedade ao fortalecimento dos ativismos sociais, **Geografares**, *[s. l.]*, n. 23, p. 51-71, ago. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1. Acesso em: 03 jul. 2022.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MEDEIROS, L. S. Sindicalismo Rural. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 704-711.

MELO, M. A. V.; ALENCAR, M. F. S.; RAMOS, E. U. A Educação Profissional e a Educação do Campo: desafios e perspectivas. *In*: SOUZA, H. F.; MUTIM, A. L. B.; SANTOS, A. O. C. (org.). **Educação profissional, territórios e resistências**: diálogos com Paulo Freire. 1. ed. Recife: Centro Paulo Freire Estudos e Pesquisas, 2021. p. 92-109.

MINAYO. M.C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1994. p. 9-30.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. Princípios da educação no MST. Dossiê MST Escola - Documentos e estudos 1990 – 2001. *In*: **Cadernos de Educação n. 13**. Veranópolis: ITERRA, ago. 2005. p. 159-179.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. Caminhos da educação básica de Nível Médio para a juventude das áreas da reforma agrária. *In*: CALDART, R. S. (org.) **Caminhos para transformação da escola 1**: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 209-227.

NASCIMENTO, H. M. **Capital Social e desenvolvimento sustentável no sertão baiano:** a experiência de organização dos pequenos agricultores do município de Valente. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/286315/1/Nascimento_HumbertoMirandado_M.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

NASCIMENTO, T. R. B. **Dimensão educativa da participação das trabalhadoras na gestão do Sindicato dos trabalhadores rurais e agricultores familiares de Serrinha**. 2009. Dissertação (Mestrado em educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

NETTO. J. P; BRAZ. M. **Economia Política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NETO, W. M. **Agroecologia e movimentos sociais:** entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses. 2014. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/257120. Acesso em: 30 jan. 2021.

NOVAES, H. T. A autogestão como magnífica escola: notas sobre a educação do trabalho associado, **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 5, n. 1, dez, 2009. Disponível em: http://www.puscp.br/ecurriculum. Acesso em: 10 ago. 2022.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos avançados**, [*s. l.*], v. 15, n. 43, p. 185-206, dez. 2001. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831. Acesso em: 20 jan. 2021.

PASQUALLI, R.; VIEIRA, J. A.; CASTAMAN, A. S. Produtos educacionais na formação do mestre em educação profissional e tecnológica**. Educitec**, Manaus, v.4, n.7, p. 106-120, jun. 2018. Disponível em: https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/858. Acesso em: 14 abr. 2022.

PEREIRA, I. B. Educação profissional. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 286-292.

PEREIRA, M. C. B. Revolução Verde. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de

Janeiro, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 685-689.

PEREIRA, N. F. F.; SOLDA, M.; MARTINS, F. J. Educação profissional no MST: uma abordagem na perspectiva da totalidade social. *In:* XIV JORNADA DO HISTEDBR; PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA, EDUCAÇÃO E REVOLUÇÃO: 100 ANOS DE REVOLUÇÃO RUSSA, 14., 2017, Foz do Iguaçu. **Anais** [...]. Foz do Iguaçu: UNIOEST, 2017.

PETERSEN, P. Introdução. *In*: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 5-16.

PETERSEN, P. SOGLIO, F. K. D.; CAPORAL, F. R. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. *In*: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 85-104.

PICOLOTTO, E. L. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. **Sociologias,** Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 204-236, jan./abr. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/soc/v16n35/a08v16n35.pdf. Acesso em: 31 jan. 2021.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. V. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. *In*: PETERSEN, P. (org.). A**gricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-32.

RAMOS, M. **Concepção do Ensino Médio integrado**. [*S.l.: s, n.*], 2008. Disponível em: http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf. Acesso em: 27 out. 2019.

RAMOS, M. Práxis e Pragmatismo: referências contrapostas dos saberes profissionais. *In*: SÁ, M. R. G. B.; FARTES, V. L. B. (org.). **Currículo, formação e saberes profissionais:** a (re)valorização epistemológica da experiência. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 85-104.

REGO, T. C. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

RIBEIRO, D. S. *et al*. (org.). **Agroecologia na educação básica:** questões propositivas de conteúdo e metodologia. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

RIBEIRO, M. Terra, Trabalho, Educação: relações que projetam desafios à educação do campo. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 268-289, jul./dez. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/download/6773/2761. Acesso em: 14 jan. 2021.

RIZZATTI, I. M. *et al*. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO: Docência em**

Ciências, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: http://periodicos.utfpr.edu.br/actio. Acesso em: 04 abr. 2022.

SAMPAIO, J. *et al*. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. **Interface – Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 18, p. 1299-1311, jan. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0264. Acesso em: 03 jan. 2020.

SANTOS, A. O. C.; MUTIM, A. L. B.; SOUZA, H. F. Do ensino agrícola à Educação Profissional do Campo? Notas de caminhos percorridos e territorialidades de resistências. *In*: SOUZA, H. F.; MUTIM, A. L. B.; SANTOS, A. O. C. (org.). **Educação profissional, territórios e resistências: diálogos com Paulo Freire.** 1. ed. Recife: Centro Paulo Freire Estudos e Pesquisas, 2021. p. 110-140.

SANTOS, E. M. C.; COELHO NETO, A. S.; SILVA, O. A. De Região Sisaleira a Território do Sisal: desvelando as nuances do processo de delimitação da diferenciação espacial no Semiárido Baiano. **Geo Textos**, *[s.l]*, v. 11, n. 2, p. 131-151, dez. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v11i2.13472. Acesso em: 02 jul. 2022.

SAQUET, M. A. O conhecimento popular na práxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas. **AGEI - Geotema**, Suplemento, p. 5-16, 2019. Disponível em: https://www.ageiweb.it/geotema/wp-content/uploads/2019/11/Supplemento2019_1_Saquet.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. *In:* FERRETTI, C. J.; ZIBAS, D. M. L.; MADEIRA, F. R.; FRANCO, M. L. P. B. (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 151-168.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, [*s. l.*], v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf. Acesso em: 18 dez. 2019

SEVILLA - GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45. Jan./mar., 2001. Disponível em: https://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n1/revista_agroecologia_ano2_num1_parte08_artigo.pdf. Acesso em: 30 jan. 2021.

SEVILLA - GUZMÁN, E. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. *In*: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. 1. ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p.101-132.

SEVILLA - GUZMÁN, E. Agroecología y agricultura ecológica: hacia una "re" construcción de la soberanía alimentaria. **Agroecología**, [*s. l.*], v. 1, p. 7-18, abr. 2008. Disponível em: https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/13. Acesso em: 05 fev. 2021

SILVA, A. P. MENEZES, A. C. S. REIS, E. S. Educação para a convivência com o semiárido: desafios e possibilidades de um novo fazer. *In*: ROCHA, M. I. A.; MARTINS, M. F. A.; MARTINS, A. A. (org.). **Territórios educativos na educação do Campo:** escola,

comunidades e movimentos sociais. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2012. p. 57-70.

SOUSA, R. P. *et al*. Educação em agroecologia. *In*: DIAS A. P. *et al*. (org.). **Dicionário de Educação e Agroecologia.** 1. ed. São Paulo, Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, p. 361-367.

SOUZA, H. F.; SANTOS, A. O. C.; MUTIM, A. L. B. Educação profissional, territórios e resistências: contribuições do pensamento de Paulo Freire. *In*: SOUZA, H. F.; MUTIM, A. L. B.; SANTOS, A. O. C. (org.). **Educação profissional, territórios e resistências**: diálogos com Paulo Freire. 1. ed. Recife: Centro Paulo Freire Estudos e Pesquisas, 2021. p.211-236.

STEDILE, J. P. CARVALHO, H. M. Soberania Alimentar. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 714-723.

TARDIN, J. M.; TRAVASSOS, R. Educação Popular em Agroecologia. **Dicionário de Educação e Agroecologia.** 1. ed. São Paulo, Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, p. 375-383.

TIRIBA, L. **Economia Popular e Cultura do Trabalho**: pedagogia da produção associada. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

TIRIBA, L. Cultura do trabalho, autogestão e formação dos trabalhadores associados na produção: questão de pesquisa. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 69-94, jan./jul. 2008. Disponível em: https://doi.org/10.5007/2175-795x.2008v26n1p69. Acesso em: 15 jan. 2021.

TIRIBA, L. Reprodução Ampliada da vida: o que ela não é, parece ser e pode vir a ser. Revista Otra Economia, [*s. l*.], v. 11, n. 20, p. 74-87, jul./dez. 2018a. Disponível em: https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14757. Acesso em: 8 jan. 2020.

TIRIBA, L. Fios invisíveis do(s) mundo(s) do trabalho: a experiência à lupa. *In*: MAGALHÃES, L. D. R.; TIRIBA, L. (orgs.). **Experiência, o termo ausente?** sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2018b. p. 95-112.

TIRIBA, L.; BUTSHKAU, S.; COELHO, T. O. Notas para um conceito de "Reprodução Ampliada da Vida": o que ele não é, parece ser e pode vir a ser. *In*: XII COLÓQUIO NACIONAL, 12.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO, 5., 2017, [*s. l*.]. **Anais** [...]. [*S. l.*]: Museu Pedagógico, 2017. p. 1366-1371. Disponível em: http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/view/6978/6780. Acesso em: 12 jan. 2021.

TIRIBA, L. FISCHER, M C. B. Aprender a ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente. **Perspectiva,** Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 527-551, mai./ago. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.5007/2175-795X.2013v31n2p527. Acesso em: 15 jan. 2021.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VENDRAMINI, C. R. A educação do campo na perspectiva do materialismo histórico dialético. *In*: MOLINA, M. C. (org.). **Educação do Campo e pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010. p. 127-135.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. *In*: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 33-46.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar realidade e perspectiva.** 2. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1999. p. 21-55.

ZANELLI, F. V.; BARBOSA, W. A.; CARDOSO, I. M. Metodologias Emancipatórias. *In*: DIAS A. P. *et al*. (org.). **Dicionário de Educação e Agroecologia.** 1. ed. São Paulo, Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, p. 489-497.

APÊNDICE A - Plano de sistematização de experiência

Aspectos gerais

Título

O estágio supervisionado no contexto da educação profissional tecnológica: a experiência do SINTRAF-Serrinha

Elaborado por:

Lucineide de Araujo Silva

Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – campus Salvador

e-mail: lulu_uneb@yahoo.com.br

Orientação:

Carlos Alex de Cantuária Cypriano

Professor orientador do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – campus Salvador

Co-orientador

Dr. Heron Ferreira Souza

Professor co-orientador do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT

Instituto Federal Baiano – campus Catu

Data

O cronograma será definido após aprovação pelo Comité de Ética e Pesquisa

- **Quem Sistematiza**

A diretoria, os representantes sindicais envolvidos com a oferta e desenvolvimento de estágio e o técnico da ATER do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha – SINTRAF-Serrinha sob mediação da proponente do processo de sistematização.

Mediadora do processo: Mestranda Lucineide de Araujo Silva.

- **Resumo da Experiência**

O SINTRAF-Serrinha oferece e desenvolve estágio supervisionado para estudantes da EPTNM, na área de ciências agrárias, nos cursos de Agroecologia e Agropecuária. As atividades de estágio desenvolvidas na instituição são realizadas através das visitas no acompanhamento aos agricultores familiares do município. Os alunos por meio da supervisão do técnico agrícola do SINTRAF, acompanham as visitas e colaboram na realização das atividades desenvolvidas.

- **Objetivo da Sistematização**

Construir - a partir da interpretação crítica da experiência da organização social- ao princípios e diretrizes operacionais e formativas para o desenvolvimento e oferta do estágio no SINTRAF-Serrinha, na área de ciências agrárias, com base nos fundamentos da reprodução ampliada da vida no contexto do campo.

- **Delimitação de objeto de Sistematização**

A proposta formativa pensada para o estágio supervisionado na área de ciências agrárias pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha (SINTRAF-Serrinha).

- **Eixo de Sistematização**

O processo formativo e os princípios norteadores da prática de estágio supervisionado na perspectiva dos fundamentos da reprodução ampliada da vida no campo.

- **Fonte de informação**

Análise documental e roda de conversa.

- **Procedimentos**

1. A mestranda é a responsável pela coordenação do processo, tendo a colaboração do Departamento da Educação do Campo do SINTRAF-Serrinha. Participa do processo os associados/representantes do SINTRAF-Serrinha, responsáveis direto ou indiretamente pela oferta e desenvolvimento de estágio na organização: Diretoria Executiva; os integrantes do Departamento da Educação do Campo; o Supervisor de estágio; o representante da Secretaria de Políticas Agrícolas e Agrárias; o representante da Secretaria de Bem Estar Social.
2. Encontro de sensibilização com os participantes para apresentar a proposta e construirmos o acordo coletivo mediante aceitação por parte dos membros do sindicato em participar da pesquisa e para elaboração do cronograma de atividades;
3. Análise dos registros documentais relacionados com a experiência de estágio na organização;
4. Roda de conversa com os participantes, desenvolvida com base nos aspectos pontuado no roteiro de ordenação e na reconstrução crítica da experiência;
5. A mestranda vai registrar e organizar as informações;
6. Roda de conversa com todos os participantes para discutir e refletir sobre a prática - contradições e tensões; avanços e desafios; princípios; anseios e perspectivas - a partir das informações coletadas na reconstrução crítica da experiência; com base nessas discussões formular as diretrizes norteadoras da atividade de estágio na instituição. Essa etapa será organizada em dois encontros: no primeiro encontro vamos dialogar sobre as experiências vivenciadas; no segundo encontro o objetivo será explicitar os princípios e as diretrizes para a oferta e desenvolvimento de estágio na instituição. Na roda de conversa vamos utilizar perguntas interpretativas como instrumento de mobilização da interpretação crítica da reconstrução histórica;
7. A mestranda vai redigir o documento preliminar que apresenta a síntese do processo de sistematização e os princípios e diretrizes propostas;
8. Encontro com os participantes, a última roda de conversa, para apresentar e validar as diretrizes e a síntese do percurso da experiência.
9. A mestranda vai redigir o documento síntese do percurso da experiência de sistematização, incluindo os princípios e diretrizes orietadores da prática de estágio no SINTRAF-Serrinha.
10. Um procedimento que será discutido no decorrer do processo são os meios de socialização do documento com as instituições da EPT.

- **Aspectos a serem considerados na reconstrução e classificação das informações – Roteiro de ordenação**

Objetivo formativo do estágio supervisionado realizado no SINTRAF;

Ações realizadas no processo formativo e suas implicações;

A relação entre estagiários, agricultores familiares, técnico da ATER e o próprio movimento social;

Percepção das pessoas sobre a sua capacidade de aprender e ensinar;

Percepção das pessoas sobre a dimensão educativa das atividades realizada;

Concepção de trabalho e educação;

Relação entre terra, trabalho, agroecologia e movimento social com a (re)produção da vida no campo;

Dificuldades, avanços e desafios.

- **Algumas perguntas interpretativas**

Como o SINTRAF, enquanto movimento social do campo, tem organizado/concebido os espaços formativos do trabalhador e quais as implicações para o processo educativo do estágio supervisionado?

Quais as potencialidades educativas do estágio no SINTRAF-Serrinha?

Como a agricultura familiar e/ou ATER tem contribuído no processo de formação dos estagiários?

Quais princípios orientam as relações com atores sociais envolvidos (dialogicidade, autonomia, horizontalidade, etc.)?

Em que medida as ações educativas desenvolvidas no estágio têm possibilitado uma compreensão crítica sobre o campo e o viver no campo?

Em que medida as ações educativas desenvolvidas no âmbito da prática profissional supervisionada favorecem o desenvolvimento e a articulação dos diferentes saberes?

Como a instituição sindical têm percebido ou vivenciado o caráter educativo da agroecologia e da relação produtiva com a terra no semiárido (participação, autonomia, diálogo, cooperação, solidariedade, transformação, conhecimento - interdisciplinar/holístico, sistêmico, contextualizado, subjetivo, pluralista – etc.)?

As ações são realizadas de forma interdisciplinar e contempla indissociabilidade teórica e prática? Como?

Como o grupo registra e organiza as ações construídas e os resultados obtidos?

Que princípios educativos do trabalho têm sido fomentados na prática do estágio (indissociabilidade entre trabalho manual e intelectual, autonomia, autogestão, cooperação, coprodução, reciprocidade, solidariedade, trabalho familiar, etc.)?

Quais as aprendizagens consideradas fundamentais?

Quais aspectos podemos potencializar? Por que?

O que podemos fazer de diferente? Como?

- **Produto que se espera elaborar com essa sistematização**

Um documento síntese do percurso da experiência de sistematização, incluindo os princípios e diretrizes operacionais norteadoras da prática de estágio no SINTRAF-Serrinha.

APÊNDICE B – Roteiro para apresentação da proposta de sistematização, acordo e convite

Objetivo: Apresentar a proposta de sistematização e pactuar com a diretoria e os representantes sindicais do SINTRAF-Serrinha

1º MOMENTO - Apresentação do processo de sistematização
Apresentar os cinco pontos do processo de sistematização proposto por Jara-Holliday (2018).

2º MOMENTO - Reflexão crítica acerca do processo de sistematização orientada pela seguinte pergunta motivadora:

- Para que sistematizar experiência?

3º MOMENTO – Apresentar a proposta de sistematização e esclarecer dúvidas.
A proposta inicial será lida para os membros do SINTRAF-Serrinha e cada passo será explicado. O espaço será aberto para perguntas e sugestões.

4º MOMENTO – Construção do acordo coletivo, apresentação e agendamento para recolhimento da TCLE.
A pesquisadora fará a leitura e explicará o que é a TCLE confirmando a participação e solicitando o agendamento da data para recolhimento do TCLE devidamente assinado pelos participantes. Acordo coletivo firmado por meio da elaboração de um documento informal que apresenta cronograma, confirmação do local e ações necessárias para o desenvolvimento de sistematização.

5º MOMENTO – Encerramento e Agradecimentos

Observação
A roda de conversa ocorrerá de forma virtual, devido às a pandemia da Covid 19 e as recomendações sanitárias dos órgãos de governo, e será realizado via plataforma Meet.

APÊNDICE C – Instrumento de Coleta de Dados/Roteiro para roda de conversa da etapa de recuperação e ordenação do processo vivido

Dados gerais

Participantes/idade e função

Objetivo:

Reconstruir a prática de estágio realizada no SINTRAF-Serrinha.

Aspectos que serão analisados na roda de conversa:

- Objetivo formativo do estágio supervisionado realizado no SINTRAF;
- Ações realizadas no processo formativo e suas implicações;
- A relação entre estagiários, agricultores familiares, técnico da ATER e o próprio movimento social;
- Percepção das pessoas sobre a sua capacidade de aprender e ensinar;
- Percepção das pessoas sobre a dimensão educativa das atividades realizada;
- Concepção de trabalho e educação;
- Relação entre terra, trabalho, agroecologia e movimento social com a (re)produção da vida no campo;
- Dificuldades, avanços e desafios.

Observação

A roda de conversa ocorrerá de forma virtual, devido às a pandemia da Covid 19 e as recomendações sanitárias dos órgãos de governo, e será realizado via plataforma Meet. A roda de conversa será registrada através da gravação da reunião pela pesquisadora. Além disso, durante a roda de conversa, a pesquisadora também registrará no diário de campo os aspectos que mais chamarem atenção. Ao final da reunião a pesquisadora fará o download dos dados e armazenará em um dispositivo eletrônico pessoal, apagando todas as informações da plataforma virtual utilizada.

APÊNDICE D – Instrumento de Coleta de dados/Roteiro para roda de conversa da etapa da interpretação crítica do processo vivido

Dados gerais

Participantes/idade e função

Objetivo:

Analisar a experiência vivenciada pelos sujeitos do SINTRAF-Serrinha com a oferta e desenvolvimento do estágio e explicitar os princípios e as diretrizes para o processo formativo dessa prática.

Perguntas interpretativas que direcionam as rodas de conversa:

- Como o SINTRAF, enquanto movimento social do campo, tem organizado/concebido os espaços formativos do trabalhador e quais as implicações para o processo educativo do estágio supervisionado?
- Quais as potencialidades educativas do estágio no SINTRAF-Serrinha?
- Como a agricultura familiar e/ou ATER tem contribuído no processo de formação dos estagiários?
- Quais princípios orientam as relações com atores sociais envolvidos (dialogicidade, autonomia, horizontalidade, etc.)?
- Em que medida as ações educativas desenvolvidas no estágio têm possibilitado uma compreensão crítica sobre o campo e o viver no campo?
- Em que medida as ações educativas desenvolvidas no âmbito da prática profissional supervisionada favorecem o desenvolvimento e a articulação dos diferentes saberes?
- Como a instituição sindical têm percebido ou vivenciado o caráter educativo da agroecologia e da relação produtiva com a terra no semiárido (participação, autonomia, diálogo, cooperação, solidariedade, transformação, conhecimento - interdisciplinar/holístico, sistêmico, contextualizado, subjetivo, pluralista – etc.)?
- As ações são realizadas de forma interdisciplinar e contempla indissociabilidade teórica e prática? Como?
- Como o grupo registra e organiza as ações construídas e os resultados obtidos?

- Que princípios educativos do trabalho têm sido fomentados na prática do estágio (indissociabilidade entre trabalho manual e intelectual, autonomia, autogestão, cooperação, coprodução, reciprocidade, solidariedade, trabalho familiar, etc.)?
- Quais as aprendizagens consideradas fundamentais?
- Quais aspectos podemos potencializar? Por que?
- O que podemos fazer de diferente? Como?

Observação

A roda de conversa ocorrerá de forma virtual, devido às a pandemia da Covid 19 e as recomendações sanitárias dos órgãos de governo, e será realizado via plataforma Meet. A roda de conversa será registrada através da gravação da reunião pela pesquisadora. Além disso, durante a roda de conversa, a pesquisadora também registrará no diário de campo os aspectos que mais chamarem atenção. Ao final da reunião a pesquisadora fará o download dos dados e armazenará em um dispositivo eletrônico pessoal, apagando todas as informações da plataforma virtual utilizada.

APÊNDICE E – Análise e validação do produto /Roteiro da roda de conversa para análise, ajuste e validação do produto

Objetivo:

Apresentar, ajustar e validar as diretrizes e a síntese do percurso da experiência

1º MOMENTO - Apresentação do documento síntese pela mestranda;

2º MOMENTO - Reflexão crítica acerca do produto de comunicação orientada por duas perguntas motivadoras:

- Qual a sua impressão sobre as diretrizes elaboradas?
- Em que medida os princípios e as diretrizes elaboradas expressam o que fazemos ou o que refletimos ser necessário fazer?
- O que acrescentaria/mudaria na proposta de diretrizes, diante daquilo que foi discutido no processo de sistematização?

3º MOMENTO – Validação do produto de sistematização pelo grupo, deliberado com base no seguinte questionamento: Os participantes do processo de sistematização aqui presente, aprovam o produto de sistematização? ( ) SIM ( ) NÃO

4º MOMENTO – Encerramento e agradecimentos

Observação

A roda de conversa ocorrerá de forma virtual, devido às a pandemia da Covid 19 e as recomendações sanitárias dos órgãos de governo, e será realizado via plataforma Meet. A roda de conversa será registrada através da gravação da reunião pela pesquisadora. Além disso, durante a roda de conversa, a pesquisadora também registrará no diário de campo os aspectos que mais chamarem atenção. Ao final da reunião a pesquisadora fará o download dos dados e armazenará em um dispositivo eletrônico pessoal, apagando todas as informações da plataforma virtual utilizada.

APÊNDICE F – Análise dos Dados/Roteiro para análise do conteúdo coletado no processo de Sistematização da Experiência

Identificação:

Quem participou _____

Data: ____/____/_____

Contexto de produção

O que foi abordado? Questão	Resposta (aspectos mais relevantes)
	1.
	2.
	3.
	4.
	1.
	2.
	3.
	4.
	1.
	2.
	3.
	4.

Categorias frequentes e comuns nas verbalizações (falas)	Definição a partir da verbalização e da fundamentação teórica

Referencial teórico para análise

Considerações

APÊNDICE G - Termo de Consentimentos Livre e Esclarecido (TCLE)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a)_____,
o convidamos para participar como voluntário(a) na pesquisa intitulada **O estágio supervisionado no contexto da Educação Profissional Tecnológica: a experiência do SINTRAF-Serrinha**, de autoria e responsabilidade da mestranda Lucineide de Araujo Silva, aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), com polo de estudos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, tendo como orientador Prof. Dr. Carlos Alex de Cantuária Cypriano, professor e pesquisador do IFBA e co-orientador o Prof. Dr. Heron Ferreira Souza, professor e pesquisador do IF Baiano. A pesquisa tem como objetivo construir - a partir da interpretação crítica da experiência da organização social - as diretrizes operacionais e formativas para o desenvolvimento e oferta do estágio no SINTRAF-Serrinha, na área de ciências agrárias, com base nos fundamentos da reprodução ampliada da vida no contexto do campo.

Para a coleta de dados, faremos a análise documental dos registros da experiência de estágio no SINTRAF-Serrinha e organizaremos rodas de conversa, de forma virtual, com os membros sindicais responsáveis direta ou indiretamente pela atividade de estágio na organização.
Nessa etapa, busca-se sistematizar a experiência do SINTRAF-Serrinha com oferta e desenvolvimento de estágio na área de ciências agrárias, tendo o foco analítico na referida organização enquanto possível território educativo emancipatório que busca contribuir com a formação profissional dos estagiários segundo os pressupostos da reprodução ampliada da vida no contexto do campo. O objetivo é analisar a experiência do SINTRAF-Serrinha com o desenvolvimento de estágio na área de ciências agrárias e construir com as lideranças do SINTRAF-Serrinha as diretrizes para o processo formativo da prática de estágio com base nos fundamentos da reprodução ampliada da vida no campo.

O convite e o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, encaminhado por e-mail, de forma individual, serão apresentados na roda de conversa virtual organizada para apresentação da proposta de sistematização. Após a leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, os

responsáveis pelo projeto agendarão datas para comparecer na sede do sindicato, conforme disponibilidade dos participantes, para recolhimento do termo com a devida assinatura do participante.

Devido a pandemia do Covid 19 e levando em consideração as recomendações sanitárias, as rodas de conversa serão desenvolvidas de forma virtual pela plataforma Google Meet. Deste modo, os participantes usarão os recursos tecnológicos próprios e os do SINTRAF-Serrinha. Considerando que trabalham na articulação sindical do município, têm acesso a equipamentos e conexão para manter o diálogo perene com as bases.

As rodas de conversa serão gravadas pela pesquisadora com objetivo de registrar e preservar a integridade da conversação, facilitando a análise das informações e a compreensão das discussões pela pesquisadora, bem como assegurar a legitimidade das ações/propostas deliberadas no coletivo, desde que seja permitida pelos participantes. Ao final de cada reunião a pesquisadora fará o download dos dados e armazenará em um dispositivo eletrônico pessoal, apagando todas as informações da plataforma virtual utilizada.

As informações serão utilizadas somente com finalidade de pesquisa, sendo os dados armazenados por um período de 5 anos pelo pesquisador responsável e após este período serão destruídos. A publicação dos resultados da pesquisa pode conter transcrições das falas, mas será mantido o anonimato sobre sua identidade. Para garantir esse anonimato, não serão veiculados os nomes ou os cargos dos participantes da pesquisa, ou qualquer outro meio de identificação, na apresentação e publicação dos resultados. Durante a roda de conversa, a pesquisadora também registrará em um diário de campo os aspectos que mais chamaram sua atenção.

Com relação aos riscos decorrentes da sua participação e segundo a Resolução 466/12, toda pesquisa que envolva seres humanos implica em algum tipo de risco, seja ele físico, moral, intelectual, psíquico, social. Esta pesquisa pode apresentar riscos de origem psicológica, intelectual ou emocional, tais como, constrangimento ou vergonha ao responder perguntas; cansaço; aborrecimento e stress; quebra do anonimato, confidencialidade e privacidade.
Para eliminar ou minimizar estes riscos, será assegurado aos participantes da pesquisa a garantia de dignidade e do anonimato; a participação voluntária e o direito de interromper a sua participação antes e durante a coleta de dados, sem precisar justificar a sua decisão, caso se

sinta constrangido ou tenha dificuldade em expor suas dificuldades e opiniões. A publicação dos resultados será feita de forma a não possibilitar a identificação dos participantes.

Para os participantes das rodas de conversa, no momento que assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, anuindo com sua participação na presente pesquisa, também se compromete com o dever de confidencialidade e privacidade quanto aos dados debatidos entre os participantes durante a realização da roda de conversa, como forma de buscar assegurar tais aspectos éticos para todos os participantes.

Após o consentimento em participar da pesquisa, os participantes têm o direito e liberdade de se retirar antes e durante a fase de coleta de dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a(o) mesmo(a). Também não terá despesas ou remuneração decorrentes dessa pesquisa. Os dados serão analisados e publicados e a identidade dos participantes não será divulgada, sendo guardado sob absoluto anonimato.

É importante ressaltar que todos os participantes terão oportunidade de esclarecer suas dúvidas e disporão de tempo para que suas participações sejam decisões autônomas. Além disso, a equipe executora estará atenta a possíveis limitações de autonomia dos participantes assegurando-lhes que a participação, a não participação, ou mesmo a desistência após fornecer o consentimento, não acarretará qualquer tipo de represália, conforme IV.6 da Resolução nº 466/2012 e Seção I, Art. 11 da Resolução nº 510/2016.

O participante da pesquisa tem assegurado o direito ao ressarcimento de quaisquer danos morais e/ou imateriais provenientes da pesquisa. Deste modo, se o participante vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante da pesquisa, tem direito a assistência e a buscar indenização.

Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável no endereço Avenida Getúlio Vargas, 1515 - Estação, Serrinha- BA, 48700-000, ou pelo telefone (75) 99126-4061, ou ainda por e-mail lulu_uneb@yahoo.com.br.
Além disso, você também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) por meio do e-mail: cep@ifba.edu.br. CEP-IFBA, ou no endereço Av. Araújo Pinho, 39, Canela, Salvador -BA, Tel 71 3221-0332. O CEP *Constitui-se como um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo,*

normativo e educativo nas questões éticas relacionadas às pesquisas envolvendo seres humanos, individual ou coletivamente, de forma direta ou indireta, incluindo o manejo de seus dados, informações e materiais biológicos, a fim de defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos atuais.

Com relação aos benefícios, esta pesquisa poderá resultar na potencialização da práxis pedagógica no desenvolvimento e oferta do estágio supervisionado pelo SINTRAF-Serrinha e contribuir para tencionar outros olhares sobre o fazer pedagógico e a formação nos cursos técnicos relacionados às ciências agrárias. Além dos benefícios institucionais, destaca-se os benefícios acadêmicos, visto que a pesquisa pode contribuir para o aprofundamento da temática estágio supervisionado na área de ciências agrárias em organizações sociais do campo.
Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, rubricadas em todas as suas páginas, as quais serão assinadas, ao seu término, pelo(a) Sr.(a) assim como pelo pesquisador responsável. Uma das vias deste termo será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a Vossa Senhoria.

Eu,_____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar, sabendo que não ganhará nada e que pode sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador responsável, sendo uma via para o tutor e outra para o pesquisador.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE SOM DE VOZ E IMAGEM PARA FINS DE PESQUISA

Eu, _____, autorizo o uso da gravação sonora da minha voz e uso da gravação da minha imagem para finalidades

somente atreladas a esta pesquisa, sabendo que será garantido o sigilo em todas as suas etapas e que somente os pesquisadores terão contato com estas gravações.

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PRIVACIDADE

Eu,_____,
comprometo-me com o dever de confidencialidade e privacidade quanto aos dados debatidos entre os participantes durante a realização da roda de conversa, como forma de buscar assegurar tais aspectos éticos para todos os participantes.

Data: _____/_____/_____

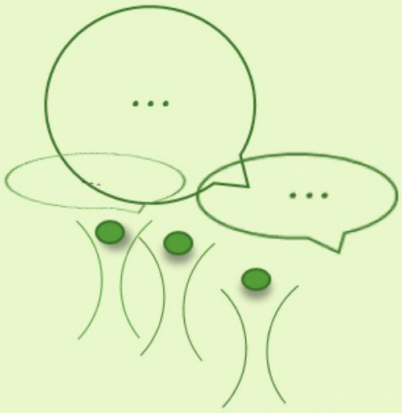
_____
Assinatura do participante

_____
Assinatura do pesquisador

APÊNDICE H – Produto Educacional

Relatório-Síntese

SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA DO SINTRAF-SERRINHA: OFERTA E DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIO



Biblioteca Raul V. Seixas – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA - Salvador/BA.

S586r Silva, Lucineide de Araujo.
Relatório síntese sistematização de experiência do SINTRAF – Serrinha : oferta e desenvolvimento de estágio / Lucineide de Araujo Silva. Salvador, 2022.
42 f. ; 30 cm.

Produto educacional (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.
Orientador: Prof. Dr. Carlos Alex de Cantuária Cypriano.
Coorientador: Prof. Dr. Heron Ferreira Souza.

1. Estágio. 2. Sistematização de experiência 3. Trabalho. 4. Formação sociopolítica. 5. Formação humana. I. Cypriano, Carlos Alex Cantuária. II. Souza, Heron Ferreira. III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. IV. Título.

CDU 2 ed. 331.544

CONTEXTO DE PRODUÇÃO

O presente Produto Educacional é resultado da pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) – Campus Salvador, intitulada "O Estágio Supervisionado no contexto da Educação Profissional Tecnológica: a experiência do SINTRAF-Serrinha", realizada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha (SINTRAF-Serrinha) e se constitui como uma construção coletiva dos sujeitos representantes da organização Sindical.

A pesquisa teve como objetivo construir – a partir da interpretação crítica da experiência da organização social – os princípios e as diretrizes educativos e formativos para o desenvolvimento e a oferta do Estágio no SINTRAF-Serrinha, na área de Ciências Agrárias, com base nos fundamentos da Reprodução Ampliada da Vida no contexto do Campo.

Lucineide de Araujo Silva

Orientador:
Carlos Alex de Cantuária Cypriano

Co-orientador:
Heron Ferreira Souza

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SERRINHA • 1968 •

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAHIA

PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA COM OFERTA E DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIO NO SINTRAF-SERRINHA: QUEM É O SINTRAF E QUAL A SUA RELAÇÃO COM A EPT? 5
1.1 PONTO DE PARTIDA DA SISTEMATIZAÇÃO 6

2 CATEGORIAS TEÓRICAS FUNDAMENTAIS DA SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA 8
2.1 CONCEITO DE TRABALHO 8
2.2 CONCEITO DE REPRODUÇÃO AMPLIADA DA VIDA 8
2.3 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO/NO CAMPO 9

3 POR QUE A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA 10
3.1 PASSOS DA SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA 10
3.2 O CAMINHO TRILHADO NA SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA 12

4 O PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA: O EXEMPLO DO ESTUDO DE CASO DO ESTÁGIO OFERTADO PELO SINTRAF-SERRINHA 15
4.1 A PROPOSTA 15
4.2 AS QUESTÕES QUE NORTEARAM O PROCESSO 16
4.3 A PRÁTICA EDUCATIVA E FORMATIVA DO ESTÁGIO NO SINTRAF-SERRINHA 17
4.4 APRENDIZAGEM DE UMA CAMINHADA: SENTIDOS E SIGNIFICADOS QUE CONSTITUEM A BASE DO PRODUTO DA SISTEMATIZAÇÃO 18

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO ESTÁGIO NA ÁREA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS NO SINTRAF-SERRINHA 28
PRINCÍPIO DA VIDA 32
PRINCÍPIO EDUCATIVO DO TRABALHO 33
PRINCÍPIO DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL 34
PRINCÍPIO DA DIALOGICIDADE 37

REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO

Este relatório-síntese apresenta o processo de Sistematização de Experiência com oferta e desenvolvimento de Estágio na Área de Ciências Agrárias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha (SINTRAF-Serrinha), incluindo, na íntegra, o produto do processo de sistematização que se configura nos princípios e nas diretrizes que orientam a atividade de estágio desenvolvida no SINTRAF-Serrinha.

O processo de sistematização foi uma estratégia de pesquisa que possibilitou aos envolvidos tanto pensar sobre o processo vivido quanto (re)significar os processos pedagógicos e o tempo-espaço formativo por meio de um processo participativo e dialógico, permitindo a construção de uma síntese das conexões necessárias para desenvolver uma práxis educativa comprometida com a reprodução ampliada da vida no campo.

Em uma dimensão mais ampla, o processo de sistematização possibilitou dialogar acerca de um projeto formativo que integra trabalho e educação, atribuindo sentidos aos eixos: desenvolvimento do campo, formação do trabalhador e luta social.

Este produto educacional traz contribuições teórico-metodológicas que permitem compreender as estratégias educativas e formativas do estágio no SINTRAF-Serrinha e, ao apresentar o processo de sistematização de experiência e as concepções e os princípios dessa caminhada, fornece subsídios para a compreensão de uma formação para o trabalho e pelo trabalho no contexto do campo, pautada em processos pedagógicos dialógicos que articulam diversos saberes.

É um instrumento direcionado não apenas para o SINTRAF-Serrinha, mas para todas as Instituições de Educação que buscam conhecer e estabelecer um diálogo com o espaço onde seus estudantes realizam estágio e/ou instituições que tenham interesse em desenvolver processos pedagógicos dialógicos. Para aquelas instituições que já desenvolvem processos pedagógicos nessa perspectiva, pode servir de inspiração e até possibilitar a aproximação e o estabelecimento de parcerias com esses espaços.

1 SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA COM OFERTA E DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIO NO SINTRAF-SERRINHA: QUEM É O SINTRAF E QUAL A SUA RELAÇÃO COM EPT?

Área interna da sede do SINTRAF-Serrinha

Para apresentar o processo de sistematização e explicitar as referências firmadas ao longo dessa caminhada, iniciaremos falando da trajetória do SINTRAF-Serrinha em relação ao vínculo com a Educação Profissional Tecnológica (EPT), contextualizada a partir dos desafios da formação dos trabalhadores do Campo.

O SINTRAF-Serrinha é uma Organização Sindical, filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 07 de janeiro de 1968. É uma organização com expressividade no Território do Sisal por apresentar uma história de lutas e conquistas relacionadas ao fortalecimento da Agricultura Familiar, da Educação do Campo, da EPT e do protagonismo Feminino e Juvenil.

É uma instituição parceira da EPT no município de Serrinha, através da articulação do Departamento da Educação do Campo (DEC) com as Instituições de Ensino locais e do próprio Território do Sisal, colabora com a EPT por meio da oferta de Estágios Supervisionados na área de Ciências Agrárias.

Ao buscar ampliar e fortalecer os espaços formativos para os trabalhadores e as trabalhadoras do Campo, em 2004, o SINTRAF-Serrinha começou a articular a criação do DEC e passou a receber estudantes de diversas Instituições de Educação Profissional Tecnológica Federal ou Universidades localizadas no Território.

Aproximadamente dez anos depois, com a expansão da Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio (EPTNM) na rede Estadual da Bahia e a chegada do Instituto Federal Baiano (IF Baiano) no Município de Serrinha, a organização tem se mobilizado e articulado com as instituições representantes da EPT em prol da criação, da reintegração e do fortalecimento dos Cursos Técnicos na Área de Ciências Agrárias no Município, bem como tem mobilizado as famílias de agricultores familiares, objetivando que os filhos dos agricultores busquem conhecer os cursos, desenvolvam a consciência crítica e o interesse acerca dessa formação direcionada para o campo.

Diante disso, a organização assume o compromisso de contribuir com o processo formativo desses cursos, estabelecendo parcerias, principalmente com a oferta de estágio na área de Ciências Agrárias.

Assim, sob a supervisão do Técnico da Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER) do sindicato e da articulação do DEC, o SINTRAF-Serrinha vem ofertando e desenvolvendo a atividade de estágio supervisionado com base, principalmente, na construção de uma relação dialógica dos estagiários com os agricultores familiares, no envolvimento com ações e atividades produtivas desenvolvidas por esses agricultores e na interação com o próprio movimento sindical, empreendimentos solidários, associações rurais e outros movimentos sociais.

1.1 PONTO DE PARTIDA DA SISTEMATIZAÇÃO

Para falar de educação no contexto do campo, é necessário compreender o campo como “espaço de vida e resistência”, princípio básico que define a questão central que gerou e motivou a necessidade de realizar a sistematização dessa experiência: até que ponto os sujeitos do SINTRAF-Serrinha envolvidos com a oferta e o desenvolvimento de estágio na organização tem interpretado criticamente sobre como essa prática tem contribuído ou poderá contribuir com uma formação profissional pautada nos pressupostos da Reprodução Ampliada da Vida no contexto do campo?

Diante disso, justifica-se o “conjunto de elementos teórico e prático que se ‘intercruzam’” (JARA-HOLLIDAY, 2006, p. 17) nesse processo de sistematização de experiência. O proces-

so de sistematização foi realizado por meio de análise documental e de rodas de conversas com os representantes do SINTRAF-Serrinha envolvidos direta ou indiretamente com a oferta e o desenvolvimento de estágio, objetivando construir subsídios para a formulação dos princípios e das diretrizes educativos e formativos para o estágio supervisionado no SINTRAF-Serrinha.

Os resultados das rodas de conversa foram sistematizados pela mestranda responsável pela pesquisa que organizou, analisou e interpretou os dados para construir a síntese dos princípios e das diretrizes evidenciados pelo grupo. Essa síntese foi discutida e avaliada com os participantes da pesquisa dando origem ao produto final de sistematização.

Ao propor os princípios e as diretrizes do estágio na organização, o SINTRAF reitera um dos pilares da Educação do Campo: a compreensão de que o sujeito do campo tem direito a uma formação não apenas pensada a partir do seu lugar, mas com a sua participação, associada às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2011).

E nesse sentido, podemos afirmar que o documento “Sistematização de experiência do SINTRAF-Serrinha: oferta e desenvolvimento de estágio”, por ser o produto final da sistematização e contemplar o relato coletivo da experiência, das reflexões e das discussões que envolvem atores do movimento social sindical comprometidos com a EPT, pode se constituir em marco histórico e político-pedagógico para o estágio no SINTRAF-Serrinha.

Neste documento, primeiro descrevemos o percurso da sistematização de experiência, enunciando os resultados alcançados ao longo do processo de sistematização, seguido da apresentação na íntegra dos princípios e das diretrizes que vão alimentar e retroalimentar a prática de estágio.

É importante salientar que a inserção do processo de sistematização neste relatório final deve-se à intenção de que o percurso desse processo, percorrido coletivamente com os sujeitos do SINTRAF-Serrinha, possa servir como base metodológica para outros processos ou vivências avaliativos e de planejamento na organização.

2 CATEGORIAS TEÓRICAS FUNDAMENTAIS DA SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

Nesta secção, apresentamos as três categorias teóricas fundamentais que orientam a ação e a reflexão intrínseca nesse processo de construção do conhecimento, desde a formulação do problema até a elaboração do produto da sistematização: trabalho; reprodução ampliada da vida; e educação profissional e tecnológica do/no campo

2.1 CONCEITO DE TRABALHO

A concepção de trabalho é apresentada, segundo a acepção marxista, como uma atividade especificamente humana. É a forma pela qual o homem age sobre a natureza, transformando e criando os meios para garantir a sua sobrevivência (MARX, 1996).

E ainda, conforme esclarece Lukács (2013) à luz das formulações de Marx e Engels, o trabalho, na sua essência ontológica, produz o ser social:

"Somente o trabalho tem, com sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.), como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, do homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social" (LUKÁCS, 2013, p. 35).

Com isso, podemos afirmar que o ser humano é essencialmente produto do trabalho, meio pelo qual transforma e modifica a sua própria natureza, humanizando-se e recriando-se.

2.2 CONCEITO DE REPRODUÇÃO AMPLIADA DA VIDA

O conceito de reprodução ampliada da vida encontra-se ainda em construção, mas sendo formulado a partir das práticas sociais dos sujeitos coletivos que expressam princípios ético-políticos que se constituem em:

- Espaços/tempos revolucionários;
- Bases materiais e simbólicas fundamentadas no respeito à natureza e ao ser humano;
- Trabalho associado;
- Autogestão do trabalho e da vida social;
- Cultura camponesa construída com base no trabalho coletivo, no núcleo familiar, nos laços

de solidariedade e em princípios agroecológicos (TIRIBA; BUTSHKAU; COELHO, 2017; TIRIBA, 2018).

Diz respeito a uma base cultural, política e produtiva que caminha na direção contrária aos fundamentos do modo de vida capitalista, ou seja, trata-se de um conjunto articulado de estratégias que caminham na perspectiva da Formação Humana. Em suma,

"criar parâmetros da Reprodução Ampliada da Vida e [não do capital] requer apreender a materialidade histórica de processos de produção da existência humana que vão além da reprodução simples da vida e não se restringem a tornar um ser humano um cidadão-produtivo-consumidor" (TIRIBA; BUTSHKAU; COELHO, 2017, p. 1369).

2.3 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO/NO CAMPO

A partir da dimensão constitutiva da Educação do Campo, que associa trabalho e educação numa perspectiva formativa que se constitui no âmbito das relações sociais, Caldart (2010) formula a concepção da Educação Profissional do/no Campo. Nas palavras da autora,

"trata-se de pensar uma Educação Profissional que seja parte da formação específica para o trabalho no/do campo desde uma lógica de desenvolvimento cuja centralidade está no trabalho (todos devem trabalhar), na apropriação dos meios de produção pelos próprios trabalhadores e na terra como meio de produzir vida e identidade (e não como negócio)" (CALDART, 2010, p. 237).

A EPT do campo inclui:

"a preparação para diferentes profissões que são necessárias ao desenvolvimento do território cuja base de desenvolvimento está na agricultura: agroindústria, gestão [...], mas sem desconsiderar que a produção agrícola é a base da reprodução da vida e, por isso, deve ter centralidade na formação para o trabalho do campo" (CALDART, 2010, p. 230).

A ideia central é a formação do trabalhador e da trabalhadora do campo, tendo como referência os princípios éticos, políticos e sociais que preservem a identidade camponesa e orientam a emancipação do sujeito ao colocar a agricultura como a "base da reprodução da vida" no campo.

3 POR QUE A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

Tendo em vista que os sujeitos da pesquisa estão inseridos em processos organizativos populares e que no percurso investigativo a ideia é refletir coletivamente a partir de diversos olhares sobre a própria prática, entendemos que a sistematização de experiência é o melhor caminho.

E ainda, ao buscar problematizar a prática educativa e formativa do estágio na organização e propor princípios e diretrizes que direcionem os processos educativos, a Sistematização de Experiência se configura numa estratégia metodológica que possibilita não apenas compreender a experiência, mas situar o sentido que orienta o fazer no contexto social em que se insere, apresentando-se como horizonte para se pensar, também, outras práticas.

A Sistematização de Experiência é uma ferramenta de aprendizagem que envolve o compartilhamento de saberes, tem base no pensar coletivo, a partir de um processo dialógico que envolve colaboração, reflexão e integração de todos os participantes, ou seja, um "quefazer" participativo e transformador.

> *"O processo de sistematização permite pensar no que se faz, seu produto ajuda a fazer as coisas pensadas" (JARA-HOLLIDAY, 2006, p. 31).*

3.1 PASSOS DA SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

Passos da sistematização de experiência apresentada pelo Educador Popular e Sociólogo Oscar Jara Holliday (2006):

1. PONTO DE PARTIDA

PARTIR DA PRÓPRIA PRÁTICA

- Ter participado da experiência
- Ter o registro das experiências

PLANEJAMENTO

2. PERGUNTAS INICIAIS

PROBLEMATIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA EXPERIÊNCIA A SER SISTEMATIZADA

- Para que queremos sistematizar?
- Que experiência queremos sistematizar?
- Quais aspectos centrais nos interessa sistematizar?

3. RECUPERAÇÃO DO PROCESSO VIVIDO

ORDENAR E ARTICULAR OS DIFERENTES ELEMENTOS DA EXPERIÊNCIA

- Reconstruir a história
- Ordenar e classificar a informação

REALIZAÇÃO

4. REFLEXÃO DE FUNDO

INTERPRETAÇÃO CRÍTICA DO PROCESSO VIVIDO

- Análise, síntese e recuperação crítica do processo vivido

5. PONTOS DE CHEGADA

DIMENSÃO COMUNICATIVA DA SISTEMATIZAÇÃO

- Formular Conclusões
- Comunicar a Aprendizagem

RESSIGNIFICAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

3.2 O CAMINHO TRILHADO NA SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

Passos da sistematização de experiência do SINTRAF-Serrinha desenvolvida com base na proposta metodológica apresentada por Jara Hollyday (2006).

1. PONTO DE PARTIDA

CONVERSA COM OS REPRESENTANTES DO SINTRAF-SERRINHA

Definição da proposta educativa e formativa do estágio supervisionado na área de Ciências Agrárias do SINTRAF-Serrinha como objeto de sistematização.

RESULTADO: Proposta da sistematização.

2. PERGUNTAS INICIAIS

QUESTÕES NORTEADORAS E ENCONTRO COM OS PARTICIPANTES

As questões são ferramentas que possibilitam a problematização da experiência, permitindo delimitar o caminho e definir o sentido, o produto e os resultados esperados do processo de sistematização. Diante das respostas às questões iniciais e das perguntas interpretativas, elaboradas previamente, compartilhamos, convidamos e pactuamos com os participantes.

RESULTADO: Plano de sistematização.

3. RECUPERAÇÃO DO PROCESSO VIVIDO

A PRÁTICA EDUCATIVA E FORMATIVA

Os trabalhos desenvolvidos nessa etapa foram organizados em dois níveis. Primeiro, foram analisados os relatórios de conclusão de estágio. Essas informações permitiram identificar as principais atividades desenvolvidas em cada período de oferta e desenvolvimento de estágio. No segundo nível, os representantes do SINTRAF-Serrinha envolvidos direta ou indiretamente com a atividade de estágio participaram de uma roda de conversa, na qual fizeram um resgate da participação do SINTRAF na luta pela EPT, da coparticipação do SINTRAF como espaço formativo da EPT por meio do estágio na área de Ciências Agrárias, e da dimensão organizativa e formativa da atividade de estágio, apontando limites e desafios.

RESULTADO: Quadro-síntese dos principais aspectos da prática educativa e formativa.

4. REFLEXÃO DE FUNDO

INTERPRETAÇÃO CRÍTICA DO PROCESSO VIVIDO

Guiado por um roteiro de perguntas interpretativas, os participantes dialogaram, através de rodas de conversa, sobre as experiências vivenciadas, refletindo criticamente acerca da dimensão educativa, formativa e organizativa da atividade de estágio na perspectiva da EPT do/no Campo e da Reprodução Ampliada da Vida no Campo, dando ênfase aos sentidos atribuídos ao contexto da Agricultura Familiar: formas de organização, relação com a Terra, Trabalho, Agroecologia e Políticas Públicas.

RESULTADO: Aprendizagem de uma caminhada.

5. PONTOS DE CHEGADA

PRODUTO DA SISTEMATIZAÇÃO – PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

A partir da análise e interpretação da experiência, que possibilita compreender em que medida as atividades formativas da prática de estágio têm possibilitado uma compreensão crítica sobre o campo e viver no campo, os princípios educativos e formativos implícitos ou explícito pelos sujeitos como fundamentais ao contexto da práxis produtiva e política do campo e de um "contexto teórico" que permite explicitar os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos representantes do SINTRAF-Serrinha, constrói-se o PRODUTO FINAL:

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO ESTÁGIO NA ÁREA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS NO SINTRAF-SERRINHA.

4 O PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA: O EXEMPLO DO ESTUDO DE CASO DO ESTÁGIO OFERTADO PELO SINTRAF-SERRINHA

Nesta secção, apresentamos os resultados do processo de sistematização ao comunicar as ações e reflexões que orientaram cada etapa, construindo uma síntese dos resultados e das aprendizagens.

4.1 A PROPOSTA

ELABORADO POR: LUCINEIDE DE ARAUJO SILVA

MESTRANDA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – CAMPUS SALVADOR

ORIENTAÇÃO: CARLOS ALEX DE CANTUÁRIA CYPRIANO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – CAMPUS SALVADOR

COORIENTADOR: HERON FERREIRA SOUZA

INSTITUTO FEDERAL BAIANO – CAMPUS CATU

Quem Sistematiza (Participantes)	Os representantes sindicais envolvidos com a oferta e o desenvolvimento de estágio e o supervisor de estágio, técnico da ATER do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha – SINTRAF-Serrinha, sob a mediação da proponente do processo de sistematização.
Mediadora do processo	Mestranda Lucineide de Araujo Silva.
Objetivo de Sistematização	Construir– a partir da interpretação crítica da experiência da organização social – os princípios e as diretrizes educativos e formativos para o desenvolvimento e a oferta do estágio no SINTRAF-Serrinha, na área de Ciências Agrárias, com base nos fundamentos da reprodução ampliada da vida no contexto do campo.
Objeto de Sistematização	A proposta formativa pensada para o estágio supervisionado na área de Ciências Agrárias pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha (SINTRAF-Serrinha).
Eixo de Sistematização	O processo formativo e os princípios norteadores da prática de estágio supervisionado na perspectiva dos fundamentos da reprodução ampliada da vida no campo.
Fonte de informação	Análise documental e roda de conversa.

4.2 AS QUESTÕES QUE NORTEARAM O PROCESSO

Como o SINTRAF, enquanto movimento social do campo, tem organizado/concebido os espaços formativos do trabalhador e quais as implicações para o processo educativo do estágio supervisionado?

Quais as potencialidades educativas do estágio no SINTRAF-Serrinha?

Como a agricultura familiar e/ou ATER tem contribuído no processo de formação dos estagiários?

Quais princípios orientam as relações com atores sociais envolvidos (dialogicidade, autonomia, horizontalidade, etc.)?

Em que medida as ações educativas desenvolvidas no estágio têm possibilitado uma compreensão crítica sobre o campo e o viver no campo?

Em que medida as ações educativas desenvolvidas no âmbito da prática profissional supervisionada favorecem o desenvolvimento e a articulação dos diferentes saberes?

Como a instituição sindical tem percebido ou vivenciado o caráter educativo da agroecologia e da relação produtiva com a terra no semiárido (participação, autonomia, diálogo, cooperação, solidariedade, transformação, conhecimento – interdisciplinar/holístico, sistêmico, contextualizado, subjetivo, pluralista – etc.)?

As ações são realizadas de forma interdisciplinar e contemplam a indissociabilidade teórica e prática? Como?

Como o grupo registra e organiza as ações construídas e os resultados obtidos?

Que princípios educativos do trabalho têm sido fomentados na prática do estágio (indissociabilidade entre trabalho manual e intelectual, autonomia, autogestão, cooperação, coprodução, reciprocidade, solidariedade, trabalho familiar, etc.)?

Quais as aprendizagens consideradas fundamentais?

Quais aspectos podemos potencializar? Por quê?

O que podemos fazer de diferente? Como?

4.3 A PRÁTICA EDUCATIVA E FORMATIVA DE ESTÁGIO NO SINTRAF-SERRINHA

O quadro-síntese a seguir, apresenta o resultado da etapa de Recuperação do processo vivido. Traz os principais aspectos relacionados à experiência com a oferta e o desenvolvimento de estágio no SINTRAF-Serrinha identificados na análise dos relatórios de conclusão de estágio e/ou discutidos na primeira roda de conversa realizada com o objetivo de articular coletivamente informações que permitam descrever o processo educativo e formativo de estágio na organização ao buscar identificar ações, resultados e direcionamentos.

Quadro-Síntese: Principais aspectos da prática educativa e formativa do estágio no SINTRAF-Serrinha

ASPECTOS	AÇÕES	RESULTADOS OU DIRECIONAMENTOS QUE SERÃO APROFUNDADOS NA ETAPA SEGUINTE
Mobilização	Luta pelo fortalecimento da Educação do Campo e pelos direitos e garantias da população do campo; Articulação com instituições locais e territoriais para viabilização da EPT com foco nos cursos da área de Ciências Agrárias; Aproximação e diálogo com a população, especialmente os agricultores familiares, acerca da inserção nos cursos técnicos da Área de Ciências Agrárias.	Reabertura e permanência da oferta dos cursos técnicos da área de Ciências Agrárias; A organização sindical se torna espaço formativo da EPT; Atender às demandas formativa e educativa da população do campo, sobretudo as dos filhos e das filhas dos agricultores familiares.
Organização dos Espaços Educativos	Apresentação do espaço e do contexto sindical aos estagiários; Rodas de conversa e reuniões com os estagiários na sede e nas bases sindicais localizadas nas comunidades rurais sobre diversas temáticas do contexto do campo; Assistência continuada aos agricultores familiares por meio da ATER, possibilitando que os estagiários acompanhem as práticas desenvolvidas nas propriedades; Visita às cooperativas de produção, especialmente à cooperativa de produção de polpa de frutas; Construção de maquetes para representar espaços ou tecnologias sociais utilizadas nas propriedades; Organização e participação nas Feiras da Agricultura familiar/Feira Solidária; Participação em seminários e palestras; Avaliação diagnóstica e processual.	Articulação teórica e prática; Interdisciplinaridade; Troca de experiências; Articulação de diferentes saberes; Formação crítica; Formação no trabalho; Proposta pedagógica com base na formação técnica, política e social; Contexto social dos agricultores.
Dificuldades e desafios	Alguns estudantes-estagiários apresentam dificuldades com deslocamento; Elaborar um documento norteador; Consolidar/criar instrumentos pedagógicos de devolutiva dos estudantes; Falta um profissional da área de educação para contribuir com a organização do espaço formativo.	Dificuldade financeira dos estudantes para arcar com as despesas relacionadas com transporte; Construir parâmetros que orientem o processo educativo e formativo oferecido pela organização; Conscientização dos estagiários a respeito da importância de retornar e manter contato com a organização; Colaboração de um profissional da educação no Departamento da Educação do Campo para orientar a organização dos processos pedagógicos.

4.4 APRENDIZAGEM DE UMA CAMINHADA: SENTIDOS E SIGNIFICADOS QUE CONSTITUEM A BASE DO PRODUTO DE SISTEMATIZAÇÃO[1]

Ao refletir sobre a experiência da oferta e do desenvolvimento de estágio, levando em consideração que se trata de uma prática educativa situada no contexto da agricultura familiar, necessariamente, é preciso problematizar a realidade de modo que seja possível vislumbrar um percurso educativo dialógico e transformador, que possibilite compreender os fundamentos da práxis produtiva e política do campo.

Para isso, buscamos aprofundar o debate sobre as questões do campo, em especial as questões que envolvem a agricultura familiar e (re)significar a proposta educativa objetivando fomentar a atuação política, a autonomia e a construção do conhecimento a partir das diferentes formas de organização produtiva, que visa garantir a sustentabilidade dos núcleos produtivos e integrar as diferentes realidades dos agricultores familiares.

Em conformidade com o que assinala Santos, Mutim e Souza (2021), ao analisar os fundamentos da EPT do campo e a sua relação com a dimensão territorial a partir de uma perspectiva emancipatória para os sujeitos do campo, o propósito é formar trabalhadores capazes de refletir criticamente e agir, através do trabalho social e da práxis produtiva, para transformar a realidade sociopolítica em que estão inseridos.

A análise do contexto e das atividades formativas do estágio a partir da interpretação coletiva dos sujeitos da organização mostrou que as ações educativas do SINTRAF-Serrinha se baseiam na unidade entre teoria e prática e no reconhecimento dos diversos saberes ao promover ambientes pedagógicos de socialização dos conhecimentos e troca de experiências. Envolve um conjunto de atividades que se desenvolve em meio ao ciclo de produção, organização e comercialização dos agricultores familiares, apresentando uma preocupação com a construção do conhecimento agroecológico e com a participação política dos sujeitos do campo.

Um dos destaques das reflexões foi sobre a necessidade de elaboração teórico-prática do desenho pedagógico para orientar o processo de construção do conhecimento a partir de uma perspectiva formativa direcionada para a formação emancipatória do sujeito do campo.

Além disso, o processo de reflexão em torno da experiência vivida evidenciou a necessidade de formação sociopolítica continuada para todos os integrantes da organização, principalmente no campo de gestão das políticas públicas e do cooperativismo, bem como evidenciou a falta de políticas públicas e incentivos para a permanência do jovem no campo.

[1]Esse texto constitui parte do capítulo 5 da dissertação, intitulada “O Estágio Supervisionado no contexto da Educação Profissional Tecnológica: a experiência do SINTRAF-Serrinha”.

Para ilustrar o “quefazer” educativo e formativo da organização, apresentamos a Figura abaixo, na qual contextualizamos os principais direcionamentos através das falas dos participantes das rodas de conversa ou dos relatos dos estagiários retirados dos relatórios de conclusão de estágio no SINTRAF-Serrinha.

Figura - “Quefazer” educativo e formativo do SINTRAF-Serrinha

Elaborado a partir das conclusões da aprendizagem do processo de sistematização, 2021.

Formação vinculada efetivamente ao trabalho

O primeiro passo para uma formação vinculada ao trabalho é compreendermos que é por meio do trabalho que construímos a nossa existência, as relações sociais e a nossa consciência pessoal e coletiva. Sendo o trabalho a base da matriz formativa, é preciso buscar superar o trabalho alienado e compreender a realidade a partir de suas contradições e possibilidades. Portanto, no contexto do SINTRAF, o propósito é promover a compreensão da agricultura familiar enquanto categoria política e social, buscando fomentar o interesse pelo trabalho nos núcleos familiares.

PASSO 4: A reflexão de fundo

"Trabalham trezentos e algumas dúzias de famílias que [nome mencionado foi ocultado] acompanha, aí trezentos e alguma coisa já [outro participante coloca que são quase quatrocentos]. São famílias que tiveram o acompanhamento do técnico com sua grande maioria, com grupos de estagiários que vão lá, que põe a mão na massa, que faz junto, que faz esse debate da importância da família na propriedade. E de ser um núcleo produtivo, tem esse debate, todo mundo realiza mesmo junto, não vou dizer que cem por cento".

Trecho da fala de um participante na segunda roda de conversa ao refletir sobre a atividade de estágio desenvolvida a partir do trabalho da agricultura familiar e da ATER, 2021. Fonte: Arquivo Pessoal.

"A partir do momento que você, que nós estamos transmitindo, nós estamos trocando, nós estamos ensinando, é ... é ... uma escola também, porque a Educação ao nosso modo, ao nosso modo, é essa troca como Paulo Freire traz, a gente bebe nessa, nessa questão e muito mais, pra gente é rico por se dar de forma, não de forma é constituída. Essa alternância, a gente acaba alternando educação tradicional com educação do trabalho. Um pouco dos princípios de Educação de Paulo Freire, o que ele traz no dia a dia a gente acaba aplicando. Não, não basta você ter a escola convencional, se você não tem, não é, as relações de trabalho como um banco de aprendizagem".

Trecho da fala de um participante na segunda roda de conversa ao refletir sobre a relação trabalho e educação. 2021. Fonte: Arquivo Pessoal

Articulação dos diferentes conhecimentos a partir da relação entre teoria e prática

Os representantes do SINTRAF reconhecem a importância de promover a integração entre os diversos tipos de conhecimento. Essa integração deve ser orientada pela articulação entre teoria e prática e convergir no sentido de construir novos saberes e novas propostas científicas e tecnológicas que corroborem para o desenvolvimento local a partir da uma compreensão crítica da prática produtiva.

"Alguns [estagiários] participam inclusive das feiras que a gente sempre fazia, tem muitos deles que, graças a Deus, ajudou muito a gente na organização. E que vamos voltar no próximo ano, umas turmas boas que entregam de corpo e alma no processo, de trabalhar a prática, mas também a teoria. Existe os minicursos nas feiras, a gente não só vende o produto, a gente expõe o produto, realiza a comercialização e junto com aquele processo ali acontece as oficinas de debate, de discussão teórica. Então, é baseado na teoria com a prática, né? Por exemplo, o grupo, o curso, é a oficina de fabricação orgânica, a forrageira nossa vai pra feira, os estagiários vão junto, o técnico vai fazer palestra da importância da, de quais, por exemplo, quais são o teor [se refere ao teor de proteínas]".

Trecho da fala de um participante na segunda roda de conversa ao refletir sobre a relação indissociabilidade teórica e prática e interdisciplinaridade, 2021. Fonte: Arquivo pessoal.

"Foi construída uma horta dividida em várias etapas [...]. Depois da experiência de construir essa horta, aprendendo e observando cada detalhe a ser feito, fomos para uma escola pública, na localidade de Tabuleiro de Bela Vista-Ba, para construir uma em prol da comunidade, beneficiando os alunos daquela escola e melhorando a merenda escolar com as hortaliças cultivadas e dando continuidade por eles, cuidando dela e assim por diante".

Trecho retirado do relatório de conclusão de estágio no SINTRAF de um estudante do curso de Agroecologia, 2018. Fonte: Arquivo do CETEP Sisal.

Construção coletiva

Ações coletivas como seminários, rodas de conversas, visitas, organização e participação nas feiras da agricultura familiar representam momentos importantes que possibilitam a aproximação dos atores sociais, o incentivo às relações de cooperação e à solidariedade e o desenvolvimento de uma análise da realidade local e do próprio território a partir de diferentes olhares. Em síntese, são ações que podem fortalecer o diálogo tanto no interior do movimento, como também com outros sujeitos e/ou outras redes colaborativas.

"Participei da organização da feira da agricultura, onde foi feito o ambiente de representação da agricultura familiar e do bioma da caatinga, também da armação de toldos, barracas e aviário móvel. [...] Participei da realização da feira da agricultura onde se encontrou vários agricultores de alguns municípios da região sisaleira, com comercialização de produtos orgânicos/natural e também a comercialização de aves caipira, houve também várias oficinas de formulação de ração e enxertia, etc.".

Trecho retirado do relatório de conclusão de estágio no SINTRAF de um estudante do curso de Agroecologia, 2018. Fonte: Arquivo do CETEP Sisal.

"[...], e ele [estagiário] era meio perdido em relação à área, só que a partir do momento que ele começou a ver, começou a acompanhar, começou a desenvolver, ter aquela amizade com os agricultores, ele começou a ter amor. [...] Então, aquele amor que ele pegou à profissão, ao trabalho, aquilo ali é muito gratificante, entendeu?"

Trecho da fala de um participante na terceira roda de conversa ao refletir sobre a importância da convivência com os agricultores, 2021. Fonte: Arquivo pessoal.

Processo dialógico

O grupo reconhece que o processo formativo deve ser desenvolvido a partir do diálogo de saberes entre os atores envolvidos no processo. Ao promover encontros entre os sujeitos sociais e desenvolver estratégias e ações que comportam o envolvimento e a construção de relações horizontais entre os grupos, possibilita a articulação dos diferentes saberes e a troca de conhecimento.

"Então assim, o estágio em si ele é uma troca de conhecimento, até o momento a gente não teve nenhum problema ainda, com fé em Deus não vai ter de agricultor com estagiário, porque é um conjunto de verdade. A gente troca experiência tanto do que ele sabe, ele repassa o que ele sabe pro estagiário e a gente passa do que a gente tem o conhecimento de estudo pra eles, então, é uma troca de experiência".

Trecho da fala de um participante na segunda roda de conversa ao refletir sobre a relação dos estagiários com os agricultores, 2021; Fonte: Arquivo Pessoal.

"[...] eu tento trazer uma metodologia de cultura diferente, na questão de plantação, manuseio da terra e da produção, mas até minha própria mãe ainda tem aquele pensamento meio fechado de não saber reaproveitar aquilo que a terra produz de bom. Isso, acaba muitas vezes, é, a gente pra poder desconstruir isso do agricultor, tem que ser na base do bate papo mesmo, não ir direto há você tá errado, não sei o que, impor. Tem que aos poucos mostrando, dando um, é, tem que mostrar com a prática, também, mesmo, eu vejo, eu creio muito na questão da construção, através, por exemplo, de exemplos práticos, porque quando a agricultor vê que ali tem um outro agricultor dando certo, naquela questão de práticas agroecológicas, tenho certeza que desperta o interesse dele na mudança, ele fala, olha parece que tem razão".

Trecho da fala de um participante da terceira roda de conversa ao refletir sobre as práticas dos agricultores, 2021. Fonte: Arquivo pessoal.

ATER com centralidade nas questões agroecológicas

O assessoramento técnico contínuo junto aos agricultores familiares é a atividade central do percurso formativo de estágio. A organização, ao buscar promover uma política de assessoramento com base no diálogo de saberes e na valorização da agrobiodiversidade, contribui para o fortalecimento das questões agroecológicas no território e para uma formação pautada na construção do conhecimento agroecológico.

Isso acontece ao incentivar o cultivo e a criação de animais de acordo com a diversidade dos sistemas locais; a produção de alimentos agroecológicos; promoção de plantas medicinais; a articulação de diferentes espaços de comercialização; o desenvolvimento ou o acesso a políticas públicas voltadas para tecnologia social de aproveitamento da água, bem como reaproveitamento das matérias orgânicas, como, por exemplo, a aquisição da máquina ensiladeira, buscando garantir a alimentação dos animais durante os longos períodos de estiagem no território, entre outras ações.

"[...] tem muitos estudantes, tem muitos dos casos que ele veio no curso, que eles achavam que, é, que agroecologia é só tratar de reflorestamento, só tratar de questões hídricas, mas eles não viram a questão da alimentação, a questão da convivência com o meio ambiente, da convivência com o outro, com os animais, eles não viam isso, como, dentro do curso, como tratar. Quando eles vieram pra prática, eles aprenderam que agroecologia ultrapassa a questão ambiental, florestal, a questão de você conhecer os biomas, saber de que bioma você tá, de como viver no bioma".

Trecho da fala de um participante na primeira roda de conversa ao refletir sobre a dimensão educativa da agroecologia, 2021. Fonte: Arquivo pessoal

"O reaproveitamento das matérias orgânicas, é, foi um fator muito amplo que a gente teve aqui, porque quando a gente ganhou essa máquina, pra fazer esse trabalho de reaproveitamento, poucos agricultores tinham uma máquina na sua propriedade, hoje com os projetos, como todo mundo tem uma pequenininha, mas tem pra fazer alguns trabalhos, não todos. Mas hoje a gente tem duas, posso dizer que tem duas pra fazer esse trabalho mais avançado que é o reaproveitamento da palha de feijão que muitos jogavam fora, muitos queimavam. Quem é o agricultor hoje aí que quer queimar mais uma palha de feijão? Que ele acabava de bater o feijão, o fósforo já tava perto, acabava de bater o milho, fazia o pinheirinho ali, fogo! Hoje ninguém faz isso, é, de trinta dias pra cá, já tem quase trinta ou quarenta agricultores que a gente vai trabalhando direto, reaproveitando toda a matéria orgânica. Então, esses aí eram os primeiros a riscar fósforos e queimar tudo. Hoje eles vão ter a consciência que o que eles queimavam serviam de alimentos para o ... então, se ele tá dando pro o, se ele tá aproveitando a matéria orgânica dele, tá dando para os animais ele não vai precisar comprar ração, o animal vai engordar, ele vai ter uma renda melhor e o lucro melhor, entendeu? E ainda preservando o meio ambiente".

Trecho da fala de um participante na segunda roda de conversa ao refletir sobre as práticas dos agricultores familiares, 2021. Fonte: Arquivo pessoal.

Referências nas práticas sociopolíticas

A organização entende que o processo educativo deve estar vinculado a todas as dimensões do movimento sindical. Ao estabelecer conexões com diversas redes organizativas e fomentar a articulação dos diferentes atores sociais, seminários temáticos, políticas públicas, entre outros aspectos, desenvolve estratégias que estimulam a organização social e a participação política dos jovens. No entanto, reconhecem a necessidade de iniciativas de formação sociopolítica continuada, reafirmando o compromisso com uma educação que visa à transformação social.

"Entre práticas e observações, também tivemos algumas palestras, sendo uma delas da Secretaria de Jovens, participamos de uma palestra da Secretaria dos Jovens Rurais, foi importante, pois nos fez compreender a importância de um jovem no meio rural e também as possibilidades que ele tem de melhoramento e inovação do campo. O seminário juventude rural, esse seminário teve uma importância durante nosso estágio, pois nele foi esclarecido algumas possibilidades de incluir os jovens que vivem na zona rural, mas que não participam das atividades no campo, fornecer atividades para que desperte o interesse dos mesmos para se incluírem no meio rural".

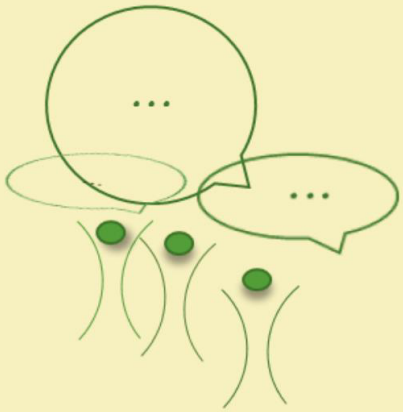
Trecho retirado do relatório de conclusão de estágio no SINTRAF de um estudante do curso de Agroecologia, 2018. Fonte: Arquivo do CETEP Sisal.

"Assim, um outro fator positivo que a gente pode notar é a conscientização da população rural, o pessoal do campo hoje tem uma visão mais ampla, tem a questão da cidadania, e é comum hoje a participação do público do campo na câmara dos vereadores, conhecendo melhor as leis, intervindo dentro das políticas públicas, sugerindo. Então, acho que essa interação entre o campo e a cidade melhorou bastante. Então, acho que essa Educação do Campo estava adormecida, mas de um certo tempo pra cá começou a se despertar, a partir dessa nova metodologia, é aplicada através do Conselho, dos departamentos que foi criado, não existia inclusive no Sindicato, não existia o Departamento de Educação do Campo [...]".

Trecho da fala de um participante na primeira roda de conversa ao refletir sobre a educação do campo, 2021. Fonte: Arquivo pessoal.

Em suma, por meio da problematização da experiência com estágio no âmbito da EPT, os representantes do SINTRAF Serrinha (re)afirmam o trabalho, a identidade cultural do povo do campo, os valores relacionados à vida na terra, as vivências e troca de saberes como bases do processo formativo do estágio na EPT do campo.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO ESTÁGIO NA ÁREA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS NO SINTRAF-SERRINHA



PASSO 5: Pontos de chegada

18 de maio de 2022

5 PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO ESTÁGIO NA ÁREA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS NO SINTRAF-SERRINHA

A educação é entendida no âmbito do SINTRAF-Serrinha, como uma dimensão da formação humana, implica numa prática educativa intrínseca à prática social. O projeto educativo defendido tem centralidade no trabalho do campo e em alternativas coletivas e auto-organizativas da produção e das relações de trabalho. Tem base em alternativas abrangentes de vida que rompe com a lógica de degradação da natureza e do homem imposta pela dinâmica da reprodução ampliada do capital.

O processo formativo de estágio supervisionado é parte deste projeto de educação pelo qual se luta. Integra ações formativas que contemplem as necessidades sociais, culturais e ambientais dos sujeitos que a constituem. Na organização, o estágio é uma prática educativa desenvolvida a partir da vivência concreta do trabalho no contexto da agricultura familiar, buscando articular realidade, saberes, conhecimento e (inter)subjetividades.

Pensar em processos de construção do conhecimento no contexto da agricultura familiar requer refletir acerca da diversidade de formas particulares que os agricultores familiares assumem a partir do espaço/tempo em que estão inseridos. É preciso compreender como se dá a relação histórica com a agricultura e com a terra, as relações de trabalho e os fatores ecológicos e socioeconômicos, uma vez que a agricultura familiar envolve uma complexidade de grupos sociais constituídos a partir da posse da terra, base familiar de produção e o pertencimento ao espaço rural.

Trata-se de um grupo social capaz de garantir a produção de alimentos, assegurando a soberania alimentar e nutricional; de constituir espaço de sociabilidade a partir de uma diversidade histórico-cultural; e de apresentar estratégias autônomas de produção a partir da construção de laços de reciprocidade, cooperação, novas relações com a natureza, sistemas ecológicos de manejo, entre outros elementos que integram a heterogeneidade dos agricultores familiares de cada território que compõe o país (WANDERLEY, 2009; PLOEG, 2008).

Contudo, é importante ressaltar que qualquer elaboração teórico-metodológica delineada tem como referências teórico-práticas a concepção de educação construída e defendida pelos movimentos sociais do campo. Ou seja, está ancorada na concepção da Educação do Campo; é produto do movimento composto por sujeitos coletivos do campo que luta pela integração dos pressupostos da educação ao trabalho e ao modo de vida camponês.

Ao longo da história, a educação destinada aos trabalhadores do campo tem sido negada pelo Estado e pela sociedade civil. Ademais, as políticas públicas de educação são marcadas

pela dicotomia entre o campo e a cidade, de modo a minimizar as possibilidades de vida no campo e as potencialidades dos sujeitos que integram esse espaço.

Nesse sentido, a educação é direcionada para a conformação do homem e da mulher do campo à realidade imposta pelo capitalismo (exploração do trabalho e dos recursos naturais, expropriação dos meios de trabalho, da cultura e dos valores camponeses), incluindo aos processos formativos as demandas do capital e a lógica da produtividade.

Entretanto, os movimentos sociais do campo se contrapõem à predominância dos interesses dos grupos hegemônicos expressos por meio das políticas educacionais e práticas pedagógicas excludentes, delineando uma nova concepção de educação. Os sujeitos coletivos do campo têm vivenciado, discutido e proposto políticas públicas que conectam e associam os processos de educação formal com a vida e as lutas do campo, que garantam a transformação das pessoas e desse espaço por meio de uma educação pública de qualidade.

A matriz formativa da Educação do Campo é a do desenvolvimento integral/omnilateral do ser humano, que inclui a dimensão produtiva, cognitiva, organizativa, política e cultural. O trabalho é o eixo central da organização curricular e deve estar associado ao mundo do trabalho e não ao mercado do trabalho, combinado com outras questões ou temas da atualidade, em especial as questões e temáticas do campo; contempla a construção de um conhecimento vivo, relacionando-o ao mundo da cultura, da tecnologia e das lutas sociais (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO, 2010).

A dimensão da Educação Profissional do Campo também vem sendo formulada a partir dessa concepção. Por se tratar de uma formação profissional, é imprescindível estar vinculada a uma educação politécnica a partir de um processo de afirmação da agricultura camponesa sustentável em contraposição ao agronegócio e às suas formas hegemônicas de produção. O propósito da educação politécnica é “formar um trabalhador com apropriação dos fundamentos do seu trabalho e dos princípios gerais de toda a produção” (CALDART, 2017, p. 120). A defesa é de uma matriz científico-tecnológica para o trabalho no campo de base agroecológica e da construção de um projeto sociopolítico de inclusão e desenvolvimento territorial.

Diante de todas essas questões, os representantes do SINTRAF-Serrinha entendem que a valorização e sistematização de experiência concreta dos indivíduos, grupos coletivos ou organizações são pressupostos que orientam a organização dos espaços pedagógicos da Educação do Campo. Além disso, como dizia Freire (2001), para avançar, melhorando a qualidade dos processos educativos aos quais se inserem, é preciso estar em constante processo de formação e essa formação tem base na “prática de analisar a prática”.

Nesse sentido, foi desenvolvida a sistematização de experiência com oferta e desenvolvimento de estágio na organização. Esse processo de sistematização se apresenta como um instrumento de pesquisa e espaço/tempo de articulação e formação político-pedagógica que promove um processo de autorreflexão e aprendizagem dos sujeitos que integram a realidade camponesa e estão ligados à Educação Profissional Tecnológica no contexto do campo.

Por meio da sistematização, foi possível problematizar a experiência e refletir acerca da concepção de educação defendida, e assim, reforçar a coerência entre o discurso e a prática, fortalecendo a organicidade do movimento e a luta por uma educação transformadora. Também possibilitou refletir sobre o papel formativo e emancipatório da experiência, ampliar a visibilização da experiência e contribuir para o reconhecimento da agricultura familiar e das suas potencialidades educativas.

Sem a compreensão crítica da própria história é impossível repensar a prática educativa, pois isso implica um processo dialético, de escolhas, rupturas, contradições, descobertas e superações, que permite reconhecer a natureza sociopolítica desse processo educativo de modo a reconstruir coletivamente as referências que orientam o "quefazer" formativo.

Desse modo, esse texto é produto do processo de sistematização de oferta e desenvolvimento de estágio no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha (SINTRAF-Serrinha) e constitui-se no resultado das discussões e reflexões sobre a matriz formativa que orienta a atividade de estágio na organização.

A sistematização foi mediada pela mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e teve como objetivo principal definir os princípios e as diretrizes para o estágio supervisionado na organização.

Foram realizados três encontros com os representantes do sindicato para diálogo e reflexão crítica acerca da prática de estágio, nos quais, por meio da análise das discussões e da interpretação das intencionalidades explicitadas pelos participantes, a pesquisadora, responsável pela mediação do processo de sistematização, buscando garantir a coerência das reflexões, construiu a síntese dos princípios e das diretrizes que direcionam o processo de estágio na organização sindical.

Princípios e diretrizes são referências que orientam o fazer, ou seja, o ponto de partida das ações (MST, 2005). O conjunto desses princípios e dessas diretrizes expressam o caráter dialético e a concepção de educação sustentada e defendida por um grupo. Portanto, sendo esses princípios e essas diretrizes produto da sistematização da prática educativa e formativa

do estágio no SINTRAF-Serrinha – produto das lições aprendidas no decorrer da caminhada - o conjunto desses princípios e dessas diretrizes exprime o ideário de educação e a práxis formativa da organização.

Além disso, a formulação desses princípios e dessas diretrizes reafirma o compromisso da organização com o desenvolvimento da Educação Profissional Tecnológica (EPT) no Município e no Território. Por ser um instrumento que busca (re)significar o processo formativo de estágio na área de Ciências Agrárias, se configura como uma ação importante para a construção de um projeto formativo do trabalhador e da trabalhadora do campo.

Definidos a partir dessa compreensão e da ação e reflexão dos "sujeitos coletivos do campo", a figura a seguir apresenta a síntese desses princípios e dessas diretrizes.

Figura - Síntese dos princípios e das diretrizes educativos e formativos do estágio no SINTRAF-Serrinha

Fonte: elaborado pela autora.

O propósito é apresentar um conjunto de ideias, valores e estratégias que possam orientar a caminhada na busca por uma formação que visa à emancipação social do sujeito do campo. Assim, para cada princípio, apresentam-se a concepção, os valores, os saberes e algumas ações que já são desenvolvidas ou que poderão ser inseridas ao processo formativo e que asseguram as potencialidades requeridas pelo princípio.

PRINCÍPIO DA VIDA

O princípio da vida está relacionado com a natureza e todas as suas formas de vida, isto é, seu enfoque está no cuidado e no respeito pleno pela vida, de modo a buscar compreender, respeitar e valorizar a relação entre o conjunto dos seres vivos, seus processos vitais e evolutivos e a relação homem-natureza a partir do seu vínculo orgânico com as formas de produção e reprodução da vida (AGUIAR *et al*., 2016).

Sendo assim, os processos educativos e formativos desenvolvidos com os agricultores familiares do SINTRAF-Serrinha, precisam ter base no(a):

- Respeito à vida;
- Valorização da diversidade, proteção e conservação da biodiversidade;
- Manejo ecológico dos agroecossistemas e tecnologias adequadas às necessidades e condições locais;
- Soberania alimentar, segurança alimentar, autonomia e sustentabilidade (ética, social, cultural, política, ideológica, econômica, ecológica e ambiental);
- Práxis endógena;
- Agricultura como elemento central da formação para o trabalho, orientada pelos princípios da agricultura camponesa;
- Referência produtiva orientada pelos saberes e conhecimento tradicionais, cultura popular e nas experiências vivenciadas pelas famílias;
- Processos formativos pautados, principalmente, na realidade local e territorial da produção e reprodução da vida;
- Formação técnica, organizativa e política baseada na agroecologia;
- Articulação entre natureza, trabalho e cultura com vista à formação humana;
- Promoção do fortalecimento da identidade camponesa.

Com base nessa compreensão, considerando o contexto sociopolítico do SINTRAF e também as contribuições teóricas de Ribeiro *et al.* (2017) e Caldart (2017), os saberes aprendidos e compartilhados no espaço formativo da agricultura familiar devem envolver:

- Conhecimento do marco histórico da agricultura, contextualizada a partir do território de identidade;
- Conhecimento da biodiversidade natural e cultural, das formas de manejo dos agroecossistemas e dos sistemas de produção de alimentos, principalmente no contexto da convivência com o semiárido;
- Reconhecimento dos sistemas alimentares que compõem o território e a compreensão do conceito de segurança alimentar e soberania alimentar;

- Reconhecimento das formas de cooperação existentes no território como pressuposto organizativo do trabalho e da produção e da agroecologia como matriz científico-tecnológica de produção;
- Reconhecimento das tecnologias sociais capazes de minimizar riscos e possibilitar a otimização dos recursos naturais e sociais, especialmente as tecnologias sociais de convivência com o semiárido;
- Compreensão dos problemas socioambientais e econômicos;
- Compreensão do manejo da diversidade enquanto manejo de vida ao entender e relacionar as dimensões ecológicas, socioculturais e econômicas;
- Compreensão das relações ecológicas, históricas e culturais entre sociedade e natureza, principalmente no contexto do território.

Para consolidar os valores requeridos e garantir tais saberes, no percurso formativo dos estagiários, é necessário desenvolver ações, como:

- Tomar as unidades de produção agrícola familiar como referência para estudo dos agroecossistemas;
- Realizar diagnóstico dos agroecossistemas e dos sistemas agroalimentares das unidades de produção das famílias (estabelecer comparativo com os ecossistemas naturais, com os sistemas alimentares do território e com os “impérios alimentares”; fazer o mapeamento das tecnologias ou técnicas que são/poderiam ser utilizadas);
- Promover a guarda, a reprodução e as trocas (pode ser realizado por meio de feiras) de sementes crioulas e nativas;
- Construir hortas comunitárias medicinais, promovendo e incentivando o cultivo e a troca de plantas fitoterápicas, bem como o diálogo de saberes em torno da medicina popular;
- Avaliar e sistematizar as informações, as práticas e as experiências desenvolvidas.

PRINCÍPIO EDUCATIVO DO TRABALHO

O princípio educativo do trabalho incide no caráter educativo do próprio trabalho. Está relacionado com a auto-organização e autoeducação dos trabalhadores em meio aos processos produtivos e refere-se à aprendizagem vivenciada no trabalho social em que assume um determinado modo de produção da vida, promovendo a construção e a apropriação do conhecimento inerente à práxis produtiva (TITTON, 2017).

Para tanto, o trabalho é compreendido em seu sentido ontológico; é a forma pela qual o ser humano constrói a sua existência. É uma ação intencional e com certo grau de racionalidade que se configura, conforme apresenta Antunes (2009), na base ontológica da práxis social. Por meio do trabalho, o homem se constitui e se relaciona com o outro, produzindo as condições materiais e imateriais da vida.

Tendo em vista que o trabalho ao mesmo tempo em que é práxis humana é o próprio objeto de estudo da proposta educativa do SINTRAF-Serrinha, inerente às questões do campo, os processos educativos e formativos desenvolvidos em meio ao trabalho na agricultura familiar no contexto sociopolítico do SINTRAF precisam ter base no(a):

- Valorização do vínculo com a terra e das experiências concretas da agricultura familiar;
- Trabalho como forma de produção material (alimento/recursos naturais e tecnológicos) e imaterial da vida (educação/conhecimento/identidade cultural/resistência);
- Trabalho desenvolvido para a família e pela família e/ou coletivo social com base no respeito, na autonomia, na solidariedade, na cooperação, na reciprocidade, na coprodução e na auto-organização;
- Respeito à natureza e ao ciclo natural de produção;
- Promoção e socialização dos diferentes tipos de saberes e experiências;
- Envolvimento em todas as etapas do processo de trabalho, promovendo a superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual, a articulação entre teoria e prática e a construção do conhecimento a partir da realidade local e territorial;
- Articulação dos diferentes tipos de conhecimento (tradicional, popular, científico e tecnológico);
- Perspectiva formativa politécnica.

Com base nessa compreensão, considerando o contexto sociopolítico do SINTRAF e também as contribuições teóricas de Ribeiro *et al.* (2017) e MST (2005), os saberes aprendidos e compartilhados no espaço formativo da agricultura familiar devem envolver:

- Reconhecimento da riqueza social e da diversidade dos sujeitos e formas de atividades que garantem a satisfação das necessidades humanas: reconhecimento da complexidade dos diferentes grupos sociais; compreensão do valor do trabalho enquanto práxis humana e gerador de riquezas;
- Diferenciação das relações sociais de exploração das relações igualitárias constituídas através dos processos de trabalho: compreender as contradições sociais, entendendo como se produz e se transforma os fenômenos naturais, a relação homem-natureza e a relação do homem com o próprio homem; diferenciar as formas de produzir da agricultura familiar das formas de produção do agronegócio;
- Conhecimento dos sistemas agrários, principalmente as especificidades dos sistemas regionais e territoriais: conhecer as formas de organização e funcionamento dos ecossistemas cultivados e da composição e organização do sistema social produtivo; domínio teórico e prático da organização do trabalho e da produção; conhecimento sobre cooperação, gestão/autogestão e comercialização;
- Conhecimento de todo o processo de trabalho e dos elementos que serão utilizados, ou seja, da atividade da agricultura familiar em sua totalidade: conhecer o ciclo produtivo des-

de o planejamento prévio até a materialização; reconhecer o tempo de descanso do solo objetivando deixá-lo fértil para garantir o bom desenvolvimento das culturas cultivadas, bem como o tempo de cultivo e o período predominante de cada atividade de acordo com as especificidades de cada região; conhecer as formas de produção e comercialização, seja por meio de organização coletiva/familiar seja por meio individual; construção e manuseio dos instrumentos de trabalho; conhecer os produtos a serem cultivados, reaproveitados e adquiridos, dentre outros saberes que possibilitam conhecer o ciclo total de produção;

- Conhecimento dos mercados locais e territoriais.

Para consolidar os valores requeridos e garantir tais saberes, no percurso formativo dos estagiários, é necessário desenvolver ações, como:

- Promover momento de vivência nas unidades agrícolas familiares e/ou envolvimento dos estudantes na atividade de assistência técnica continuada aos agricultores;
- Fazer inventário da realidade concreta ou diagnóstico local com base nos saberes e conhecimentos da comunidade;
- Visitar as unidades agrícolas entre outros espaços coletivos, como, por exemplo, cooperativas de produção e comercialização, escolas e associações comunitárias;
- Desenvolver práticas de produção de base agroecológica, como, por exemplo, constituir bancos de sementes; aproveitamento de resíduos/materiais orgânicos; construção de hortas e viveiros de mudas; irrigação (priorizando o reaproveitamento da água), entre outras práticas;
- Articular espaços coletivos de trocas/comercialização do excedente da produção agrícola familiar;
- Promover intercâmbios de experiências da agricultura familiar e de discussões e fomento de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento de tecnologia social apropriadas para o território, impulsionando a interação entre associados, comunidades rurais e organizações parceiras.

PRINCÍPIO DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Freire (2021) concebe a educação como um ato político e transformador, fundamentada no diálogo e no respeito. Nesse sentido, compreende-se que todo processo educativo orientado pelo princípio da transformação social se constitui em uma “ferramenta de conscientização e libertação das estruturas ideológicas de dominação que sustentam a sociedade hegemônica, para formar profissionais críticos/as e criativos/as, com capacidade para compreender e atuar com autonomia [...]” (AGUIAR *et al*.; 2016, p.12).

Assim, o ponto de partida e de chegada é a auto-organização produtiva e sociopolítica dos trabalhadores. Seguindo nessa direção, os processos educativos e formativos desenvolvidos

no contexto sociopolítico do SINTRAF-Serrinha precisam ter base no(a):

- Formação vinculada às práticas sociais e políticas, ou seja, referenciada nos processos organizativos do sindicato;
- Processos de aprendizagem participativos que contribuam para a compreensão histórica e conjuntural das relações políticas, sociais e de trabalho do território;
- Práticas educativas que promovam a autonomia, o empoderamento e o protagonismo dos sujeitos do campo;
- Práticas educativas que contribuam para a afirmação da sua capacidade organizativa e para a reafirmação dos princípios da autogestão, gestão cooperativa e democrática.
- Assessoramento técnico continuado com base na comunicação, isto é, planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades da ATER realizadas de forma dialógica e participativa.

Com base nessa compreensão, considerando o contexto sociopolítico do SINTRAF e também as contribuições teóricas de Caporal (2003), os saberes aprendidos e compartilhados no espaço formativo da organização devem envolver:

- Apropriação das questões e demandas do campo, principalmente no contexto do território;
- Conhecimento dos fundamentos e das estratégias da economia solidária, cooperativismo e da gestão cooperativa e democrática;
- Conhecimentos dos direitos políticos e sociais dos agricultores familiares;
- Conhecimento das políticas públicas direcionadas para o campo e para o jovem do campo e seus mecanismos de acesso;
- Conhecimento dos mercados institucionais e suas diversas modalidades;
- Reconhecimento do jovem como sujeito político;
- Reconhecimento do papel social da ATER;
- Reconhecimento das tecnologias da produção compatíveis com as necessidades dos agricultores e com as condições ambientais, econômicas e sociais;
- Reconhecimento da agricultura familiar enquanto categoria política e social;
- Conhecimento do marco histórico do sindicalismo, reconhecendo o papel social do SINTRAF no território.

Para consolidar os valores requeridos e garantir tais saberes, no percurso formativo dos estagiários, é necessário desenvolver ações, como:

- Realizar análise política conjuntural do território;
- Planejar e desenvolver tecnologias sociais compatíveis com as condições ambientais, local e territorial;

- Promover a participação articulada dos estagiários nas assembleias, reuniões, mobilizações, fóruns de debates, comissões e conselhos relacionados à agricultura familiar, à implementação de políticas públicas ou ao desenvolvimento de tecnologias sociais, entre outras temáticas e ações de incidência política;
- Promover espaços de diálogos com as redes colaborativas para fortalecer e ampliar a compreensão das lutas e dos processos locais e territoriais convergentes;
- Criar espaço de formação em gestão e planejamento de tecnologias sociais, autogestão, economia solidária e cooperativismo;
- Promover ou fortalecer o coletivo de jovens do sindicato;
- Promover formação sindical continuada, possibilitando uma participação ativa e direta nas lutas do próprio movimento;
- Sistematizar experiência.

PRINCÍPIO DA DIALOGICIDADE

O diálogo é a base da proposta educativa de Paulo Freire, o elemento central dos processos de formação humana. Nas palavras do autor, “a educação é comunicação, é diálogo, [...] um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1983, p. 27).

Nessa perspectiva, a premissa dialógica de Freire conduz à problematização da realidade social, em que os sujeitos, na interação com o outro, vão fazendo uma leitura e releitura do mundo e nesse movimento vão tomando consciência dos processos de dominação e exploração nos quais estão imersos, de modo a intervir e garantir a transformação.

Para garantir a efetivação desse princípio, os processos educativos e formativos desenvolvidos no contexto sociopolítico do SINTRAF precisam ter base no(a):

- Princípios e fundamentos da Educação Popular;
- Estratégias metodológicas participativas como referências para a construção do conhecimento;
- Diálogo de saberes, garantindo o reconhecimento e a validação dos saberes e da cultura dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo a partir das vivências, da unidade teoria e prática, socialização do conhecimento e troca de experiências;
- Formação contextualizada no tempo/espaço, de modo a integrar a complexidade do espaço de vida;
- Diálogo problematizador da realidade a partir de uma leitura crítica e de uma abordagem interdisciplinar, sistêmica e holística.
- Diálogo com os diversos espaços organizativos do campo e da cidade;

- Formação de redes de aprendizagem orientada pela escuta sensível, autonomia e horizontalidade;
- Práticas educativas que promovam o fortalecimento dos processos de auto-organização e gestão coletiva dos trabalhadores, principalmente dos agricultores familiares.

Com base nessa compreensão, considerando o contexto sociopolítico do SINTRAF e também as contribuições teóricas de Santos, Mutim e Souza (2021), os saberes aprendidos e compartilhados no espaço formativo da agricultura familiar devem envolver:

- Conhecimento do território de vida dos agricultores familiares, diferenciando os territórios de resistências dos territórios de dominação;
- Conhecimento do modo de desenvolver a agricultura familiar, reconhecendo as suas especificidades (tradições culturais, as formas de se relacionar das famílias e da comunidade, conhecimentos intrínsecos, místicas, etc.);
- Apreensão da realidade concreta (vivido, percebido) de modo a descrever, explicar e sistematizar os saberes/conhecimento a partir do encontro entre ação, reflexão e transformação;
- Compreensão crítica dos processos de produção em que estão inseridos, possibilitando apropriação da produção material e simbólica da vida;
- Reconhecimento dos desafios e potencialidades da ação coletiva, compreendendo o potencial transformador dos processos e das práticas colaborativas e comunicativas.

Para consolidar os valores requeridos e garantir tais saberes, no percurso formativo dos estagiários, é necessário desenvolver ações, como:

- Realizar diagnóstico rural participativo, possibilitando uma análise conjuntural dialógica, bem como o planejamento coletivo de ações ou a elaboração de projetos de intervenção;
- Promover rodas de conversas, possibilitando integração e articulação dos estagiários com os agricultores, comunidade e instituições locais e territoriais;
- Realizar Feira Solidária/da Agricultura Familiar e oficinas temáticas;
- Organizar Caravanas Agroecológicas;
- Socializar as experiências através de encontros, seminários e/ou mídias sociais, entre outros espaços – essas ações envolvem elaboração e produção de panfletos, cards, painéis/facilitação gráfica, cartilhas, maquetes, vídeos, documentários, relatórios/relatos de experiência, etc.;
- Construir mística por meio de símbolos que possam fortalecer os sentidos e os significados das experiências vivenciadas e a identidade do movimento;
- Propor a escrita de cartas pedagógicas como instrumento de avaliação do percurso formativo e/ou registro das experiências vivenciadas;

- Promover encontros com os estagiários egressos para dialogar e refletir acerca das relações sociais que se estabelecem no mundo do trabalho e também como mecanismo de aproximação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. V. A. *et al*. Princípios e diretrizes da educação em agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, [*s. l.*], v. 11, n. 1, jun. 2016. Disponível em: https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/20800. Acesso em: 28 out. 2021.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. *In:* ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). **Por uma Educação do Campo.** 5. ed. Brasília: Articulação Nacional "Por uma educação do Campo", 2011. p. 147-158.

CALDART, R. S. Educação Profissional na perspectiva da educação profissional do campo. *In:* CALDART, R. S. (org.). **Caminhos para transformação da escola 1:** reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 229-241.

CALDART, R. S. Trabalho, agroecologia e educação politécnica nas escolas do campo. *In:* CALDART, R. S. (org.) **Caminhos para transformação da escola 4:** trabalho, agroecologia e estudo nas escolas do campo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 115-160.

CAPORAL, F. R. Bases para uma nova ATER pública, **Extensão rural**, [*s. l.*], n. 10, p. 1-20, jan. 2003. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/extensãorural/article/view/5546. Acesso em: 15 mar. 2022.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Política e Educação.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 80. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO. I Seminário com as Escolas de Inserção dos Estudantes. *In*: CALDART, R. S. (org.) **Caminhos para transformação da escola 1:** reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 229-241.

JARA-HOLLIDAY O. **Para sistematizar experiência.** 2. ed. Brasília: MMA, 2006.

Lukács, G. **Para uma ontologia do ser social, 2**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. Princípios da educação no MST. Dossiê MST Escola - Documentos e estudos 1990 – 2001. *In:* **Cadernos de Educação n. 13.** Veranópolis: ITERRA, ago. 2005. p. 159-179.

PLOEG, D. V. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RIBEIRO, D. S. *et al.* (org.). **Agroecologia na educação básica:** questões propositivas de conteúdo e metodologia. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SANTOS, A. O. C.; MUTIM, A. L. B.; SOUZA, H. F. Do ensino agrícola à Educação Profissional do Campo? Notas de caminhos percorridos e territorialidades de resistências. In: SOUZA, H. F.; MUTIM, A. L. B.; SANTOS, A. O. C. (org.). **Educação profissional, territórios e resistências:** diálogos com Paulo Freire. 1. ed. Recife: Centro Paulo Freire Estudos e Pesquisas, 2021. p. 110-140.

TIRIBA, L. FISCHER, M C. B. Aprender a ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 527-551, nov./ago. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.5007/2175-795X.2013v31n2p527. Acesso em: 15 jan. 2021.

TIRIBA, L. Reprodução Ampliada da vida: o que ela não é, parece ser e pode vir a ser. Revista Otra Economia, **[*s. l.*],** v. 11, n. 20, p. 74-87, jul./dez. 2018. Disponível em: https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14757. Acesso em: 8 jan. 2020.

TITTON, M. O princípio educativo do trabalho e o trabalho enquanto princípio educativo: ampliando o debate com os movimentos de luta social. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 31., 2017, Caxambu. **Anais eletrônic**os [...]. Caxambu: ANPED, 2017. p. 1-13. Disponível em: https://www.anped.org.br/biblioteca/item/o-principio-educativo-do-trabalho-e-o-trabalho-enquanto-principio-educativo. Acesso em: 06 mar. 2022.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In:* WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 155-183.

"Não há o que considerar perdido o tempo do diálogo que, problematizando, crítica e, criticando, insere o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito da transformação".
(Paulo Freire)